



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**"ESTA GUERRA É FORTE COMO A VOZ DO PRÓPRIO SANGUE, NELA SE
JOGA O DESTINO DE NOSSA CRENÇA": IMPRENSA ESTUDANTIL E A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM ARACAJU NO JORNAL *A VOZ DO ESTUDANTE*
(1942–1945)**

Linha de Pesquisa: História da Educação
Acadêmica: Suelen Maria Andrade Santos
Orientador: Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira

**São Cristóvão – Sergipe
2026**

SUELEN MARIA ANDRADE SANTOS

**"ESTA GUERRA É FORTE COMO A VOZ DO PRÓPRIO SANGUE, NELA SE
JOGA O DESTINO DE NOSSA CRENÇA": IMPRENSA ESTUDANTIL E A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM ARACAJU NO JORNAL *A VOZ DO ESTUDANTE*
(1942–1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação, da Universidade
Federal de Sergipe, qualificada no dia 12 de
agosto.

Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Gama
Oliveira.

**São Cristóvão – Sergipe
2026**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE

S237e Santos, Suelen Maria Andrade

“Esta guerra é forte como a voz do próprio sangue, nela se joga o destino de nossa crença” : imprensa estudantil e a Segunda Guerra Mundial em Aracaju no Jornal *A Voz do Estudante* (1942- 1945) / Suelen Maria Andrade Santos ; orientador João Paulo Gama Oliveira. – São Cristóvão, SE, 2026.

110 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Educação - História – Sergipe. 2. Ensino secundário – História – Aracaju (SE). 3. Jornais e periódicos estudantis. 4. Guerra Mundial, 1939-1945. 5. Colégio Atheneu Sergipense. I. Oliveira, João Paulo Gama, orient. II. Título.

CDU 37(091)(813.7):070

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SUELEN MARIA ANDRADE SANTOS

**"ESTA GUERRA É FORTE COMO A VOZ DO PRÓPRIO SANGUE, NELA SE
JOGA O DESTINO DE NOSSA CRENÇA": IMPRENSA ESTUDANTIL E A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM ARACAJU NO JORNAL *A VOZ DO ESTUDANTE*
(1942–1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe como requisito para obtenção
do título de Mestre.

Aprovado em: ____/____/____.

Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira (Orientador)
(PPGED/DEDI/UFS)

Prof.^a Dr.^a Cristiani Bereta da Silva
(UDESC)

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard
(PROFHISTÓRIA/DHI/UFS)

Prof. Dr. Jorge Luiz Zaluski
(PPGED/DHI/UFS)

Profa. Dra. Simone Paixão Rodrigues
(PPGED/DEDI/UFS)

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2026

“Quando os acontecimentos vivenciados pelo indivíduo ou pelo grupo são de natureza excepcional ou trágica, o direito (à memória) torna-se um dever: o de testemunhar.”
Tzvetan Todorov (2013)

AGRADECIMENTOS

“É justo que muito custe o que muito vale.” A frase de Santa Teresa D’Ávila nunca fez tanto sentido quanto agora. Ao olhar para os resultados deste trabalho, vejo mais do que números ou conquistas: vejo noites exaustivas, jornadas duplas e triplas, silêncios difíceis e uma determinação que me sustentou quando eu mesma vacilava. Quem observa de fora talvez não imagine o que foi conciliar empregos, vida acadêmica e estudos, nem as ausências que isso exigiu. Não fui a filha, a irmã, a namorada ou a amiga mais presente, mas fui, e sou, profundamente grata à compreensão e à confiança daqueles que acreditaram nos meus propósitos.

Aos que me abraçaram nos momentos mais solitários, aos meus alunos que renovam minhas forças todos os dias e a todos que sustentaram minha determinação voraz, deixo minha gratidão sincera. À Universidade Federal de Sergipe, minha casa por tantos anos, agradeço por ter sido palco de transformações que não cabem no Lattes, mas que carregam uma parte de quem eu sou hoje. Foi ali que cresci, que me reinventei, aprendi, fiz grandes amigos, e que encontrei o amor da minha vida.

Gilberto, obrigada por ser câmera, plateia e apoio. Por ouvir minhas ideias mais improváveis e ousadas e, mesmo sem entender todas elas, continuar acreditando especialmente nos dias mais difíceis. Obrigada por me olhar com carinho quando tudo parecia pesado demais. Sua fé em mim foi combustível quando me faltava energia. Você não é apenas meu parceiro, é cofundador dos meus sonhos, testemunha das minhas batalhas e abrigo das minhas inquietações. Sou grata por nós, pelo que somos e pelo que ainda seremos.

Aos meus pais, Adriana e Eleno, minha gratidão mais profunda. Foram vocês que colocaram a educação como prioridade mesmo com todos os sacrifícios e dificuldades. Ensinarão-me, com exemplo e renúncia, que o conhecimento é herança que ninguém nos tira. Agradeço também aos meus irmãos, Sávio e Suianne, que foram grandes parceiros em cada etapa, acreditando nos meus passos, sustentando minhas exaustões físicas e mentais e celebrando cada pequena vitória com muita perturbação e risada. Se hoje essa conquista se concretiza, ela começou no amor e na base firme que vocês construíram para mim.

Expresso também minha sincera gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. João Paulo Gama, pela condução cuidadosa, pelas leituras atentas, pela exigência que me fez crescer e pela confiança no meu trabalho. Foram anos de parceria cuidadosa e atenta, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível. Ao grupo de pesquisa HESCOLAR, agradeço pelas discussões, contribuições teóricas e pela construção coletiva que marcou esses últimos

anos. Levo comigo não apenas aprendizados acadêmicos, mas vínculos que ultrapassam a universidade, especialmente a amizade de Polyana, minha parceira de mestrado desde os bancos de entrevista, e o apoio generoso de Thalya, que tanto me auxiliou nessa jornada acadêmica desde a graduação.

Aos meus amigos Ygor, Amélia, Marcílio, Anne e Letícia, obrigada pela paciência com minhas ausências, pelos áudios não respondidos a tempo e pela compreensão nos dias em que o cansaço falou mais alto. Vocês foram abrigo silencioso e o afago enquanto eu atravessava todos os processos caóticos em que me inseri nos últimos anos. Agradeço por confiarem tanto em mim a ponto de quase conseguirem me convencer de que tudo daria certo. E no fim, deu.

Finalmente, ressalto o papel central dos meus professores, que me trouxeram até aqui e fizeram da docência meu maior objeto de admiração. Saibam que, se hoje estou aqui, é porque um dia me espelhei em vocês. Cada aula inspiradora, cada palavra de incentivo e cada exemplo de compromisso com a educação ecoam nesta conquista. Hoje tenho o maior orgulho de ter peças fundantes e determinantes na minha trajetória dividindo comigo salas de aula e jornadas pedagógicas. É engraçado pensar que um dia esses espaços foram inimagináveis para uma versão minha que outrora existiu, mas que por fazer parte de mim, me relembram cotidianamente do orgulho e profundo respeito ao meu trabalho e fazem tudo ter sentido e valer a pena.

Costumo pensar nessas versões como partes de nós, fragmentos de que somos feitos, de quedas e recomeços, de dúvidas e certezas, de ausências e presenças. Este trabalho, portanto, não é apenas resultado de esforço individual. Ele é expressão de um “eu” tecido por muitas mãos, fortalecido por muitos abraços e sustentado por muitas vozes que acreditaram quando eu mesma hesitei.

Se hoje celebro, é porque nunca caminhei sozinha e me sinto grata pelas mãos que me sustentaram em cada passo dessa jornada tão custosa. E se muito custou, é porque muito vale.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto a Segunda Guerra Mundial em Aracaju a partir da perspectiva discente no jornal estudantil *A Voz do Estudante* (1942-1945), escrito pelos alunos do Atheneu Sergipense, instituição de ensino situada na cidade de Aracaju, fundada em 1870 e em funcionamento até a contemporaneidade. O objetivo geral desta dissertação consiste em investigar as notícias referentes à Segunda Guerra Mundial veiculadas no jornal *A Voz do Estudante* entre os anos de 1942 e 1945. O estudo focaliza as edições do impresso em suas versões contínuas datadas da sua vinculação ao Grêmio Literário Clodomir Silva entre os anos de 1942 e 1945 e perpassando a participação do Brasil no prélio até o seu fim em 1945, onde há um hiato na sua produção e circulação. Para uma melhor compreensão da temática, ancorada nos pressupostos teóricos da História Cultural, o estudo dialoga com os conceitos de apropriação e representação do Chartier (1990, 2002), cultura escolar (Julia, 2001), cultura histórica (Le Goff, 1996) e cultura política (Gomes, 1999). Os impressos apontam para uma narrativa silenciada, podendo ser revista por intermédio da prática da escrita no jornal estudantil. Dessa maneira, é possível compreender de que modo eram representadas as visões de mundo daqueles atores sociais e que leitura da realidade adentrava os muros da escola de ensino secundário sergipano, consolidando uma educação pátria em um imaginário calcado nas vivências e impactos da Guerra na vida da geração que ali se constituía.

Palavras-Chave: Atheneu Sergipense; História do Ensino Secundário; Imprensa educacional; Jornal Estudantil; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

This ongoing research examines World War II in Aracaju, Sergipe, from a student perspective. Its main source is the student newspaper *A Voz do Estudante* (1942-1945), written by students of the Atheneu Sergipense, an educational institution located in Aracaju, Sergipe, Brazil. Founded in 1870 and still in operation, the newspaper aims to investigate news related to World War II published in the newspaper *A Voz do Estudante* between 1942 and 1945, considering education as a mediating factor in the construction of these student narratives. This study focuses on the continuous editions of the newspaper, dating back to its association with the Clodomir Silva Literary Guild between 1942 and 1945, covering Brazil's participation in the war until its end in 1945, when there was a hiatus in its production and circulation. To better understand the topic, anchored in the theoretical assumptions of Cultural History, this study engages with Chartier's concepts of appropriation and representation (1990, 2002), school culture (JULIA, 2001), historical culture (LE GOFF, 1996), and political culture (GOMES, 1999). The printed material points to a silenced narrative and an unnarrated memory, which can be revisited through the practice of writing in the student newspaper. Thus, it is possible to understand how the worldviews of these social actors were represented and what worldviews penetrated the walls of the secondary school in Sergipe, consolidating a national education in an imaginary grounded in the experiences and impacts of the War on the lives of the generation that was formed there.

Keywords: Atheneu Sergipense; History of Secondary Education; Educational Press; Student Newspapers; World War II.

LISTA DE FIGURAS

Figura I: Requerimentos de matrícula dos autores do jornal *A Voz do Estudante*

Figura II: Certificado de exames ou de habilitação

Figura III: Guias (matrícula e frequência)

Figura IV: Atestado de saúde e carteira de vacinação

Figura V: Termo de responsabilidade

Figura VI: Retrato de Kermann Lacerda de Alencar Mota, redatora-chefe do jornal *A Voz do Estudante*

Figura VII: Ficha de rendimento escolar do curso clássico do Atheneu Sergipense

Figura VIII: Retrato do estudante Joaquim Caldas

Figura IX: Carta manuscrita endereçada ao professor Joaquim Sobral

Figura X: Retrato da estudante Maria Edla Lima

Figura XI: Trecho do texto “Aracaju areia, Aracaju Poema”, retirado de *A Voz do Estudante*

Figura XII: Trecho do texto “Ensinar e Aprender”, retirado de *A Voz do Estudante*

Figura XIII: Trecho do texto “Divagação”, retirado de *A Voz do Estudante*

Figura XIV: Cabeçalho do jornal *A Voz do Estudante*

Figura XV: Trecho de uma homenagem a Augusto Maynard, retirado de *A Voz do Estudante*

Figura XVI: Poema “Meu Brasil”, retirado de *A Voz do Estudante*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. 2.0. ARACAJU DA DÉCADA DE 1940 E O FLORESCIMENTO DO JORNAL <i>A VOZ DO ESTUDANTE</i> NO GLCS DO ATHENEU SERGIPENSE	26
2.1. ATHENEU SERGIPENSE, GRÊMIO LITERÁRIO CLODOMIR SILVA E O JORNAL <i>A VOZ DO ESTUDANTE</i>	28
2.2. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O ESTADO NOVO EM ARACAJU SOB <i>A VOZ DO ESTUDANTE</i>	44
3.0 O PERFIL DISCENTE DOS AUTORES DO <i>A VOZ DO ESTUDANTE</i>	55
3.1 ASPECTOS FORMATIVOS, SOCIAIS E CULTURAIS DOS AUTORES DO JORNAL <i>A VOZ DO ESTUDANTE</i>	62
3.2 ANALISANDO AS <i>VOZES</i> MOBILIZADAS NO IMPRESSO ESTUDANTIL	75
4.0 OS TORPEDEAMENTOS EM SERGIPE E O ESFORÇO DE GUERRA ESTUDANTIL NAS PÁGINAS DO <i>A VOZ DO ESTUDANTE</i>	86
4.1 AS NOTÍCIAS, OS ESTRANGEIROS E O IMAGINÁRIO BÉLICO ESTUDANTIL	87
4.2 OS HERÓIS E AS NOÇÕES DE CIVILIDADE NO IMPRESSO <i>A VOZ DO ESTUDANTE</i>	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
6. FONTES E REFERÊNCIAS	106

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como a Segunda Guerra Mundial em Aracaju a partir da perspectiva discente no jornal estudantil *A Voz do Estudante* (1942-1945), escrito pelos alunos do Atheneu Sergipense, instituição de ensino situada na cidade de Aracaju, fundada em 1870 e em funcionamento até a contemporaneidade. . Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em investigar as notícias referentes a Segunda Guerra Mundial veiculadas no jornal *A Voz do Estudante* entre os anos de 1942 e 1945, desde a sua criação, perpassando o contexto dos torpedeamentos no litoral brasileiro, a entrada e participação do Brasil no prélio até o seu fim em 1945, uma vez que do total de 12 edições do periódico, 10 se situam dentro desse período. Para tal finalidade, são definidos como objetivos específicos: a) Compreender a partir do jornal *A Voz do Estudante*, de que modo a população sergipana reagiu a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; b) Investigar os ensinamentos patrióticos e a influência da educação civilizadora durante a Era Vargas com os escritos dos discentes sobre o conflito.

A opção por esta pesquisa une o interesse pela Segunda Guerra Mundial com a História da Educação, iniciado ainda durante o curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Sergipe (UFS) com o estágio na formação do Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (CIERB)¹. Posteriormente, passei a ser voluntária e, em seguida, bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto “Os jornais estudantis em Sergipe (1874–1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário” (CNPq)² e integrar o Grupo de Pesquisa intitulado História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS).

Mais tarde, ainda envolta na temática dos jornais, concluí minha monografia sobre a perspectiva dos estudantes do Educandário Jackson de Figueiredo durante a Segunda Guerra

¹ Centro de memória criado a partir da organização de um acervo da memória docente do estado de Sergipe onde foi reunida a documentação da chamada “Escola Normal” e atual Instituto de Educação Rui Barbosa, sob a coordenação da Profa. Dra Rosemeire Marcedo Costa (DED/UFS), diante da parceria estabelecida entre a UFS e a SEDUC/SE.

² Projeto contou bolsa de Iniciação Científica. Integra também a Pesquisa: “Jornais estudantis em Sergipe: práticas discentes pela ótica dos secundaristas (1870-1959)”. que contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 – UNIVERSAL Processo: 404241/2021-2. O orientador do trabalho é também o coordenador geral do citado Projeto. Como bolsista do PIBIC/UFS desenvolvi o Plano de Trabalho vinculado ao aludido Projeto, a saber: PIE11040-2022 “Os jornais estudantis do Instituto de Educação Rui Barbosa e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes: práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário” (PIBIC/CNPq/UFS/2022-2023).

Mundial intitulada “Representações da Segunda Guerra em Aracaju a partir do jornal escolar Correio do Colegial (1939-1945)” (SANTOS, 2023) e prossegui mergulhada na imensidão e variedade de possibilidades de estudos possibilitada pelos jornais estudantis.

No caso desta pesquisa, a perspectiva discente é vista dentro de um cenário político de grande efervescência para a população sergipana, bastante influente em seu cotidiano e até mesmo em sua subsistência devido ao aumento dos preços das matérias-primas e itens de consumo essenciais à população (CRUZ, 2012). É necessário compreender o contexto de fragilidade dos redatores, seja ele baseada no terror psíquico causado pelas notícias e horrores da Guerra que chegavam às praias brasileiras pela iminência de se vivenciar um novo ataque, ou até mesmo pela insegurança alimentar que acentuava as desigualdades naquele cenário de crise, implicando na qualidade do papel utilizado para a produção estudantil.

Em relatório escrito pelo então Diretor Geral da Educação do Estado de Sergipe, José Rollemberg Leite em 1943, as miserabilidades intensificadas pelo cenário de guerra, estavam se colocando como entraves ao acesso à educação pelas populações menos abastadas, influenciando, inclusive, a diminuição no número de matrículas. De acordo com Oliveira e Santos (2026), havia uma contradição entre a busca pela modernização da educação e adesão a novas práticas pedagógicas que privilegiam as necessidades individuais do alunado, enquanto se tinha a carência do suprimento de demandas básicas como a alimentação, que dificultavam o acesso a ensino. De tal maneira, o cenário educacional sergipano, especialmente no caso do ensino secundário, público alvo do impresso, se restringia a uma elite econômica com um próprio viés cultural tendo como bases os preceitos do Estado Novo para a construção de uma educação civilizadora e patriótica.

Mesmo sendo produzido mensalmente, o jornal *A Voz do Estudante* teve pausas, sendo suas mais emblemáticas, a pausa entre junho de 1942 e julho de 1944, motivado, ao que parece, por críticas e falhas na produção de seu primeiro número, dificuldades com a qualidade do papel foram pontuadas desde a sua segunda edição, em que o problema buscava novas soluções, ajuda e público (*A Voz do Estudante*, ano I, n.II, p.1 e 2). A segunda pausa mais longa ocorreu logo após a manchete do anúncio da vitória e da participação estudantil no conflito, ainda que por meio dos discursos, ideais e mobilização para o conflito, seja incentivando o recrutamento ou mesmo disseminando campanhas (*A Voz do Estudante*, ano I, n.10, p.1, 2 e 3). Após essa interrupção, o impresso voltou a circulação somente no ano seguinte numa distinta diagramação, com diferentes redatores e temáticas mais voltadas a questões internas do alunado e da instituição escolar, demarcando assim uma clara ruptura que possibilitou a escolha do recorte para análise dos impressos, o que reforça não se tratar

de um jornal da escola, mas sim fruto da mobilização dos estudantes, permitindo inferir o modo como o jornal estudantil se tornou um espaço de produção de sentidos e representações sobre a Segunda Guerra Mundial em Sergipe, propondo uma investigação interpretativa daquele tempo e espaço.

Dentro desse íterim, busco analisar, além do periódico *A Voz do Estudante* (1942-1946) em suas 10 edições localizadas pelo citado Projeto, quem eram as “vozes” que escreviam no jornal e o que elas queriam dizer, a qual instituição estava veiculada e o que podiam indicar a respeito daquela sociedade, o que se fazia reverberar dentro e fora dos muros da escola. Sendo o impresso dividido em uma média de 4 páginas por edição, iniciando comumente por imagens e se dividindo em 3 colunas de texto por folha a respeito dos mais variados temas e sob diferentes formas textuais.

Os impressos foram localizados no acervo digital da Biblioteca Pública Epiphânio Dória (BPED) na cidade de Aracaju. Para além deles também foram utilizadas, com o objetivo de construir o perfil dos redatores, suas fichas escolares, contendo guias de matrícula, boletins, transferências, certidões de nascimento, comprovantes de vacinação e exames de admissão, entre outros documentos encontrados no arquivo corrente do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, pertencentes aos alunos envolvidos diretamente na produção dos escritos e associados ao Grêmio Literário Clodomir Silva (GLCS).

Em seguida, foi feita a busca de fontes em outros arquivos, sendo eles o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) e, para um melhor cruzamento das fontes, também foram consultados os jornais comerciais em circulação no período, como o *Correio de Aracaju* e o *Folha da Manhã* encontrados no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Apesar de datar de junho de 1942 a agosto de 1946, a análise dos escritos se encerra com o final da Segunda Grande Guerra e das comemorações da vitória dos Aliados frente ao fascismo.

Em relação ao percurso teórico-metodológico, é imprescindível fazer inicialmente o levantamento de artigos, dissertações e teses publicadas dentro da temática. Esse percurso foi seguido para que por fim pudesse haver um melhor aproveitamento na análise do impresso em diálogo com as fontes encontradas e o referencial teórico escolhido. Em síntese, a metodologia adotada nesta pesquisa estruturou-se em três etapas complementares.

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento e sistematização do cenário histórico e sociopolítico da década de 1940 em Sergipe, mais especificamente em Aracaju, com ênfase nos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, nas políticas educacionais do Estado Novo, na expansão das associações estudantis e no papel da imprensa escolar,

especialmente no âmbito do Atheneu Sergipense considerando o contexto específico da cidade no período, a fim de situar localmente os fenômenos investigados.

Em um segundo momento, a pesquisa voltou-se à identificação do lugar social ocupado pelos estudantes autores e leitores do jornal *A Voz do Estudante*, buscando compreender quem eram esses sujeitos, suas origens sociais e escolares e de que forma essas trajetórias repercutiam na produção discursiva do jornal, concebido aqui como expressão histórica de um grupo social juvenil inserido em um tempo específico.

Na terceira etapa, realizou-se uma análise consistente dos impressos e as publicações sobre a Segunda Guerra Mundial, com especial atenção ao conteúdo textual e às estratégias de enunciação, relacionando o material produzido pelo grêmio estudantil às demais fontes documentais reunidas, de modo a construir uma interpretação articulada entre os discursos presentes na imprensa escolar e os processos históricos mais amplos que atravessaram a juventude estudantil sergipana nos anos 1940.

A partir da referida construção metodológica, a presente pesquisa visa contribuir para o estudo da história da Segunda Guerra Mundial em Sergipe sob novos olhares e perspectivas, no caso os discentes do secundário. Dessa forma é possível compreender como o meio social e a construção simbólica dos fatos influenciou e dialogou com o cotidiano desses estudantes, sendo um importante viés de análise na construção da historiografia da Educação a respeito da Segunda Guerra Mundial com foco na participação de Sergipe. Por se tratar de uma “voz” outrora tão invisibilizada, os objetivos e a escolha de fontes se tornam não só um diferencial, mas uma necessidade para o avanço dos estudos no campo, especialmente pela abordagem da temática, em um momento tão emblemático para a História mundial e de Sergipe.

Colocar o aluno dentro da discussão sobre a Segunda Guerra Mundial constitui uma contribuição relevante ao permitir compreender o conflito a partir da perspectiva discente,

A atualidade do tema se dá devido ao avanço dos regimes ditatoriais em todo o mundo e da disseminação dos grupos neonazistas. Sendo assim, o jornal coloca em foco o modo como os discentes lidam em períodos de crises e catástrofes mundiais, tais como guerras e pandemias, acarretando numa reflexão sobre nossa própria realidade. Os escritos materializaram as angústias, anseios, ideais e valores não só dos alunos, mas também da instituição e da sociedade na qual eles estavam imersos, fazendo-se uma importante fonte para compreender não só o cotidiano escolar e as práticas educativas, mas também ajudando a pensar a sociedade sergipana que forjou tais representações. Processos eleitorais recentes, como os que envolvem Javier Milei na Argentina, José Antonio Kast no Chile e Jair

Bolsonaro no Brasil, expressam disputas políticas marcadas por projetos distintos de sociedade e por discursos que mobilizam a população em momentos de instabilidade. Ao considerar essas dinâmicas, a análise das produções estudantis do período da guerra contribui para compreender como contextos de crise influenciam a formação de posicionamentos e a participação em debates públicos, aproximando o estudo histórico das questões geopolíticas presentes nas eleições contemporâneas.

Dentro de toda a ebulição de ideias trazidas pelo período, situa-se o Atheneu Sergipense, instituição criada em 24 de outubro de 1870, como uma “Casa de Educação Literária” e um marco para a educação em Sergipe que passa a existir o embrião que mais tarde proporcionou o desenvolvimento da intelectualidade sergipana. Conforme Alves (2005), o estabelecimento de ensino veio a se tornar um símbolo da modernidade que desabrochava na debutante capital sergipana, onde inicialmente era ofertado o curso de humanidades e o curso normal, sempre na região central da cidade, em posição de destaque e prestígio, que muito mostrava dos interesses e dos frequentadores daquele espaço.

Ser aluno do Atheneu Sergipense era motivo de orgulho e notoriedade, o que colocava seus “frutos” nos caminhos da vida pública e intelectual, na qual se constituíam relações prósperas que preparavam a juventude para a formação propedêutica e de magistério em meio a um cenário propício a associações estudantis, como era o caso da associação que abarcava o referido impresso, o Grêmio Cultural Clodomir Silva, criado em 1934, produto do associativismo voluntário entre os agremiados. (RODRIGUES, 2015).

Nos primeiros anos da década de 1940, sob a influência das diretrizes estabelecidas pela Reforma Gustavo Capanema e ebulição de ideias educacionais, o Atheneu Sergipense, que já havia sido renomeado para Colégio de Sergipe em 1938, passou a se chamar Colégio de Sergipe em 1942 e Colégio Estadual de Sergipe em 1943. A variedade de nomenclaturas dadas a instituição desde a sua abertura e recorrentes mudanças nesse curto espaço de tempo refletia a adaptação às transformações propostas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (ALVES, 2005, p. 6).³

Nesse período, a educação sergipana era organizada em três níveis: pré-primário, primário e secundário, todos regulados pelo governo estadual e três instituições desempenhavam papel central em Aracaju, a saber: Escola Normal Rui Barbosa (responsável pelo Curso Normal), a Escola Técnica de Comércio de Sergipe e o Atheneu Sergipense. A

³ Tendo em vista a padronização do nome da instituição ao longo do texto, como também seguindo a perspectiva que a nomenclatura Atheneu Sergipense consiste como aquela que marca a memória de Sergipe, ao longo de toda a dissertação faremos uso de Atheneu Sergipense, independentemente do período ao qual nos referimos.

partir de 1942, essas instituições passaram por intensas transformações estruturais, em sintonia com as exigências da nova legislação educacional vigente, culminando, inclusive, na separação das turmas por gênero, possibilitando mudanças direcionadas em seus currículos, nos quais os alunos poderiam escolher entre as ofertas do curso Clássico ou Científico para, assim, serem preparados para o ingresso no ensino superior nas suas áreas de interesse. (ALVES; OLIVEIRA; COSTA, 2020).

Ademais, para melhor compreender os aspectos históricos referentes à instituição produtora, sublinha-se o papel central da relevância do Atheneu Sergipense para a formação da juventude de outrora, se tornando um centro de ideais em ebulição e um solo propício à difusão de determinados discursos que reverberavam fora dos muros da escola, como visto nos jornais. Desse modo, faz-se necessária a atenção sobre um variado conjunto de trabalhos que tratam da história das instituições de ensino, em especial o Atheneu Sergipense e seu percurso no cenário sergipano desde a sua criação. Tais estudos se mostram peça-chave para a análise dos jornais estudantis que são objeto/fonte da presente pesquisa para melhor compreensão do meio que o circundou.

Com a revolução do campo epistemológico na historiografia, especialmente na terceira geração da Escola dos *Annales*, novos objetos de estudo passaram a ser considerados, mesmo tendo sido largamente invisibilizados pela História. Após 1968, com o esgotamento de um regime de verdades e de explicações generalistas em meio a complexidade do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, a história serial e a longa duração de Fernand Braudel perdeu a centralidade, dando espaço a uma história de movimento que ampliou o foco para as manifestações culturais das massas anônimas (PESAVENTO, 2013).

Contudo, mesmo com a expansão do sistema universitário brasileiro com a Lei da Reforma universitária (1968), os pressupostos dos *Annales* tardaram e foram difundidos somente após a crise dos paradigmas no Brasil, ocorrida após a redemocratização na década de 1980. Ali se constituía uma narrativa memorialística dos vencidos, dos oprimidos e das minorias sociais, quando se deixou de lado as biografias dos grandes heróis e se deu espaço aos subalternos. Os historiadores abriram os olhos para as manifestações culturais de uma sociedade que desenvolveu, no século XX, a História Cultural.

Nesse contexto de emergência da subjetividade e percepção de sentimentos, emoções, valores e temores enquanto informações relevantes para o historiador, a experiência histórica individual passa a ganhar espaço e dá lugar a historicização e socialização de determinada realidade em diferentes épocas. Desse modo, ainda que por vezes invisibilizado e visto como “menor”, o campo da História da Educação possibilita a imersão não somente no cenário

educacional, mas também a compreensão e percepção de uma geração que se formou junto aos horrores da Guerra. Para além do ponto de vista político, esse trabalho conta a versão de personagens comumente deixados de lado em meio aos estudos das instituições educativas e professores renomados, os alunos.

Ao me debruçar sobre o estudo dos impressos pude compreender a necessidade de se pensar as diferenciações entre os jornais regidos pelas instituições de ensino e aqueles que eram geridos pelos alunos, fez-se presente e fulcral o conceito de imprensa estudantil (MOREIRA, GALVÃO, 2022). As práticas são colocadas e representadas de variadas formas, influenciadas pelo ambiente em que são criadas e, assim, a discussão do conceito de representação e apropriação de Roger Chartier (1990, 2002), cultura escolar (Julia, 2001), cultura história (Le Goff, 1996) e cultura política (Gomes, 1999), se colocam não só como atuais e para se entender uma realidade pouco explorada e expressa pelos alunos em seus escritos.

A adoção do conceito de imprensa estudantil, conforme proposto por Moreira e Galvão (2022), permite compreender o jornal escolar como prática social produzida por sujeitos específicos, inseridos em um espaço institucional e atravessados por relações de poder, expectativas educativas e referenciais políticos. O impresso deixa de ser compreendido apenas como meio de comunicação ou exercício pedagógico e passa a ser analisado como lugar de produção simbólica, no qual os estudantes selecionam temas e constroem discursos, ao passo que organizam suas visões de mundo. Essa abordagem possibilita utilizar o jornal como fonte para acessar modos de percepção dos jovens da época, sobretudo em contextos de crise histórica, como o da Segunda Guerra Mundial.

Dentro dessa perspectiva, busca-se um diálogo com as noções de representação e apropriação formuladas por Chartier (1990, 2002), entendidas como instrumentos analíticos para examinar a forma como os estudantes elaboram sentidos sobre a guerra, a autoridade e a vida coletiva. As representações presentes no jornal expressam visões de mundo partilhadas no interior da cultura escolar, conforme definida por Dominique Julia (2001), ao mesmo tempo em que apontam a incorporação seletiva de discursos oriundos da cultura política do período, conforme discutido por Gomes (1999). Ainda que o conceito de cultura histórica, proposto por Le Goff (1996), ofereça subsídios para compreender disputas em torno da memória e da experiência do tempo, o foco recai sobre a cultura política como chave interpretativa, por permitir analisar a circulação de valores, símbolos e linguagens no interior do impresso.

Visando aprimorar a análise e o impacto cotidiano nesse cenário, esta pesquisa utiliza a perspectiva da Nova História Cultural a partir das características analíticas estabelecidas por Chartier (1988). Desse modo, foram utilizadas as ideias de apropriação e representação do Chartier (1990, 2002) para o entendimento dos jornais escolares como prática cultural, bem como o conceito de cultura escolar (Julia, 2001) para tratar do jornal como prática que define o modo como os conhecimentos e condutas são passados e incorporados pelos discentes. Articulado ao conceito de “cultura histórica” (Le Goff, 1996) e de “cultura política” (GOMES, 1999), a correlação entre as ideias possibilita, para além da compreensão histórica dos fatos, a compreensão de formas de expressão cultural, discursiva e simbólica associadas a ele.

De acordo com Chartier (1988), com a Nova História Cultural, os historiadores passaram a se interessar por artefatos que, durante muito tempo, guardaram valor apenas como objetos memorialísticos. Eles foram negligenciados por um modo de entender a História que privilegiava as grandes narrativas e heróis. Contemporaneamente, objetos *estrangeiros* constituem os novos territórios do historiador por meio da anexação dos territórios dos outros. A História Cultural também permite entender uma ideia descrita por Chartier: “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1988, p. 16-17). Para ele, o objetivo da História Cultural é identificar o modo como diferentes lugares e momentos moldam o entendimento humano sobre os fenômenos externos e como tais pensamentos são repassados, interpretando os jornais como uma prática cultural que perpassou diferentes espaços e tempos.

A História Cultural tem facultado a descoberta e redescoberta de novos objetos e problemas de investigação, a partir de tratamentos inéditos, enquanto prática cultural inerente da vida social em diferentes lugares e tempos (Chartier, 1988). Quanto ao conceito de apropriação, para Chartier, refere-se a “uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”. (Chartier, 2002, p. 68). Sendo assim, é possível analisar os jornais, escritores e suas intenções a partir da construção de sentido obtida pela leitura dos jornais e suas mais variadas colunas dotadas de intencionalidade.

No conceito de representação proposto por Roger Chartier, os significados atribuídos ao mundo social são construídos por grupos de indivíduos a partir de suas visões de mundo e experiências compartilhadas. Essas representações, enquanto práticas sociais, tornam-se ferramentas analíticas especialmente úteis para o estudo de periódicos, pois possibilitam a

compreensão das percepções e construções simbólicas dos estudantes a partir das relações e práticas desenvolvidas no ambiente escolar.

Nos jornais estudantis, o conceito de representação contribui para a compreensão do impresso como espaço de elaboração de sentidos sobre o mundo social a partir das experiências compartilhadas pelos estudantes. O jornal estudantil analisado expressa visões de mundo construídas no interior da cultura escolar, nas quais guerra, pátria, autoridade e civilidade adquirem significados próprios, articulados às práticas vivenciadas no ambiente educativo. Os textos publicados indicam escolhas simbólicas que organizam percepções, valores e afetos, permitindo identificar como os discentes interpretaram o tempo histórico e atribuíram sentido aos acontecimentos que atravessaram seu cotidiano. Nesse contexto, o jornal se afirma como prática social que reúne discursos e narrativas produzidas a partir do lugar ocupado pelos estudantes, possibilitando o acesso às representações elaboradas por esses sujeitos e à forma como compreenderam e significaram a experiência da Segunda Guerra Mundial no espaço escolar.

Dentro desse cenário, é fundamental pontuar as dimensões investigativas dos impressos estudantis enquanto cultura material escolar como um mecanismo de compreensão de seus redatores e leitores (GALVÃO; MELO, 2019), mas também como cultura política, sendo uma ferramenta para legitimar discursos e um mecanismo de representação feito pela sociedade para si mesma (BERSTEIN, 1998). Essa perspectiva dialoga diretamente com a abordagem proposta em “Escritas estudantis na imprensa periódica da educação”, na qual os organizadores ressaltam a centralidade da materialidade do impresso para a produção de sentidos, enfatizando que a forma física do texto, sua disposição gráfica, circulação e suporte condicionam as possibilidades de leitura e apropriação, conforme os contextos históricos e as comunidades interpretativas envolvidas (OLIVEIRA; MANKE; RODRIGUES, OLIVEIRA, 2024).

O impresso estudantil, nesse sentido, adquire estatuto de documento histórico capaz de indicar conteúdos, práticas de escrita, escolhas editoriais e estratégias de comunicação próprias do universo escolar. Ao tratar jornais e revistas como dispositivos de circulação de valores, comportamentos e modelos de conduta, os autores ampliam o debate sobre a imprensa estudantil como fonte e objeto de pesquisa, destacando sua capacidade de tornar visíveis as relações entre escola, sociedade e projetos de formação. A articulação teórica permite, assim, analisar o *A Voz do Estudante* como prática cultural situada, na qual a escrita discente opera simultaneamente como exercício formativo, espaço de sociabilidade e meio de elaboração simbólica de experiências históricas, nesse caso sendo a Segunda Guerra Mundial.

A partir dessa construção, me utilizo dos escritos de Julia (2001) em que o autor discute e coloca o conceito de cultura escolar como uma forma de compreender as práticas escolares e o escopo em que se possibilitava transmitir conhecimentos que mais tarde moldavam os comportamentos sociais dentro da instituição de ensino onde ele se desenvolvia. Sendo essas formas investigativas vinculadas à cultura material escolar, uma maneira de examinar a “maquinaria escolar” (SOUZA, CORDEIRO, BENCOSTTA E NERY, 2023), viabilizando melhor compreender o funcionamento da escola, os usos e desusos de dispositivos produtores de significado pelos indivíduos que dela fazem parte em diferentes períodos, se tornando assim um objeto histórico.

Segundo Julia (2001), a cultura escolar pode ser entendida como um conjunto de normas, saberes, práticas e valores que são selecionados, organizados e transmitidos por meio da instituição, com o objetivo de formar indivíduos de acordo com determinados projetos sociais e políticos. Essa cultura, portanto, não é neutra, visto que reflete disputas, escolhas e imposições que ocorrem dentro de um contexto histórico específico. Nessa perspectiva, o conceito de cultura histórica desenvolvido por Le Goff (1996) contribui para compreender a escola como espaço de construção e disputa de memórias, representações e poderes. Para Le Goff, a cultura não está separada da política, mas esta é produto da história e atua como instrumento de organização social, ideológica e simbólica, desse modo, ele destaca o papel do estudo da cultura política como um meio de traduzir o passado: produção da memória coletiva.

Estudar a cultura política - sua conformação e divulgação - seria também “como” uma interpretação do passado (feita no presente e vislumbrando um futuro) foi produzida e consolidada através do tempo, integrando-se à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais (Cury, Flores, Cordeiro, 2010, p.150).

Assim, a cultura escolar aparece como uma forma particular de cultura histórica, na medida em que é também um campo de produção de sentidos, de seleção do que deve ser lembrado ou esquecido, e de reprodução ou contestação das estruturas de poder, se tornando parte de uma “memória coletiva” ao longo do tempo. A escola, portanto, opera como agente de historicidade, transmitindo não apenas conteúdos, mas também uma determinada visão de mundo que participa das dinâmicas políticas de seu tempo.

Tendo em vista um extenso aparato teórico bastante discutido como contrapartida ao objeto cuja voz foi por tanto tempo silenciada, é importante mencionar a dimensão do estudo dos impressos estudantis que se constituem como uma fonte/objeto de pesquisa nos estudos da História da Educação, sendo um caminho relevante para o conhecimento de práticas

educativas a partir do que os discentes de dado período histórico publicizavam acerca do cotidiano escolar, disciplinas, docentes, conteúdos e mesmo outros aspectos vivenciados para além da escola. Estudar jornais estudantis é também uma forma de contribuir com os estudos da História da Educação, e mesmo para a História dos impressos.

Sob outros olhares, anteriormente, cabia ao historiador selecionar fontes objetivas e “neutras”, não havendo espaço para os discursos inflamados dos jornais. Mais tarde, os periódicos passaram a ser objeto de estudo e análise sob uma nova ótica interpretativa e metodológica. Numa nova perspectiva, por meio dos impressos é possível analisar o discurso, mas também a materialidade, que indica seu lugar social de produção e o público por ele atingido ao levar em conta os custos e interesses comerciais. Nesse sentido, a pesquisa visa aprofundar os trabalhos sobre os jornais estudantis a partir do seu uso como objeto e/ou fonte para a produção do conhecimento histórico, buscando uma melhor compreensão de determinada realidade através do posicionamento do impresso frente aos impactos do conflito no cenário político e social. Permitindo assim, pelas linhas do alunado, compreender transformações sociais, econômicas e culturais proporcionadas pelo cenário de guerra.

A pesquisa se propõe a aprofundar o âmbito dos trabalhos sobre os jornais estudantis a partir de pesquisadores como Kênia Hilda Moreira e Ana Maria de Oliveira Galvão (2022); Cristiani Bereta da Silva e Maria Teresa Santos Cunha (2020); Cristiani Bereta da Silva (2013); Ana Maria de Oliveira Galvão (2011); Giana Lange do Amaral (2002), Vilanova (2022), João Paulo Gama Oliveira, Lisiane Sias Manke, Roselusia Teresa de Moraes Oliveira e Simone Paixão Rodrigues (2024), entre outros pesquisadores, que utilizam os jornais estudantis como objeto e/ou fonte para a produção do conhecimento histórico, viabilizando uma revisão de seus estudos para uma melhor compreensão e análise das fontes.

Os usos da imprensa estudantil como objeto de pesquisa na área de História da Educação são analisados por Galvão e Moreira (2011), que destacam como os jornais escritos por discentes colaboram para a compreensão da realidade daquela sociedade, bem como o papel dos atores sociais na construção e funcionamento do espaço escolar. Amaral (2002) salienta a importância do estudo da cultura escolar das instituições educacionais, especialmente através dos periódicos estudantis, ao tomar como sujeito o aluno e levar em consideração sua individualidade no contexto sócio-histórico no qual ele está inserido. Segundo a autora:

Os “velhos objetos” de pesquisa, dentre eles as instituições educacionais, ganham nova roupagem, pois passam a ser vistos sob uma outra perspectiva de análise, mais interpretativa e menos descritiva e laudatória. Sem deixar de

integrar as escolas no sistema educativo vigente e na comunidade à qual fazem parte, leva também em conta o fato de que os bens culturais são produzidos, postos a circular e apropriados pelos sujeitos envolvidos no processo. (Amaral, 2002, p.118).

Cristiani Bereta da Silva (2013) explorou a relação entre jornais escolares e o contexto político da Segunda Guerra Mundial, especialmente no que tange aos projetos de nacionalização no Brasil. Em seu artigo "Cultura escolar e cultura política: projeto de nacionalização e o jornal escolar *A Criança Brasileira* (Santa Catarina, 1942-1945)", ela analisa como o periódico "*A Criança Brasileira*", produzido por alunos do Grupo Escolar Lauro Müller entre 1942 e 1945, refletia e promovia práticas nacionalistas. O jornal enfatizava biografias, datas comemorativas e atividades escolares que evidenciavam a cultura política e escolar da época, demonstrando a interseção entre as práticas políticas e educacionais durante o período do Estado Novo.

Do outro lado do território nacional, Vilanova (2022) escreve sobre a imprensa escolar piauiense entre os anos de 1930 e 1948 e versa sobre a maneira como o impresso está vinculado ao processo de formação do alunado, o compreendendo assim enquanto prática cultural da instituição que os abrigava associando as organizações estudantis a escolarização, a vida política e a propaganda. Em profundo diálogo com as fontes, o trabalho não se distancia da ideia de construção simbólica que representava o jovem e dos interesses públicos e políticos que giravam em torno desse grupo.

Nesse sentido, pensando em perspectiva nacional, o levantamento realizado no artigo "Pesquisas sobre impressos estudantis no Brasil (2003-2022)", de Oliveira, Santos e Accioly (2025) acerca das dissertações e teses que tomam os impressos estudantis como objeto e/ou fonte de pesquisa. A partir da busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando descritores como "jornal escolar", "impresso escolar", "imprensa escolar", "jornal estudantil" e "impresso estudantil", foram inicialmente localizados mais de cem trabalhos, dos quais apenas 26 atenderam aos critérios estabelecidos, especialmente no que se refere à presença de uma abordagem histórica e à centralidade dos impressos na investigação. Conforme destacam os citados autores, o objetivo desse mapeamento foi justamente identificar produções acadêmicas que utilizassem tais materiais como objeto e/ou fonte, constituindo um panorama do que vem sendo produzido na área e permitindo compreender os caminhos trilhados pelas pesquisas sobre o tema. Os estudos apresentam variações conceituais e metodológicas, ora tratando os impressos como objeto de análise, ora como fonte histórica, ou ainda em dupla dimensão (OLIVEIRA; SANTOS; ACCIOLY, 2025).

Embora não tenham sido localizados trabalhos específicos sobre o periódico em questão na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nem no Portal de Periódicos da CAPES, a busca por trabalhos vinculados ao projeto permitiu identificar referências relevantes em duas teses acadêmicas. A primeira, de Simone Paixão (2015), aborda o *Grêmio Literário Clodomir Silva* e insere o jornal *A Voz do Estudante* como parte integrante das atividades do grêmio entre os anos de 1934 e 1956, destacando-o como espaço formativo, de representação e de construção de visões de mundo juvenis para fins literários e culturais.

Na ata da sessão ordinária, realizada no dia 3 de junho de 1944, há o registro da presença do representante do Inventor Federal do Estado, o senhor José Machado. Vale destacar, também, que, no registro de todas as atas das sessões do grêmio, ocorridas entre 20 de maio de 1944 e 13 de setembro de 1945, constava a presença de professores, do diretor e de representantes do interventor federal. (RODRIGUES, 2015, P.193).

Rodrigues (2020, p. 194) também enfatiza a relevância do impresso como lugar de sociabilidade juvenil e como espaço de interlocução com autoridades do Estado, seja por meio de convites, visitas institucionais ou discursos que mostram a vinculação entre a esfera estudantil e o poder público local, buscando representatividade para os agremiados e demonstram assim uma posição de poder utilizada, por meio do discurso jornalístico, no campo político. A autora oferece um panorama abrangente sobre impressos escolares das décadas de 1930 e analisa sua materialidade, ao lado de outros periódicos escolares do período e como eles se articulavam em diferentes cenários culturais, políticos e econômicos. Contudo, por se tratar de um diferente recorte temporal, inclui menções diretas de uma primeira versão do periódico *A Voz do Estudante* criado em 1931, período anterior ao conflito, mas que deu espaço a uma nova versão, batizada com o mesmo nome, no ano de 1942, tendo à frente outros autores, dirigentes e, por consequência, diferentes ideias.

De tal modo, ao realizar um mapeamento detalhado de periódicos escolares da década de 1930, Rodrigues (2020) demonstra de que modo esses jornais funcionavam como espaços de formação de identidades juvenis, sociabilidade, circulação de ideias e representação simbólica dentro das escolas. Sua análise mais generalizante dos impressos, fornece uma dimensão ampla das temáticas e formações dos impressos, permitindo comparações e aproximações em termos de estrutura, função e contexto de produção.

Diante do exposto, para melhor situar o contexto histórico examinado no periódico, é necessário traçar alguns apontamentos sobre a Guerra no Atlântico. Nele, encontra-se o turbulento Estado Novo, o Movimento escolanovista e uma recente Guerra Mundial. Nesse

contexto de intenso patriotismo e reformulação de práticas educativas que buscavam dar autonomia ao aluno, é curioso pensar como por tanto tempo essa efervescência de jornais escolares em contextos tão carregados de viés ideológico foram invisibilizados. Portanto, esse trabalho se propõe a ser uma contribuição para a ampliação dos olhares sobre a Segunda Guerra Mundial a partir do olhar discente.

Ademais, como suporte para o desenvolvimento da questão da Segunda Guerra Mundial em Sergipe, tomo o artigo intitulado “Segunda Guerra Mundial: notas sobre o cotidiano de Aracaju após o ataque do U-507 (1942-1945)”, escrito por Andreza S. Cruz Maynard e Dilton C. S. Maynard (2019). Nesse texto, são apresentados os desdobramentos tidos a partir dos ataques realizados entre Sergipe e Bahia pelo submarino alemão U-507 em agosto de 1942, e de que forma o anúncio da entrada do Brasil na Guerra influenciou não só na política interna, mas no próprio cotidiano na cidade de Aracaju a curto e longo prazo.

Por fim, na tese do Luiz Antônio Pinto Cruz (2017) “A Guerra do Atlântico na costa do Brasil: rastros, restos e aura dos U-BOATS no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945)” analisa a dimensão social dos torpedeamentos na costa sergipana e seu impacto na vida da população daquele período a partir de entrevistas e de documentação primária. Seu trabalho permite ter contato com os relatos dos sobreviventes, suas reações e sua percepção dos fatos a curto e longo prazo de uma amostra da sociedade sergipana. Sendo assim, é possível ter contato com as informações e a repercussão vivenciada pelos estudantes do período, ajudando na compreensão e análise dos jornais com o auxílio dos trabalhos de Costa e Maynard (2012), Trindade (2014), José D’ Assunção Barros (2016), Trindade (2019), Santos (2020; 2021) e Lino (2022).

Visando a realização da pesquisa, reúno dados para uma melhor análise do objeto. A presente pesquisa é tida como de cunho documental por se fazer a partir da investigação da imprensa estudantil como documento, observando-o como fonte para a compreensão do imaginário do período em que os jornais estão imersos. Para isso, o enfoque recai sobre o impresso estudantil *A Voz do Estudante* dentro do recorte temporal posto entre os anos de início do periódico e da participação do Brasil no conflito e fim da Segunda Guerra Mundial (1942-1945) considerando as práticas educativas e o colapso social gerado em território nacional e internacional.

Deste modo, esse trabalho busca caminhos para entender uma sociedade a partir do olhar discente, adentrando os vestígios próprios daquele período, os medos e anseios dos personagens que possibilitaram olhar para o passado sob novos olhos e assim proporcionar e viabilizar a pesquisa enquanto uma contribuição para a História de Sergipe. A primeira seção

desta dissertação corresponde à introdução, na qual são apresentados o objeto de estudo, os objetivos da pesquisa e os caminhos teórico-metodológicos que orientam a investigação. Nela, delimita-se a problemática central e situa-se o estudo no campo da História da Educação, evidenciando a relevância da análise da imprensa estudantil para a compreensão das experiências discentes durante a Segunda Guerra Mundial em Sergipe. Para isso, na segunda seção discuto sobre o jornal a partir dos seus autores, da escola e da sociedade que o produziu, examinando a Segunda Guerra Mundial em diferentes níveis, bem como o cotidiano da sociedade aracajuana naquele período tendo como eixo estruturante o impresso estudantil a partir da revisão bibliográfica sobre a fonte e o período histórico no qual ele estava situado. Na terceira seção, munida dos impressos comerciais da época e dos documentos escolares dos redatores do *A Voz do Estudante*, traço o perfil do alunado baseado em suas idades, gênero, naturalidade e outros tantos atributos que nos ajudam a compreender o lugar social de onde os estudantes se entendiam e compreendiam o mundo a seu redor, impactando na sua expressão política esbravejada nos escritos e que poderá ser melhor notada através da produção de gráficos e tabelas com o levantamento dos dados encontrados. Por fim, farei a análise das notícias vinculadas diretamente à Guerra, dos usos e desusos de termos bélicos, figuras heroicas e políticas para compreender as transformações sociais oriundas do conflito e seus reflexos na sociedade sergipana, na quarta seção da dissertação. Por último, traçamos as considerações finais da pesquisa desenvolvida.

2.0. ARACAJU DA DÉCADA DE 1940 E O FLORESCIMENTO DO JORNAL *A VOZ DO ESTUDANTE* NO GLCS DO ATHENEU SERGIPENSE

Nesta seção são apresentados elementos da cidade de Aracaju, sobretudo do Atheneu Sergipense e do GLCS durante a década de 1940, marcada pelos impactos da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo na construção de identidades. Inicialmente, busco compreender o impresso *A Voz do Estudante* e as atividades do Grêmio Cultural Clodomir Silva dentro da instituição ao qual eles eram vinculados, bem como as ideais e vertentes pedagógicas que circulavam no período, suas influências culturais e políticas.

O Grêmio Clodomir Silva e *A Voz do Estudante* apontam para a existência de uma comunidade estudantil engajada na reflexão crítica sobre temas como democracia, cidadania e cultura, influenciada tanto pelos ideais liberais mobilizados durante a Guerra quanto pela atuação de um controle ideológico por parte do Estado Varguista. Ainda que em meio ao autoritarismo de uma ditadura, os estudantes articularam formas de expressão e atuação que oscilavam entre a adesão ao projeto nacionalista e a contestação silenciosa das hierarquias sociais e políticas.

Essa *juventude* é tratada por Pierre Bourdieu (2003, p.152) como uma mera arbitrariedade da Sociologia e um jogo de interesses entre grupos sociais que se apresenta como um mecanismo de divisão dos poderes entre jovens e velhos. Para ele, a idade é um dado biológico socialmente manipulável, até mesmo quando se fala de sua unidade social dotada de interesses comuns. Mesmo “forjada”, com o tempo passa a existir de fato uma continuidade entre os interesses das chamadas “duas juventudes”, a juventude burguesa e a juventude operária, populações que apesar de seus diferentes estilos de vida, gostos e ambições, se munuiu de interesses comuns proporcionados pelo acesso ao ensino secundário.

Contudo, apenas na segunda metade do século XIX a própria ideia de “adolescência”, para além de seu aspecto biológico, começou a ser vista como uma fase da vida, fazendo surgir padrões de comportamento que criaram uma “cultura adolescente”, atrelado, de acordo com Pais (2003), ao prolongamento da escolaridade, a legislação sobre trabalho infantil e até a própria concepção de família moderna, estendendo assim a dependência desse grupo coeso que estava na transição entre a infância e a fase adulta.

Na verdade a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações. Dar importância a este pressuposto metodológico parece tanto mais conveniente quanto é certo que, como se tem visto a insistir, a noção de juventude é uma das que mais têm prestado a generalizações arbitrárias (PAIS, 2003, p.42).

O autor propõe a interpretação da juventude a partir de dois eixos: quando se refere a uma fase da vida com uma aparente homogeneidade e com *diversidade* ao examinar as particularidades sociais que distinguem os jovens entre si. Para tal, tomo como base a ideia de jovem nesse contexto, como indivíduo partícipe não somente da comunidade escolar, mas integrantes de culturas juvenis associados a uma identidade, ainda que com distinções culturais e sociais. Jovens que, dentro de um determinado grupo, internalizavam não apenas formas de vestimenta, música e linguagem, mas modos de dar a ler sua própria cultura escolar a partir de seus escritos e projeções. Conforme aponta Ridenti (2000), esse grupo foi atravessado por um imaginário de engajamento e modernidade, mas também por formas sutis de resistência, que encontravam na escola e na imprensa estudantil espaços ambivalentes de socialização e crítica.

No fragmento a seguir, os estudantes escrevem sobre a falta de cooperação para a escrita do jornal, o reconhecendo como instrumento de modificação social ao colocar aqueles que tratam seu espaço com desdém e pouco caso como uma juventude passiva, que mesmo incentivada pelos ideais impostos nos meios de comunicação e de uma realidade de acirradas rivalidades ideológicas, se mantém inerte. Essa inconsciência prejudicial acaba por demarcar o pensamento daqueles que estavam à frente do impresso e expor de que maneira os escritos eram vistos, qual era sua importância e objetivo.

Lutamos porque temos um Ideal. Temos um futuro a realizar. E essa Geração que tanto fala em Liberdade, numa Aurora Transformadora, foge da luta, esconde-se vergonhosamente daqueles que procurou realizar alguma coisa. Daqueles que procuram mostrar aos sergipanos o que é a Mocidade Moderna, essa mocidade ansiante, asfixiada. Essa mocidade que se extasia ante os acontecimentos mundiais, essa mocidade que sofre porque há ainda os resquícios de uma Civilização decaída, essa mocidade que sabe sofrer!!!tendo certeza que trombetas universais anunciarão brevemente o Império da Luz!

(*A VOZ DO ESTUDANTE*, N.1, Ano I, Aracaju, 27 de janeiro de 1945, p.2).

Não distante dessa ideia, o jornal funcionava não apenas como meio de expressão estudantil, mas como ferramenta de intervenção política e cultural, assinalando as disputas simbólicas em torno do papel da educação pública e do direito à voz no ambiente escolar. Assim, mesmo inserido em uma instituição marcada pela reprodução das desigualdades sociais, o movimento estudantil do período buscava afirmar novos sentidos para a escola e para a participação juvenil, encontrando para isso, o espaço nos impressos, ainda que o compreendendo como resultado de uma cultura juvenil múltipla e distinta entre os diferentes grupos e suas formas de expressão numa mesma sociedade e comunidade escolar.

2.1. ATHENEU SERGIPENSE, GRÊMIO LITERÁRIO CLODOMIR SILVA E O JORNAL *A VOZ DO ESTUDANTE*

A Voz do Estudante apareceu hoje pela primeira vez. É um órgão de classe que vem preencher uma lacuna existente no seio do estudante sergipano. Movimento de classe, é pois, um movimento de cultura e de inteligência. Não nos movem aqui outros ideais e outros princípios. Estamos aqui para lutar dentro da ordem e dos postulados impostos pelo regime. Somos contra toda a ideia de violência e de força. E assim permaneceremos na expectativa da vitória. Contamos com o apoio da classe porque “*A Voz do Estudante*” é antes de tudo, um órgão que aparece para pugnar pelos princípios e pelos direitos dessa mesma classe. É sempre na mocidade que vamos buscar o exemplo de solidariedade, de compreensão e de fraternidade. (*A VOZ DO ESTUDANTE*, N.1, Ano I, Aracaju, 6 de junho de 1942, p.2).

O discurso proclamado pela então estudante do Atheneu Sergipense e diretora do impresso, Kermann Lacerda Mota⁴ indica qual era a intencionalidade do jornal dentro do Grêmio Literário Clodomir Silva, reflexo de uma juventude politizada, ou seja, “em processo de formação de opinião e consciência sobre as relações de poder de uma determinada sociedade” (OLIVEIRA, *et al*, 2018, p.15) que usava a intelectualidade como arma e esbravejava a ideia de que “não seria justo que a mocidade das escolas permanecesse de braços cruzados, indiferente diante do perigo que as ameaça” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 2). Indiferença essa, constantemente questionada nas páginas do periódico por uma nova geração que almejava mudanças sociais e presteza frente às notícias da Guerra que chegavam pelo rádio e pelos jornais à população sergipana.

O trecho em que se afirma que “não nos movem aqui outros ideais e outros princípios” e que a atuação estudantil se orientava para “lutar dentro da ordem e dos postulados impostos pelo regime” explicita, de maneira direta, os limites políticos nos quais a ação dos estudantes se inscrevia. A formulação não indica ausência de posicionamento, mas indica uma forma específica de engajamento, compatível com o contexto ditatorial do Estado Novo. A luta reivindicada pelo jornal não se coloca como ruptura aberta, mas como intervenção controlada, mediada pela aceitação das balizas impostas pelo regime, um tipo de participação política que se desenvolvia a partir da adaptação às normas vigentes.

Toda essa ebulição identitária e disseminação de ideais transcorridos no impresso se fazia possível dentro das especificidades referentes à instituição de ensino que o abrigou, o

⁴ Ver mais em “Escrita das alunas nos jornais estudantis do Atheneu Sergipense (1942-1959)” (SANTANA, 2024).

Atheneu Sergipense, estabelecendo assim a necessidade de situar a análise dos escritos a seu local de produção. Como peça incontornável no âmbito da educação sergipana, a documentação hoje preservada pelo Atheneu Sergipense, no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS⁵), se tornou um meio para melhor compreender as “visões” do passado que prepararam o palco para dar “voz” aos discentes responsáveis pela criação do jornal estudantil *A Voz do Estudante*.

Ao observar as relações aproximadas da instituição e das agremiações estudantis (RODRIGUES, 2015) com representantes do governo, interventores e figuras sergipanas ilustres na década de 1940, é colocada em pauta as visões do alunado como fonte para compreender a valorização institucional do ensino secundário e os discursos de modernização educacional em Sergipe durante o Estado Novo⁶.

A solenidade de posse do Grêmio Literário Clodomir Silva, como posta por Rodrigues (2015), é registrada e marcada pela presença de autoridades civis e militares, como é o caso do interventor Augusto Maynard Gomes, indicando a centralidade simbólica do Atheneu Sergipense como espaço de afirmação do projeto educacional oficial e de construção de uma juventude escolarizada vista como futuro da nação. A aproximação e relevância expressa entre a imprensa, a escola e o governo, evidencia a típica lógica varguista de controle e instrumentalização da educação como ferramenta de legitimação política.

Ao permitir que estudantes tomassem a palavra, o evento também reforça o caráter formativo e cívico atribuído à escola, configurando um ritual de passagem que posicionava os alunos como sujeitos ativos na sociedade sergipana. Dentro desse recorte, é possível perceber como os discursos oficiais e as práticas institucionais visavam a produção de identidades juvenis alinhadas a ideais de ordem, progresso e reconhecimento estatal, ao mesmo tempo em que evidenciam o valor simbólico da expansão do ensino secundário para as elites locais, que passaram a ter seus filhos formados sem a necessidade de migração para centros maiores.

As organizações estudantis proporcionavam aos alunos a aquisição de habilidades socialmente distintas, como a capacidade de trabalho em grupo, de planejamento e de execução de projetos, o exercício da liderança política e o treinamento de declamação e de oratória. Da mesma forma, a existência dos jornais estudantis concorria para boa parte dos estudantes ter um treino na arte da escrita, que exigia conhecimentos gramaticais e trabalho sistemático e criativo. Nos anos de 1940 e 1950, essas habilidades eram

⁵ O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) reúne e preserva documentação escolar, administrativa e cultural vinculada à trajetória histórica do Atheneu Sergipense, importante espaço da memória educacional sergipana e fonte para pesquisas sobre impressos estudantis e cultura escolar. Para saber mais, ver: Oliveira (2023)

⁶ De acordo com Dulce Pandolfi (2004) foi um regime ditatorial proveniente de um longo processo iniciado a partir da Revolução de 1930 e profundamente marcado pelas disputas entre civis e militares, tendo seu início estabelecido pelo golpe de Estado arquitetado de forma lenta e gradual por Getúlio Vargas.

próprias do *habitus* de homens de elite, que eram preparados para atuar na vida pública. (DALLABRIDA, 2012, p.176, grifos meus).

A citação evidencia como as organizações estudantis e seus jornais, mais do que espaços de convivência e expressão juvenil, funcionavam como verdadeiros laboratórios de formação de disposições elitistas, próprias de um *habitus* voltado à atuação na esfera pública. Ao proporcionar aos estudantes a oportunidade de desenvolver habilidades como oratória, liderança, escrita e planejamento coletivo, essas práticas escolares operavam como mecanismos de distinção social, visto que tais competências eram vistas como atributos valorizados nos campos político, intelectual e administrativo.

Horta (2012) situa a mobilização da *juventude* durante o Estado Novo e previstas pela Constituição de 1937, desde o uso de disciplinas como Educação Moral e Cívica até a formação da Organização Nacional da Juventude (ONJ). Esta última, apesar de pouco ter durado, sendo extinta em 1945, se configurou enquanto instrumento de educação moral e religiosa que sofreu inúmeras modificações e foi alvo de disputas de interesses por diferentes grupos sociais, até mesmo os militares. Contudo, sua premissa de ser um espaço de promoção do Estado Vargas se mantinha, especialmente por alcançar as novas gerações que estavam se formando. Em suma, as instituições escolares se tornaram uma ferramenta ideológica do Estado e isso repercutia de diferentes formas no cenário estudantil.

Cabe situar que nos anos de 1940, década marcada pela rigidez das hierarquias sociais e pela seletividade do sistema educacional, essas experiências formativas não estavam ao alcance de todos, mas se restringiam a um grupo social já predisposto à reprodução de capitais simbólicos e culturais, conforme as noções formuladas por Bourdieu, que permitem compreender a escola e seus dispositivos como espaços de legitimação e transmissão de disposições socialmente valorizadas (BOURDIEU, 2003). Assim, longe de democratizar o acesso à cultura letrada ou à participação política, essas organizações frequentemente reforçavam os mecanismos de exclusão, legitimando a presença das elites escolares nos espaços de prestígio e poder sob o discurso do mérito e da competência. Dessa forma, é possível compreender que a escola, mesmo quando investida de funções progressistas, como as promovidas pelas associações estudantis, operava, em muitos casos, como instância de naturalização das desigualdades sociais.

Conforme aponta Horta (1994), a concepção de ensino idealizada por Capanema atribuía centralidade às humanidades clássicas como base da formação cultural, projetando o secundário como espaço destinado à elite intelectual do país, na medida em que o ensino

secundário se estruturava para atender a um público socialmente selecionado. Tal orientação articulava-se a um projeto estatal de centralização e nacionalização do ensino, imposto no contexto da ditadura varguista, conforme analisa Dallabrida (2012), o que reforçava a vinculação entre educação e controle ideológico. Ainda segundo Horta (2012), a massificação da educação, longe de implicar democratização efetiva, assumiu função patriótica e disciplinadora, subordinada à manutenção da ordem e à formação de um cidadão moldado aos interesses do Estado Novo.

Nesse cenário, as associações estudantis e os jornais escolares, embora proporcionassem o desenvolvimento de habilidades como liderança, cooperação e domínio da escrita, favoreciam sobretudo estudantes já inseridos em trajetórias marcadas por acesso à cultura letrada, características associadas ao *habitus* das elites preparadas para a vida pública, conforme observa Dallabrida (2012). Ademais, a própria estrutura do ensino secundário, ampliada e complexificada a partir das reformas educacionais analisadas mencionadas, manteve-se restrita a grupos específicos em um contexto de investimento público limitado e a escola, ao mesmo tempo em que promovia discursos de modernização e civismo, reproduzia seletividades sociais e consolidava desigualdades no acesso e na permanência escolar.

Um dos modos de mobilização estudantil e amadurecimento da intelectualidade desses jovens se dava por meio das associações estudantis, nas quais os alunos podiam aprender, se expressar e serem representados. De acordo com Rodrigues (2015) por meio delas os alunos puderam ser mais ativos e autônomos no processo de ensino-aprendizagem, nelas era possível compartilhar ideias, desenvolver atividades culturais e produzir jornais, assim ajudando na construção e desenvolvimento de estudantes artísticos, escritores e críticos. Essas ideias de associativismo voluntário no espaço estudantil, segundo Monarcha (1999) e Delmonte (2010) tem relação com o movimento escolanovista⁷, bem como outros grupos que pensavam a renovação pedagógica brasileira.

Contudo, apesar do Atheneu Sergipense ser uma estimada e reverenciada instituição educativa desde a sua criação, sendo motivo de orgulho para a população, o mecanismo de ingresso e admissão seguia rigorosas exigências, incluindo pagamento de taxa de matrícula, exame de admissão, que se iniciou após o ano de 1942, com provas orais, escritas e práticas, tornando mais difícil o acesso a boa parte da população sergipana.

⁷ Movimento de renovação pedagógica surgido no Brasil na década de 1930, também chamado de Escola Nova, que defendia uma educação mais dinâmica e participativa. De acordo com Monarcha (2009) é uma escola essencialmente socializadora, que funciona sob trabalho em comunidade.

Assim, ao entender o dado cenário educacional como elitista, no qual se vê a elite como grupo detentor de certo poder ou como resultado de alguma seleção meritocrática, pode-se compreender como diferentes espaços e mecanismos de poder conseguem ser empregados por meio do acesso a posições dominantes. Entendida aqui como elite, “à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos.” (Heinz, 2006, p,7). Desse modo, a educação, por meio dos processos de admissão e das barreiras impostas, acaba por conceder privilégios sociais a determinados grupos.

A estrutura educacional brasileira, especialmente ao longo do século XX, não apenas excluiu as camadas populares por meio de mecanismos seletivos, como também operou como um espaço de perpetuação das origens sociais registrados a partir da documentação escolar dos autores do impresso através dos seus acessos, assuntos e residências em zonas nobres da cidade. Isso se deve ao fato de que a escola, longe de ser um ambiente neutro e igualitário, reproduz os códigos culturais, linguísticos e simbólicos das classes dominantes, conferindo-lhes legitimidade sob a aparência de competência individual.

Conforme argumenta Bourdieu (1998), o sistema escolar tende a reconhecer como “talento” ou “mérito” aquilo que, na verdade, é a incorporação prévia dos capitais culturais herdados do meio familiar a partir de uma ilusão de neutralidade. No caso brasileiro, esse processo é agravado pela histórica desigualdade no acesso à educação básica de qualidade, o que faz com que os estudantes oriundos de contextos socioeconômicos mais favorecidos cheguem melhor preparados às etapas seletivas e ocupem, assim, os espaços mais valorizados do sistema. Dessa forma, a escola torna-se um mecanismo de consagração das hierarquias sociais, mantendo os indivíduos próximos às suas condições de origem, ao invés de promover mobilidade real. Assim, um ambiente que, em tese, poderia promover a ascensão econômica de forma mais ampla, torna-se um espaço de reprodução de distinções culturais e sociais restritas a um grupo seletivo e previamente favorecido.

(...) ilusão da neutralidade e independência do sistema escolar em relação à estrutura das relações de classe que se pode chegar a interrogar a interrogação sobre o exame para descobrir o que o exame oculta e o que a interrogação sobre o exame contribui ainda para ocultar ao desviar-se da interrogação sobre a eliminação sem exame. (BOURDIEU, 1998, p. 153)

Compreendendo seu público dentro de uma estrutura de manutenção de privilégios, o Atheneu Sergipense ainda se colocava como referência da educação sergipana. De acordo com Rodrigues (2015) “Tais expressões revelam que o Atheneu Sergipense, símbolo da

esperança do presente e do futuro, deveria ser o poderoso elemento da grandeza sergipana.” Desse modo, tendo como base esse espaço de efervescência educacional desde sua criação com um público de frequentadores inicialmente limitado, o Atheneu Sergipense, em suas muitas faces passadas ergue-se como símbolo vivo da memória educacional de Sergipe, tecido por sucessivas metamorfoses em seus alicerces físicos, em seus mestres e aprendizes, em suas vocações formativas e nas múltiplas formas de ensinar que nele puderam ter “voz” ao longo do tempo.

Ainda no recorte temporal do final da primeira metade do século XX, reconhecido como estratégico em razão de seu potencial formativo no desenvolvimento do caráter cívico dos estudantes, o ensino secundário, conforme estruturado pelas reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema, consolidou-se como pilar de um sistema educacional afirmado por Montalvão (2021) como de caráter “dualista”. Nesse modelo, apenas os estudantes oriundos desse nível de ensino obtinham acesso facilitado aos exames de ingresso no ensino superior. Foi Fernando de Azevedo, num artigo de 1963, que nomeou essa organização de “dualidade de sistemas”, as reformas do século XX mantiveram sem contrastes, a “mesma mentalidade que provinha do Império e marcava com suas velhas características” as formações escolares paralelas e ainda opondo o ensino Primário e Profissional e o ensino Secundário e Superior.

A conclusão do Primário não dava acesso ao Secundário, para isso era preciso ser aprovado nos Exames de Admissão ao Ginásio, tornados obrigatórios por Francisco Campos em 1931 e que durou até 1971. Também a depender do Secundário cursado não dava acesso ao Ensino Superior já que modalidades de ensino de grau médio existentes tais como o Normal, Industrial e Comercial, não permitiam acesso ao Ensino Superior. Legalmente essa trava só seria extinta com a Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, que aprovou a equivalência entre os diferentes cursos para efeito de matrícula nos cursos científico e clássico (segundo ciclo Colegial) e nos cursos superiores. (SILVA, 2020).

Tal configuração permitia, por meio da via educacional, a ascensão a uma elite moldada segundo os ideais modernizadores e ditatoriais típicos do século XX: católica, masculina, portadora de uma formação clássica e pautada no militarismo. (BOMENY, 1994, p. 137). Dessa maneira, é possível observar o ciclo de formação e manutenção de privilégios facilitadores de um pensamento conservador enraizado na elite brasileira e que se dissipa de maneira geracional.

A Reforma Francisco Campos, de 1931, reforçou o papel formativo do ensino secundário, estendendo sua duração para sete anos, divididos em dois ciclos: o curso

fundamental, com cinco anos, e o curso complementar, com dois, voltado à preparação para áreas específicas do ensino superior como engenharias, ciências da saúde e direito. Embora mantivesse um currículo de base enciclopédica, o ciclo fundamental passou a privilegiar as ciências físicas e naturais, em contraste com o enfoque matemático da Reforma Benjamin Constant. Já o curso complementar apresentava uma estrutura especializada, alinhada às futuras escolhas profissionais dos estudantes (NUNES, 2000, p. 44).

Em Sergipe, a implementação da reforma teve início com a Lei nº 40, de 18 de novembro de 1936, que criou o curso complementar, instituiu gratificações por horas suplementares e o cargo de chefe de disciplina. No Atheneu Sergipense, até 1942, o ensino secundário seguiu esse modelo, conforme estabelecido pelo Decreto nº 19.890, com um curso fundamental de cinco anos e um complementar de dois (SOUZA, 2011).

O primeiro ciclo, denominado "Fundamental", com duração de cinco anos, era comum a todos os estudantes do ensino secundário e tinha como finalidade oferecer uma formação geral e ampla. Já o segundo ciclo, intitulado "Complementar", estendia-se por dois anos e possuía caráter propedêutico ao ensino superior, sendo estruturado em três modalidades, conforme a área de ingresso pretendida: uma voltada aos candidatos ao curso jurídico, outra aos que buscavam ingresso nas áreas de medicina, farmácia e odontologia, e a terceira destinada àqueles interessados nos cursos de engenharia ou arquitetura (BRASIL, 1931, p. 1-2).

Noberto Dallabrida (2009) observa que a Reforma Francisco Campos conferiu ao ensino secundário uma estrutura mais complexa ao ampliar sua duração e dividi-lo em dois ciclos num momento onde o investimento do setor público no ensino secundário era inconsistente e delegado ao setor privado e à Igreja Católica. Esse recorte é exposto por Dallabrida (2012) como uma exposição da latente desigualdade e profunda falta de acesso ao ensino. A resolução dessa reforma, quando a educação secundária foi tomada como encargo do Estado também possibilitou uma orientação mais direcionada às diferentes áreas do ensino superior.

A partir da implementação do curso Complementar no Atheneu Sergipense em 5 de abril de 1937, se teve uma modificação de horários e na regência das disciplinas, sendo, de acordo com Rodrigues (2015), formados ao final do curso, apenas 86 discentes dos 206 alunos matriculados, ainda que nesse período, de acordo com dados da Prefeitura de Aracaju, a cidade já contava com 59.031 habitantes. Essa pequena amostragem demonstra o quanto aquela realidade era excludente e necessitava de investimento não somente assegurando a oferta do curso, mas a ampliação e permanência do alunado movido por outras questões

sociais.

Felte Bezerra, renomado intelectual e diretor do Atheneu Sergipense durante a década de 1940, ressalta a importância do curso para os menos abastados que não possuíam condições de terminar seus estudos na capital baiana, ainda que faltassem professores preparados e houvesse uma insuficiência na oferta de disciplinas, reconhecendo a fragilidade do alargamento do acesso ao curso. Um outro fator associado a esse pequeno número foi a existência dos exames de admissão na transição entre o Primário e o Secundário entre os anos de 1931 e 1971 para a avaliação escrita e oral dos discentes a respeito de seus conhecimentos sobre Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, servindo assim como uma espécie de “peneira” dentro do processo de escolarização (SILVA, 2020).

Dada a referida conjuntura, a reforma alterou significativamente a educação secundária ao introduzir medidas que impactaram não apenas a extensão do curso, mas também sua organização interna, como a obrigatoriedade da frequência às aulas, a implementação de um sistema de avaliação discente rigoroso e sistemático, e a reestruturação do aparato de inspeção federal (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Segundo o autor, nesse período, a figura de Gustavo Capanema entrelaça-se profundamente com a história do Ministério da Educação, órgão que dirigiu por onze anos e a partir do qual promoveu importantes reformas estruturais no sistema educacional brasileiro. Sob sua liderança, foram conduzidas ações de grande alcance, como o Inquérito sobre a Educação Nacional (1936), o Plano Nacional de Educação (1937) e, de forma mais emblemática, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942). Essa legislação representou o ápice do projeto de modernização da educação secundária, consolidando diretrizes previamente delineadas pela reforma de Francisco Campos (1931–1932).

De acordo com Horta (1994), o ensino secundário idealizado por Capanema refletia uma ação “esclarecida e enérgica” do Estado, voltada para a valorização do seu “caráter cultural” e orientada pela centralidade das humanidades clássicas, concebidas como base para a formação da elite intelectual do país (HORTA, 1994, p. 168). Essa ideia é compactuada por Dallabrida (2012) ao colocar a reforma como “(...) um conjunto de decretos-leis imposto à sociedade brasileira, pela ditadura getulista, com o intuito de centralizar e nacionalizar os diferentes níveis de ensino”, exacerbando assim a nacionalização do ensino escolar. (DALLABRIDA, 2012, p.169).

A Lei Orgânica de 1942, tendo como proposta a reorganização do ensino em dois ciclos, subdividiu essa concepção em dois termos, o primeiro ciclo, denominado Curso Ginásial, com quatro anos de duração, destinava-se à formação geral dos adolescentes; o

segundo, composto pelos cursos Clássico e Científico, com três anos cada, possibilitava a especialização conforme a área de interesse, Humanidades ou Ciências Exatas. A partir disso o próprio Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942 instituiu como finalidade do ensino secundário:

Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (DECRETO-LEI N.4244, de 9 de abril de 1942).

A Reforma Francisco Campos, instituída em 1931, introduziu mudanças estruturais profundas no ensino secundário brasileiro e, em Sergipe, essa reforma passou a vigorar de forma gradual, com a criação do curso complementar a partir da Lei nº 40, de 1936, e sua implementação no Atheneu Sergipense, instituição que manteve esse modelo até o ano de 1942, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 19.890 (SOUZA, 2011). A coexistência entre a Reforma Francisco Campos e a posterior Reforma Capanema deve ser compreendida a partir do reconhecimento de que reformas educacionais não produzem efeitos imediatos nem homogêneos. Ainda que a Lei Orgânica do Ensino Secundário tenha sido promulgada em 1942, sua internalização no cotidiano escolar ocorreu de forma progressiva, convivendo com práticas, currículos e disposições herdadas da reforma anterior. Muitos estudantes que frequentavam o ensino secundário nesse período iniciaram sua trajetória escolar sob a vigência do modelo de Francisco Campos, incorporando referências formativas e rotinas acadêmicas próprias desse sistema.

A permanência de influências da Reforma Francisco Campos durante a vigência da Reforma Capanema também se explica pela manutenção de dispositivos seletivos e disciplinadores, como os exames de admissão entre o ensino primário e o secundário, vigentes por várias décadas. Esses exames funcionavam como mecanismo de filtragem social, exigindo domínio de conteúdos específicos e favorecendo estudantes com maior capital cultural e melhores condições de preparação prévia (SILVA, 2020). Somam-se a isso as exigências de frequência obrigatória, o rigor avaliativo e o fortalecimento da inspeção federal, medidas que, conforme analisa Dallabrida (2009), reforçaram o caráter seletivo. Nesse contexto, a coexistência de influências reformistas no período estudado expressa um processo marcado por continuidades institucionais, ajustes graduais e permanência de desigualdades estruturais no acesso à educação.

O currículo do Curso Ginásial abarcava uma diversidade de disciplinas agrupadas em três grandes áreas: Línguas (Português, Latim, Francês e Inglês), Ciências (Matemática, Ciências Naturais, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil) e Artes (Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico). Tal estrutura refletia a tentativa do governo Vargas de alinhar a educação secundária a um projeto nacional de modernização e construção de uma elite ilustrada, disciplinada e culturalmente refinada, moldada pelos ideais humanistas e científicos que sustentavam o ideário do período. De igual modo, já no segundo ciclo, emergia as humanidades “com currículo que se caracterizava pela predominância enciclopédica, valorizando a cultura geral e humanística.” (GALVÃO E MOREIRA, 2022, P.4).

No Atheneu Sergipense, conforme suas distribuições colocadas por Rodrigues (2015), o curso Clássico cumpria sua função de promover o desenvolvimento e a formação intelectual dos jovens por meio de uma base humanista, composta por disciplinas como Português, Latim, Grego, Francês e Filosofia. Já o curso Científico centrava-se no estudo sistemático das ciências naturais, oferecendo disciplinas como Física, Química e Biologia, com destaque para Física e Química, que eram ministradas ao longo das três séries do curso, assegurando uma formação mais aprofundada nessas áreas.

A organização curricular do Atheneu Sergipense exerceu influência sobre a forma, o conteúdo e os registros discursivos presentes no jornal *A Voz do Estudante*. A existência dos cursos Clássico e Científico, tal como descritos por Rodrigues (2015), produziu uma base formativa que se refletiu nos textos publicados, já que o predomínio de uma formação humanista no curso Clássico favoreceu a presença constante de gêneros como poemas, editoriais, homenagens e reflexões morais, nos quais o domínio da língua, a valorização da retórica e o uso de referências literárias aparecem como marcas recorrentes.

Essa formação contribuiu para a elaboração de um discurso que associa estudo, civilidade e dever patriótico, elementos amplamente mobilizados pelo jornal ao tratar da Segunda Guerra Mundial. Ao preterir descrições técnicas ou estratégicas do conflito, há uma predileção de uma narrativa pautada por valores e noções de sacrifício e liberdade. A guerra surge, com frequência, como experiência moral e civilizatória, traduzida por meio de uma linguagem cheia de abstrações, metáforas e apelos éticos. Ademais, a existência do curso Científico também deixou marcas no jornal, ainda que de forma menos explícita. A ênfase nas ciências naturais, sobretudo em Física e Química, contribuiu para a incorporação de uma ideia de racionalidade, ordem e progresso, que atravessa o discurso do periódico. A guerra,

nesse registro, aparece associada à organização e à capacidade de mobilização, elementos que se articulam à valorização do conhecimento sistemático promovido pelo currículo científico.

A coexistência desses dois currículos no Atheneu Sergipense explica a heterogeneidade dos registros presentes no *A Voz do Estudante*. O jornal articula sensibilidade humanista e vocabulário disciplinado, combinando reflexões morais com referências à ordem e à organização social. Essa articulação reflete o caráter seletivo do ensino secundário no período, voltado à formação de uma elite letrada, conforme discutido por Dallabrida (2009, 2012), e reforça a compreensão do jornal como produto de uma cultura escolar que reproduzia disposições intelectuais específicas.

Para além das disciplinas mais comuns, de acordo com o que estabelecia a legislação educacional em vigor, os discentes estudavam também canto orfeônico, utilizado como mecanismo disciplinador visto como parte da atuação e imagem do Atheneu Sergipense frente a população sergipana (Silva, 2019). Concomitantemente, as demandas educacionais do regime varguista eram visivelmente referenciadas, uma vez que as apresentações fora da escola denotavam um teor ufanista de exaltação patriótica e enaltecimento do regime do Estado Novo na figura de seu governante, Getúlio Vargas. Não por acaso, em meio a hinos e corais coletivos, os meninos faziam a instrução pré-militar a fim de se prepararem para a defesa nacional, especialmente num contexto de conflito bélico mundial (Costa, 2018), enquanto as meninas estudavam economia doméstica para aprenderem a cuidar da casa e da família que deveriam formar (Almeida, 2016). Paradoxalmente a ideia de subalternidade da mulher, no contexto dos impressos, lideram redações, escreviam e eram partícipes da política interna do jornal (Santana, 2024) enquanto caçoavam do termo “sexo frágil”.

Sim, o elemento feminino também se movimentou. Provou que o sexo frágil também pode vencer. Às nossas colegas que nos apoiaram e que tão distintamente compareceram às nossas sessões mostraram às outras que se acham irrazoavelmente afastadas da gente, que o Grêmio não é monopólio de ninguém, que não é propriedade do sexo masculino e que lá existem ordem e progresso.

(*A VOZ DO ESTUDANTE*, N.2, Ano I, Aracaju, 26 de julho de 1944, p.1).

Essa estrutura dos cursos ofertados no Atheneu Sergipense eram fruto da política educacional do período. Segundo Montalvão (2021) tais medidas passaram a incorporar objetivos moldados por interesses privados, posteriormente legitimados como de interesse nacional por meio da mediação estatal. A exposição de motivos da Lei nº 4.244, de 9 de abril

de 1942, revela a intenção explícita de transformar o ensino secundário em um mecanismo de fortalecimento da "consciência patriótica", com vistas à formação de "individualidades condutoras", sujeitos aptos a se destacar das massas e a assumir funções de liderança e responsabilidade na sociedade e na nação. Tal concepção refletia uma aposta elitista no futuro do país, em que o nacionalismo era mobilizado como estratégia para conter os avanços de uma democratização cultural mais ampla.

A massificação da educação e do seu uso como ferramenta patriótica é colocada por Horta (2012) como forma de manutenção da ordem, cabendo ao exército civilizar e moralizar os jovens a partir da disciplina num período onde o Estado tinha prerrogativa para interferir na educação e na imprensa em nome da segurança nacional sob pretexto de paz. Durante a ordem pública autoritária a qual circunscreve o período da Era Vargas (1930-1945, o autor identifica três visões de educação que se sucederam: 1. “[...] educar para a nação; 2. formar o cidadão do Estado Novo; e 3. educar para a pátria e para formar o cidadão consciente.” (HORTA, 2012, p. 257). Nas diversas ocasiões, a partir de normas educativas e dispositivos disciplinares, a escola brasileira havia se tornado uma ferramenta ideológica atuando como propaganda do Estado Novo para determinados grupos sociais.

No *A Voz do Estudante*, a educação aparece como instrumento de ordenação social e de formação moral por meio da associação direta entre disciplina escolar e responsabilidade coletiva. Em diversas passagens, exploradas detalhadamente nas seguintes seções, o periódico insiste na necessidade de esforço contínuo, autocontrole e obediência às normas escolares como requisitos para a formação. O chamado dirigido aos estudantes logo na abertura do primeiro número estabelece esse vínculo ao afirmar que a assimilação rigorosa das lições constitui condição para a construção de uma “cultura sólida” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 1). Outro exemplo é a forma como o jornal vincula o estudo a finalidades que ultrapassam o âmbito individual. No poema “Meu Brasil”, o aprendizado aparece orientado a um objetivo exterior ao sujeito, ao afirmar que o ato de estudar se destina à proteção da pátria (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 4).

De tal modo, a escolarização foi concebida como um processo seletivo, voltado à identificação e ao cultivo de uma elite intelectual, considerada mais apta segundo os padrões vigentes e mais abertas ao ideal disciplinar no qual o alunado estava inserido. A essa elite era reservado um preparo específico, ancorado nas tradições do humanismo clássico e do cientificismo enciclopédico, fundamentos alinhados aos ideais da civilização ocidental, considerada, à época, como a matriz cultural legitimadora da identidade nacional brasileira

para que se formassem grandes figuras políticas e intelectuais, consolidando assim uma intelectualidade sergipana.

Em contrapartida, durante a década de 1940, o acesso à educação ainda engatinhava, poucos anos após a Constituição de 1934 que estabelecia a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, e décadas antes da Constituição de 1988, que enfim consolidava a educação básica, pública e gratuita como um direito assegurado pelo Estado. Idealmente, possibilitaria equiparar oportunidades de acesso e reduzir a desigualdade social e econômica, embora ainda que de forma dificultosa frente à complexidade do acesso às escolas por populações pobres e de regiões rurais ou ribeirinhas, por exemplo. Nesse cenário, é verdade que a elite política e intelectual criou mecanismos para a manutenção do seu poder, não à toa temos no Brasil as “cidades hereditárias”, formadas por governantes da mesma família há séculos, ou o que a Lilia Schwartz (2019) chama de “familismo” e se configuram como ferramentas de perpetuação do poder que se inserem desde a educação formando grandes nomes da política brasileira ao longo do tempo, em diferentes instituições de ensino.

Como um desses lugares por onde diversas “figuras ilustres” passaram temos o Atheneu Sergipense, local onde podemos compreender os escritos no jornal estudantil mediante o olhar de seus produtores, em especial, a visão desses alunos advindos de um entorno político, letrado e com maior acesso à informação que por seus corredores trilharam. Por meio desses materiais, torna-se possível acessar percepções sobre o cotidiano escolar, as disciplinas lecionadas, o perfil dos docentes, os conteúdos abordados, bem como aspectos vivenciados além dos limites físicos da escola, onde ecoavam os ideais postos no seu cotidiano extramuros da instituição.

É o caso das resenhas culturais que comemoram a Queda da Bastilha (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 2, p.4 e 5), a revolta de 13 de julho e até a repercussão inicial do jornal dentro e fora dos muros da instituição no primeiro momento, anunciando sua volta. “Entretanto o apoio que tivemos não ficou somente do lado do estudante. O professor também se manifestou e nos apoiou moral e materialmente.” (*A Voz do Estudante*, ano I, n.2, p.1) “Sim, o elemento feminino também se movimentou. Provou que o sexo frágil também pode cooperar conosco e conosco vencer.” (*A Voz do Estudante*, ano I, n.2, p.1). De certa maneira, apesar de se configurar enquanto jornal estudantil, o impresso se mostra como resultado de um esforço coletivo que contava com a contribuição de outros agentes entrelaçados ao processo educativo.

Entre jornais comerciais, programas de rádio e almoços de família circulavam não só notícias, mas anseios, medos, ideologias e visões de mundo que de algum modo encontraram

espaço para serem expressos, seja por meio de poemas, artigos ou até mesmo homenagens descritas nos impressos. “(...) o Grêmio não é monopólio de ninguém, não é propriedade do sexo masculino e que lá existem ordem e progresso.” (*A Voz do Estudante*, ano I, n.2, p.1).

Tomando por base a ideia de Galvão e Moreira (2022), a imprensa estudantil se refere a um conjunto de publicações que compartilham traços semelhantes, e que se distinguem pelo fato de os estudantes ocuparem um papel ativo em sua criação, finalidade e circulação. Trata-se de um tipo de produção editorial no qual os alunos não apenas colaboram, mas lideram os processos envolvidos. Ainda dentro da ideia das autoras, no livro “Escritas Estudantis na imprensa periódica da Educação” a imprensa estudantil é compreendida como “um conjunto de impressos que possuem características comuns e que têm, em seus processos de produção, destinação e circulação, o protagonismo dos estudantes” (OLIVEIRA; MANKE; OLIVEIRA, 2024). Dentro desse escopo cabe uma diferenciação entre os conceitos de jornal estudantil e jornal escolar.

Assim como posto por Martinelli e Machado (2021) e reafirmado num apanhado sobre a imprensa estudantil em Sergipe (OLIVEIRA, SANTOS, V; SANTOS, S) o conceito de jornal escolar é entendido como fruto de um trabalho realizado vinculado a uma instituição de ensino, enquanto prática pedagógica mediada por um agente escolar, enquanto o jornal estudantil não possui vinculação à instituição a qual os alunos pertencem, sendo fruto da iniciativa e autonomia do alunado. Bastos (2023) os categoriza como “artefatos culturais”. local onde os discentes expunham seus significados e necessidades e dão “voz” às suas inquietações.

Em síntese, a imprensa estudantil refere-se a publicações criadas e geridas pelos próprios estudantes, geralmente de forma independente das instituições de ensino. Esses periódicos expressam as perspectivas, interesses e debates dos alunos, funcionando como espaços de manifestação cultural, política e social, sendo caracterizada por ser uma iniciativa dos estudantes, desvinculada da instituição de ensino que frequentam, refletindo suas vozes e experiências. Em contrapartida, de acordo com Luca (2008) a imprensa escolar diz respeito a publicações que são produzidas dentro do ambiente escolar, frequentemente com a supervisão ou orientação de professores e da administração da escola. Esses jornais ou revistas têm como objetivo complementar o processo educativo, servindo como ferramentas pedagógicas que auxiliam no desenvolvimento das habilidades de escrita, leitura e pensamento crítico dos alunos.

Ao categorizar um impresso é preciso entendê-lo dentro dos seus recortes e intencionalidades por meio da análise dos seus escritos, opiniões e locais de produção. Ao

examinar *A Voz do Estudante*, se faz o exercício de buscar categorizá-lo por meio de suas “vozes” e silenciamentos, buscando compreender as suas vinculações. Ainda que um periódico seja compreendido como uma produção jornalística escolar, ou seja, como uma prática educativa, essa ideia o transfigura para muito além de uma ferramenta didática voltada ao ensino da escrita, mas possibilita se tornar um exercício formativo voltado à constituição do sujeito crítico e participação social.

É importante ter em mente a intencionalidade por trás do mero ato de produzir um jornal, seja pela escolha temática das pautas a serem abordadas até a própria redação, edição e circulação dos textos. Esse exercício, para além do desenvolvimento da atividade da escrita, implica a vivência de processos que estimulam a argumentação, a capacidade de síntese, a análise da realidade e a escuta do outro. Considerando o contexto de produção, o jornal estudantil se constitui como espaço de aprendizagem coletiva, em que o estudante não apenas exercita habilidades linguísticas, mas também adquire noções de cidadania, responsabilidade social e posicionamento político diante do mundo.

De outro ponto de vista, ao compreender sua produção textual como inserida na lógica da imprensa estudantil, esta transcende a função pedagógica e vigilante da escrita escolarizada e adquire um caráter mais crítico e expressivo em termos de expressão de ideias, de identidades e de resistências. Sob essa ótica, o impresso se converte não apenas em ferramenta pedagógica, mas também num caminho que desemboca na construção de um meandro cultural onde o aluno é partícipe da integralidade da sua formação, associando e integrando seus saberes escolares as suas vivências do cotidiano.

Os usos da imprensa estudantil como fonte de pesquisa na área de História da Educação são analisados por Galvão e Moreira (2011), que destacam como os jornais escritos por discentes colaboram para a compreensão da realidade daquela sociedade, bem como o papel dos atores sociais na construção e funcionamento do espaço escolar. Ainda dentro dessa ótica, Barros (2019) propõe uma leitura crítica e ampliada dos jornais como fontes históricas e reforça que estes não são neutros nem transparentes, mas são artefatos produzidos em contextos históricos específicos, atravessados por disputas de poder, interesses ideológicos e estratégias narrativas. Assim, Barros (2019) os define como “fontes realistas”, mas não no sentido de sugerir uma aproximação direta com a realidade, mas de apontar para sua capacidade de representar o mundo por meio de filtros intencionais e construtivos. Nesse enquadramento, a imprensa mostra-se como espaço para a análise das tensões sociais e políticas, mas também exige do historiador um olhar crítico sobre os discursos e silenciamentos que ela engendra.

Ao discutir a articulação entre História e discurso, Barros (2010) ressalta que o jornal, enquanto texto histórico e cultural, atua como um espaço privilegiado na construção de subjetividades. No contexto dos jornais escolares produzidos durante a Segunda Guerra Mundial, evidencia-se a conformação de um “ethos” juvenil influenciado e bombardeado por valores promovidos e panfletados pelo Estado Novo como por exemplo nas colocações postas pelo periódico de exaltação a militares, revoltas tenentistas, como é o caso da publicação de comemoração ao dia 13 de julho (*A Voz do Estudante*, ano I, n.2, p.1) e de devoção ao sentimento patriótico brasileiro pela morte de seus “heróis” (*A Voz do Estudante*, ano I, n.1, p.6), repercutindo um imaginário moldado desde cedo e um ideal reforçado pela instituição de ensino. Para muito além de uma prática pedagógica, os impressos escolares não apenas registravam o cotidiano, mas também funcionavam como instrumentos de internalização ideológica, moldando comportamentos e afetos juvenis em consonância com os interesses do regime.

No que tange à escrita da História mediada pela imprensa, Luca (2008) destaca que a crença na neutralidade das fontes foi superada, sobretudo a partir das transformações epistemológicas ocorridas entre o século XIX e o início do século XX. A autora destaca que os periódicos, inclusive os de natureza escolar, não são veículos neutros nem transparentes, mas sim portadores de disputas simbólicas, intenções políticas e construções discursivas. Assim, o jornal escolar se constitui como uma arena de negociação de sentidos, onde os estudantes, mesmo sob a mediação de agentes institucionais, exercitam o pensamento crítico, aprendem a intervir discursivamente e constroem posicionamentos diante dos acontecimentos do momento histórico vivido.

Quando compreendida como prática educativa, a produção jornalística escolar ultrapassa sua dimensão informativa, afirmando-se como um dispositivo formativo que articula dimensões intelectuais, políticas e cidadãs. No cenário da Segunda Guerra Mundial, essa prática adquire contornos ainda mais expressivos, pois os jornais escolares passaram a desempenhar um papel estratégico na difusão de discursos nacionalistas, no fortalecimento do civismo juvenil e na mediação de interpretações sobre o conflito global de forma que mostram, assim, o modo como a escola foi integrada ao aparato de mobilização ideológica promovido pelos Estados.

Galvão e Moreira (2019) reforçam que, durante o período da Segunda Guerra Mundial, os jornais estudantis funcionaram como instrumentos de disciplinamento simbólico e extensão das diretrizes político-educacionais do Estado Novo. Esses impressos foram mobilizados como ferramentas de controle ideológico e de conformação da juventude aos

valores defendidos pelo regime. No entanto, longe de serem espaços totalmente homogêneos, os jornais escolares também abrigaram formas sutis de agência estudantil, possibilitando que os jovens comentassem, interpretassem e até mesmo ressignificassem os fatos vividos a partir de suas experiências escolares e pessoais, evidenciando uma tensão constante entre controle e expressão.

Ao mesmo tempo, Cristiani Bereta da Silva (2014) demonstra que, nesse período, os impressos escolares extrapolaram a função pedagógica tradicional, transformando-se em meios de circulação de representações sobre o “inimigo”, a guerra e o lugar do Brasil no contexto internacional. A escrita jornalística escolar mobilizava valores morais e patrióticos, orientando o olhar dos estudantes a partir de uma pedagogia cívica alinhada ao projeto nacional-estatista do governo Vargas.

Dessa forma, o jornal estudantil, no período da Segunda Guerra Mundial, assume uma configuração ambígua: ao mesmo tempo em que operava como canal de reprodução ideológica, também abria brechas para a emergência de vozes juvenis, funcionando como espaço de aprendizagem da escrita, da leitura crítica e da intervenção social. Assim, o jornal estudantil não apenas ensinava a norma culta ou a estrutura do texto jornalístico, mas formava sujeitos capazes de se reconhecer como atores históricos, conscientes de seu tempo e de seu papel na sociedade.

2.2. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O ESTADO NOVO EM ARACAJU SOB A VOZ DO ESTUDANTE

Ao amanhecer do dia começa o pânico dos moradores locais que ao ir à praia notam centenas de corpos na areia da praia e não fazem a mínima ideia do que acabou de acontecer, onde hoje em Aracaju estão a praia da Atalaia, praia dos Náufragos e rodovia dos náufragos, jazia uma imensidão de corpos e desespero. Rapidamente os moradores entraram em contato com a polícia local, o corpo de bombeiros e o exército, levando a descoberta de que o Brasil tivera sido vítima de um ataque direto da Alemanha vindo do mar. (SILVA JUNIOR, 2019, p.24)

Ao longo da década de 1930, a política externa brasileira foi guiada por uma estratégia que Gerson Moura (2012) definiu como “equidistância pragmática”, uma postura de neutralidade calculada diante das disputas entre as grandes potências, com o objetivo de extrair benefícios econômicos tanto dos Estados Unidos quanto da Alemanha nazista caracterizando a posição brasileira como uma “autonomia na dependência”. Essa orientação, embora apresentada como diplomática e estratégica, indica também o posicionamento ambíguo do governo Vargas diante do avanço do autoritarismo no cenário internacional,

deixando transparecer, em alguns momentos, uma afinidade tácita com regimes totalitários, sobretudo no campo ideológico e do controle social.

Essa neutralidade perdurou mesmo após o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, evidenciando o esforço do Estado Novo em preservar sua margem de manobra internacional, ao mesmo tempo em que consolidava internamente um regime ditatorial, como coloca Ferraz (2005). A manutenção dessa posição não deve ser entendida apenas como pragmatismo, mas também como expressão de um projeto político que buscava equilibrar interesses econômicos com afinidades políticas e ideológicas, embora a barganha instituída pelo governo brasileiro tivesse uma inclinação a relações e negociações com os Estados Unidos desde o início da década de 1940, como compreende Pinheiro (1995).

O cenário, no entanto, começou a se transformar com o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941. A partir desse evento, os Estados Unidos reposicionaram sua influência na América Latina com maior agressividade, pressionando o Brasil a abandonar sua neutralidade e a se alinhar ao bloco dos Aliados. A entrada do Brasil na guerra, portanto, não resultou de uma decisão autônoma baseada em convicções humanitárias ou em oposição ao fascismo, mas foi condicionada por acordos bilaterais que envolveram promessas de investimentos e vantagens econômicas (Ferraz, 2005).

Mesmo com a pressão externa, setores influentes do governo, como o general Góis Monteiro e o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, demonstravam simpatias veladas e por vezes explícitas pelo Eixo, denotando a complexa tessitura ideológica que permeava o alto escalão do Estado Novo. A adesão definitiva ao lado aliado só se concretizou mediante acordos que previam o financiamento para o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e a cessão de bases militares no Nordeste ao controle norte-americano, concessões que apontam para uma soberania negociada e seletiva, em troca de inserção econômica e militar no novo arranjo geopolítico liderado pelos EUA.

Portanto, a mudança de postura do Brasil durante a guerra escancara os limites de sua política externa autônoma. Longe de representar um gesto de engajamento ético no conflito global contra o totalitarismo, o reposicionamento do país evidencia a instrumentalização da guerra como oportunidade de barganha política e econômica, incluindo as vantagens para instalação de bases militares americanas no litoral brasileiro (Pinheiro, 1995). Esse alinhamento, marcado por interesses estratégicos e pela subordinação a uma lógica imperialista, lançaria também as bases para a consolidação do Brasil como aliado subordinado no pós-guerra, especialmente no contexto da Guerra Fria que se avizinhava.

De acordo com Francisco Ferraz (2005), o Brasil ocupava posição estratégica nas negociações com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, tanto por sua localização geopolítica privilegiada, especialmente o Nordeste, voltado para o Atlântico e próximo ao teatro de operações africano quanto pela abundância de recursos naturais indispensáveis aos esforços de guerra, como produtos agrícolas, minerais e extrativos. Essa condição fez do país não apenas um parceiro desejado, mas também um território cobiçado pelas potências em conflito.

No entanto, o autor expõe que essa valorização do Brasil no tabuleiro da guerra revelou também os limites e contradições da política externa varguista. A diplomacia brasileira, ambígua até então, buscava manter-se equidistante das potências em disputa, negociando tanto com o Eixo quanto com os Aliados, ao mesmo tempo em que exigia autonomia na organização de sua defesa militar. O governo de Getúlio Vargas relutava em aceitar a presença direta de tropas estrangeiras em solo nacional, preferindo acordos que garantissem o fornecimento de armamentos e investimentos como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional sem renunciar à soberania sobre suas bases estratégicas. Essa postura mostra uma tentativa de conciliar interesses nacionais com as pressões externas, ainda que sob o risco de comprometimento ético e político diante da escalada da violência promovida pelos regimes totalitários europeus.

O rompimento oficial com o Eixo se deu durante a Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, quando o Brasil finalmente alinhou-se aos Estados Unidos. Como retaliação, submarinos alemães iniciaram ataques a embarcações brasileiras, culminando nos torpedeamentos massivos entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, que vitimaram centenas de civis e provocaram comoção nacional. Esses eventos evidenciaram não apenas a vulnerabilidade das costas brasileiras, mas também o custo humano de uma neutralidade prolongada e marcada por hesitações. (SILVA JUNIOR; SOARES, 2022).

A indignação popular diante das mortes de compatriotas, muitos deles civis, trabalhadores e estudantes levou multidões às ruas em 18 de agosto, exigindo do governo uma resposta enérgica. A mobilização social foi decisiva para o reposicionamento da política externa. Com o apoio de setores civis e militares, Vargas declarou guerra ao Eixo em 22 de agosto, oficializando a decisão por meio de decreto no dia 31 do mesmo mês, modificando assim todo um ideário popular. “De 1942 em diante, baianos e sergipanos inventaram narrativas nacionalistas, ideológicas e militares, que evidenciam como os acontecimentos navais marcaram uma coletividade.” (CRUZ, 2017, P.98).

Para a população sergipana, a guerra até então parecia distante. De acordo com Maynard (2012) entre 1939 e meados de 1942, embora o cotidiano fosse atravessado por dificuldades como escassez de alimentos, racionamento de combustíveis e retração comercial, a população adaptava-se com relativa resiliência. A guerra era percebida como um fenômeno externo, e a sensação de segurança permanecia, ainda que precária. Essa percepção foi abruptamente desfeita com os ataques de agosto de 1942, que atingiram em cheio navios com forte presença de tripulantes sergipanos, mergulhando o estado na dor coletiva. As mortes em alto-mar não foram apenas uma tragédia humanitária, mas também um divisor simbólico entre a passividade e o engajamento na guerra obrigando a sociedade local a enfrentar as consequências concretas de um conflito global que chegava pelo mar e pelas manchetes dos jornais sergipanos.

Embora a Segunda Guerra Mundial tenha começado em 1939, foi apenas em 15 de agosto de 1942 que o conflito se revelou brutalmente presente para os brasileiros, especialmente para a população sergipana quando três navios mercantes foram torpedeados nas águas próximas à costa de Sergipe pelo submarino alemão U-507. O ataque resultou em centenas de mortos e desencadeou uma onda de pânico, insegurança e profunda comoção social (SILVA JUNIOR; SOARES, 2019). Esses eventos ocorreram após o Brasil romper oficialmente relações com os países do Eixo durante a III Conferência dos Chanceleres Americanos, em janeiro daquele mesmo ano.

Nos principais veículos da imprensa comercial sergipana como o *Folha da Manhã*, se falava sobre a difusão das labaredas que se espalharam por todos os recantos, e que “todos, chorando a sorte de seus irmãos, vítimas da selvageria nazista, sentidos até o íntimo da alma (...) perambulavam pelas ruas em busca de notícias novas (...)”. O panorama de completo caos estava nas ruas, era divulgado que o “povo grita e pede desforra. A polícia vê-se obrigada a intervir por várias vezes a fim de conter a multidão e evitar distúrbios” (*Folha da Manhã*, Aju. 18 ago. 1942, p.1). Enquanto, mais tarde, no *Correio de Aracaju* a guerra não só era anunciada com a manchete “A Guerra chegou entre nós”, mas já se buscava mobilizar esforços populares: “A natureza do inimigo exige que toda a América do Sul se prepare aceleradamente para enfrentá-lo” (*Correio de Aracaju*, 30 de setembro de 1942, p.4).

Segundo Ferraz (2005), não se pode afirmar simplesmente que o Brasil foi à guerra, a formulação mais adequada seria reconhecer que a guerra chegou ao Brasil. Desde as pressões diplomáticas e militares dos Estados Unidos para assegurar a instalação de bases aéreas e navais em território brasileiro, até a exigência de exclusividade na compra de matérias-primas estratégicas, a soberania brasileira já vinha sendo tensionada antes mesmo do confronto

direto. O torpedeamento dos navios apenas tornou essa realidade inegável e dolorosamente concreta já que a tragédia ceifou vidas, desestruturou famílias e expôs a fragilidade das estruturas estatais e civis para lidar com uma situação de guerra. Em Aracaju, o despreparo foi evidente não apenas na falta de logística para lidar com os corpos ou com o luto coletivo, mas também nos reflexos econômicos que atingiram o cotidiano da população com aumento dos preços de bens básicos como o pão e os jornais em razão da escassez de matérias-primas, afetando diretamente a vida dos mais pobres, ampliando as desigualdades já existentes (MAYNARD, 2012).

Mais do que um episódio isolado, os ataques de agosto de 1942 marcaram uma inflexão no imaginário coletivo sergipano. A guerra, até então percebida como um conflito distante e abstrato, transformou-se numa ameaça concreta e próxima. O medo de um inimigo "invisível", que podia surgir a qualquer momento das profundezas do oceano, passou a povoar o cotidiano de uma cidade até então marcada pela tranquilidade. Nesse contexto, multiplicaram-se as narrativas belicistas e os discursos patrióticos, ao mesmo tempo em que se intensificaram as tensões nas relações entre Estado, sociedade civil e imprensa.

Como relatado por Junior e Soares (2022), na noite de 15 de agosto de 1942, um sábado que deveria transcorrer como qualquer outro nas águas do litoral sergipano, a tragédia se impôs de forma abrupta e brutal. Por volta das 19h10, o navio *Baependy*, transportando 306 pessoas entre tripulantes, passageiros e famílias foi atingido por torpedos disparados pelo submarino alemão *U-507*. A bordo, havia um clima de confraternização: comemorava-se o aniversário de um marinheiro. As luzes da festa, símbolo de vida e alegria em tempos sombrios, tornaram-se ironicamente o sinal que denunciou a presença do navio ao inimigo. O impacto dos torpedos foi fulminante. A embarcação afundou rapidamente, ceifando 270 vidas e deixando apenas 36 sobreviventes, muitos dos quais marcados para sempre pela memória do horror.

Ainda segundo o autor, mesma madrugada, o *Araraquara*, ao responder a um suposto pedido de socorro do *Baependy*, sinal forjado pelos próprios alemães, caiu numa armadilha imposta pelos alemães. Um segundo navio foi atacado, deixando o cenário cada vez mais devastador, onde 131 pessoas morreram, restando apenas 11 sobreviventes e se instalava a completa barbárie, gerando profundo terror psicológico aos tripulantes. Poucas horas depois, o *Aníbal Benévolo* tornou-se a terceira vítima consecutiva do *U-507*. Com 160 passageiros e 64 tripulantes a bordo, a embarcação transportava, em sua maioria, sergipanos que retornavam a seus lares. O impacto desse ataque foi particularmente dilacerante para o estado de Sergipe. Apenas quatro pessoas sobreviveram: o capitão Henrique Silveira e três

tripulantes. A festa e a euforia dos embarcados, como registradas na memória dos locais por Cruz (2017), deixou para muitas famílias apenas o silêncio e a ausência devolvida pelo mar.

A comoção da população sergipana foi imediata e profunda, especialmente em Aracaju, onde mães, pais, filhos e irmãos se reuniam nas docas e nas praças em busca de respostas ou, ao menos, de um corpo para velar. Contudo, de acordo com Maynard e Assis (2013) a dimensão trágica dessas ondas incontidas de dor foi agravada pelo controle informacional imposto pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que, fiel à lógica autoritária do Estado Novo, optou por manipular dados, abafar números e suprimir imagens. A censura não apenas ocultou a extensão do luto, mas feriu a dignidade dos que buscavam compreender a perda. Ao silenciar as dores individuais e coletivas, o Estado negava à população sergipana e ao Brasil o direito à memória e à verdade.

Os ataques sofridos em agosto de 1942 representaram um ponto de inflexão não apenas na trajetória da política externa brasileira, mas também na forma como a guerra passou a ser experienciada de maneira concreta e dolorosa pela população. Em Sergipe, particularmente, o conflito deixou de ser uma realidade distante, restrita ao campo da geopolítica internacional, para tornar-se uma presença invasiva e cotidiana. A guerra adentrou os lares, silenciou portos, despedaçou famílias e interrompeu trajetórias, convertendo o mar outrora símbolo de sustento, deslocamento e abertura para o mundo em um espaço de medo, luto e incerteza. O episódio mostra, portanto, que a entrada do Brasil na guerra não pode ser analisada apenas por sua dimensão geopolítica. Ela deve ser compreendida também como um processo traumático de reconfiguração das relações entre o local e o global, entre o cidadão e o Estado, e entre a memória coletiva e o sofrimento vivido.

Dessa forma, a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, frequentemente interpretada sob as lentes da diplomacia estratégica e das negociações interestatais, precisa também ser analisada a partir de suas repercussões sobre o tecido social, como é o caso da contraditória convivência entre a forma como “o susto, o assombro, o medo, conviveram com o desejo, a ganância, o senso de oportunidade.”, (CRUZ; MAYNARD, 2019), mas também relativa a consequência da falta de artigos como papel e trigo, comprometendo a produção de jornais e do próprio pão, como colocado por Maynard (2012), o que interferia inclusive nos custos de produção do impresso, tendo em vista os pedidos dos seus leitores “Vocês precisam melhorar o papel.” (*A Voz do Estudante*, ano I, n.2, p.1) como registrado no jornal *A Voz do Estudante*.

A adesão ao esforço bélico implicou não só uma reconfiguração da posição do Brasil no cenário internacional, mas também revelou os custos humanos e simbólicos desse

reposicionamento. Por trás dos acordos diplomáticos e dos projetos de modernização impulsionados pelo Estado Novo, estavam vidas concretas, submetidas a um processo que, embora legitimado por interesses nacionais, foi marcado por dor, perdas e disputas que atravessaram o cotidiano de milhares de brasileiros.

Com isso, podemos dizer, de modo geral, que o Brasil participou do conflito, como parte do grupo dos Aliados, de quatro formas mais amplas: a) fornecendo matérias-primas estratégicas; b) cedendo bases aéreas e navais no Norte e no Nordeste do país; c) patrulhando o litoral americano contra submarinos inimigos, a fim de proteger portos e bases militares; e d) enviando, em 1944, uma força expedicionária para combater em território europeu. Essa decisão brasileira pela entrada direta no conflito, realizando esforços de guerra nos fronts “interno” (nacional) e “externo” (internacional), gerou diversas consequências políticas, econômicas, sociais e culturais para a nação. (FRAGA, LAGO, MOURELLI, 2022, p.16).

Dentro dessa ideia se insere os conceitos de Cultura Histórica à luz de Le Goff, enquanto “a relação que uma sociedade (...) estabelece com o seu passado” (Le Goff, 1996, p.97 e 98) e que se diferenciam do conhecimento histórico por si só. No caso do Estado Novo, há um esforço para uma nova e mais recente produção do conhecimento histórico, uma vez que esse trabalho se constituía como parte do projeto ideológico de governo, onde o passado passou a ser usado de modo associativo para a disseminação de ideias e sentidos.

A construção de uma "cultura histórica", como este texto propõe, vincula-se fortemente a políticas públicas de regimes que investem em sua legitimidade, mobilizando com destaque valores culturais da sociedade, neles inclusos os que se referem a uma herança, tradição e passado histórico comuns. Ou seja, o texto está destacando certas conjunturas políticas -no caso, a do Estado Novo-, onde há um esforço evidente para articular iniciativas estatais de política cultural com a conformação de uma cultura política nacional, onde a leitura do passado ganha espaço privilegiado: onde a "cultura histórica" e dimensão estratégica da cultura política (GOMES, 2007, p.104).

De acordo com Angela de Castro Gomes, o conceito de cultura política é retomado devido a sua capacidade de “permitir explicações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades, projetos, etc” (GOMES, 1999, p.149 e 150). A educação, nesse período, foi incumbida de desempenhar um papel civilizatório, sendo mobilizada como instrumento estratégico para viabilizar o projeto de progresso e modernização da nação, fortemente ancorado nos ideais de militarismo e nacionalismo promovidos durante a Era Vargas. Essa missão educativa não se limitava à instrução formal, mas operava como mecanismo de disciplinamento social e de conformação ideológica das juventudes.

Tais valores acabaram por se tornar um conjunto de valores, práticas e normas que moldaram o ambiente escolar, sendo assim entendido enquanto cultura escolar que repercute no processo de ensino-aprendizagem e nas relações sociais daqueles que fazem parte dela e assim, tornou-se parte do que são seus costumes. Dominique Julia (2001) descreve a cultura escolar como um conjunto de normas e práticas “que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (p. 10), podendo fazer parte da construção de novas formas culturais, fazendo-se também como ferramenta política

Conforme aponta Serge Bernstein (1998, p. 353), a cultura política, assim como a cultura em sentido amplo, está ancorada em um conjunto de normas e valores que moldam a forma como uma sociedade representa a si mesma, seu passado e seu futuro. Sendo a cultura política um conceito de representação segundo a qual indivíduos e grupos sociais constroem e projetam suas visões de mundo por meio de práticas simbólicas e discursivas (Chartier, 1988), o jornal estudantil emerge como um artefato privilegiado de análise histórica, pois nele se inscrevem as disputas de sentidos, as estratégias de pertencimento e os ideais que permeavam o período. Longe de ser apenas um veículo informativo, esse tipo de impresso escolar funciona como espaço de enunciação e de construção identitária, refletindo e, ao mesmo tempo, moldando os imaginários coletivos de sua época.

No caso do *A Voz do Estudante*, ressoam os ideais vinculados aos horrores da Guerra. No trecho a seguir fica evidente o civismo e a percepção maniqueísta de um mundo dividido em “bem” e “mal”. Naquele momento também se evoca o Direito, a Justiça e a Liberdade como bandeiras a serem defendidas e levantadas por aquela juventude que ainda regurgitava os princípios pós-revolucionários de Liberdade e Fraternidade, contribuindo para a formação de valores vinculados a uma “cultura política” institucional e geracional que dentro do periódico projetava suas visões de mundo e “representações” do real como pode ser observado no fragmento a seguir:

Jovens! Não ouvis o grito de angústia das nações que lutam por um mundo melhor? Não ouvis a voz dos homens que sofrem, das mulheres que choram, dos meninos sem Pátria, sem lar e sem conforto que pedem pão? Escutai, jovens de minha terra, da terra de Osório e Camerino; escutai jovens amantes do Direito, da Justiça e da Liberdade, o troar sinistro dos canhões, o sibilar das balas, o estrepitar das granadas que dizimam aos milhares os nossos irmãos que lutam contra as hordas opressoras, contra as hostes nazistas por um mundo de fraternidade.

(*A VOZ DO ESTUDANTE*, N.2, Ano I, Aracaju, 26 de julho de 1942, p.1).

Ainda adentrando a produção dos escritos no período é possível compreender similaridades no teor daquilo que é descrito, mas também diferenças até mesmo quantitativas no que se refere a repercussão e consequências de determinados atos em múltiplas culturas. Silva (2013) ao analisar o jornal *Criança brasileira* no estado de Santa Catarina, assinala que nesse cenário posterior à entrada do país na Segunda Guerra Mundial, oficializada em 22 de agosto, intensificou a atmosfera de vigilância ideológica e de controle sobre identidades culturais. Como reflexo direto, instaurou-se um clima de medo e de suspeição em relação aos estrangeiros e seus descendentes, o que resultou em práticas discriminatórias como a proibição do uso de línguas estrangeiras nas escolas e a promoção de exposições voltadas ao público infantil e juvenil que retratavam o “perigo alemão”.

Apesar da diferenciação do recorte, a população estrangeira ou até mesmo descendentes de países vinculados ao Eixo, foram vítimas da depredação de estabelecimentos comerciais e suspeitas até mesmo em Sergipe, como investigado por Maynard (2019). Tais iniciativas evidenciam o uso da educação como instrumento de propaganda política e de reforço de um projeto nacional homogêneo, no qual a diversidade cultural era tratada como ameaça à segurança do Estado e à unidade nacional que chegavam ao cotidiano do alunado num período de construção identitária e apreciação da sociabilidade, buscando assim um espaço para a disseminação de seus ideais, que se materializavam a partir dos periódicos estudantis.

Modos de se construir identidades a partir do pertencimento a grupos, ideologias, valores e crenças e que podem ser materializados sob diversas formas, e expressados nos mais variados espaços, em especial nas instituições de ensino e seus rituais. De modo que “da mesma forma que a identidade de um grupo é um fenômeno de “imaginação social” (independente do tamanho do grupo), a construção de um “passado comum”, como um dos fortes referentes do grupo, também o é (GOMES, 2012, p.148)

A construção das identidades coletivas é um processo profundamente enraizado em práticas simbólicas e afetivas de pertencimento, que mobilizam ideologias, valores, crenças e narrativas compartilhadas sendo socialmente construídas e constantemente negociadas. Como destaca Gomes (2012), tanto a noção de identidade grupal quanto a elaboração de um passado comum que a sustenta são fenômenos de “imaginação social”, ou seja, criações discursivas que produzem sentidos de unidade e continuidade histórica, independentemente da materialidade ou da coesão real desses grupos.

Nesse sentido, a escola, no caso em foco o Atheneu Sergipense, se apresenta como um dos principais espaços de atuação dessa imaginação social por meio de seus rituais, currículos, símbolos e práticas pedagógicas, a instituição escolar participa ativamente da constituição de identidades coletivas. A educação, sobretudo a educação cívica, desempenha um papel central na consolidação de um sentimento de pertencimento nacional, particularmente em contextos de transição ou de afirmação do Estado, como foi o caso do Brasil pós-Proclamação da República.

A inserção da "história pátria" na agenda republicana, como discutido por Gomes (2012), revela uma estratégia política de construção da identidade nacional, na qual o passado é instrumentalizado para legitimar o presente e moldar o futuro. Trata-se de uma operação de seleção e silenciamento em que se privilegiam determinados eventos, personagens e valores, como heroísmo, civismo e unidade em detrimento do silenciamento de conflitos, divergências e vozes dissonantes. Esse passado "comum", forjado a partir da ótica do Estado, cumpre a função de coesão simbólica em uma sociedade marcada por profundas desigualdades e fragmentações.

No entanto, é necessário lançar um olhar crítico sobre essas práticas de formação identitária. No *A Voz do Estudante* é possível perceber de que modo os heróis e símbolos nacionais, observando de uma perspectiva histórica e crítica, são atravessados por disputas de memória e de poder, desde extensas e acaloradas festividades cívicas, como na matéria abaixo, a atividades rotineiras de prostração a símbolos patrióticos. A identidade nacional construída dentro desses meandros, reforça um sentimento nacional que serve a uma narrativa e são munidos de intencionalidade política, tornando-se assim um “jogo” de interesses dos grupos dominantes que reforça uma ideia homogênea e excludente de brasilidade, contribuindo para a percepção do que é “ser brasileiro” desde o ambiente escolar, como registrado a seguir:

O brilhantismo com que foi comemorada a Semana da Pátria não ficou só nas palestras radiofônicas, nas paradas escolares e militares. Ecoou também nos estabelecimentos de ensino, quer estaduais ou federais. No Colégio Estadual de Sergipe, na Escola Industrial de Aracaju, para onde fomos gentilmente convidados, foram feitas preleções de verdadeiro sentido patriótico, onde o quilate de cada orador mostrava que em Sergipe “surge um homem com vida, mostrando em cada ferida o hino de uma vitória” (ECOS DA SEMANA, N.4, Ano I, Aracaju, 30 de setembro de 1944, p.2).

Sob tal ótica, para além dos sentidos “patrióticos”, compreender os modos como se constroem as identidades nas instituições educativas implica também problematizar os

mecanismos de exclusão, controle e silenciamento que operam nesses espaços ao mesmo tempo que é preciso reconhecer o papel da escola sob um olhar mais criterioso e dual, de forma que embora seja um lugar de reprodução ideológica, pode também ser espaço de resistência e de construção de identidades plurais, críticas e emancipadoras.

3.0 O PERFIL DISCENTE DOS AUTORES DO *A VOZ DO ESTUDANTE*

Visando adentrar o imaginário dos autores do jornal e sintonizar suas “vozes”, é preciso compreender quem são os estudantes que escrevam no impresso, seu lugar social e como suas trajetórias, experiências e escritos explicitam aspectos não somente das suas formações escolares, mas da sociedade e da época em que viviam. Para isso, o perfil do alunado foi formulado a partir dos registros escolares coletados no arquivo corrente do Atheneu Sergipense com os tipos documentais incluídos nas pastas individuais de cada estudante, onde constam: certidões de nascimento, certificados dos exames da 1ª a 4ª série ginásial, fotos 3 x 4 cm, declarações de permissão para prestar exames, requerimentos, guias de pagamento (matrícula, frequência, certificados de exames de admissão, de licença ginásial clássica ou científica), atestado de saúde, e carteira de vacinação antivariólica.

O marco temporal acompanha a vida escolar de 10 discentes autores do jornal, escolhidos a partir da relevância dos seus escritos acerca de questões cívicas e relativas à Guerra e seus papéis executados no impresso, sendo eles: Kermann Lacerda de Alencar Mota, Florival Ramos de Souza, Joaquim Caldas, José dos Santos Ferreira, José Araújo Ferreira, José Lima de Azevedo, Maria Edla Lima, Walter Felizola, Avany Tarres de Souza e Yêda de Araújo Tavares, sendo 5 deles pertencentes ao Curso Clássico e os outros 5 pertencentes ao Curso Científico com idades entre 14 e 26 anos. Dessa maneira é possível melhor compreender em qual contexto geopolítico e imaginário eles estavam inseridos, de onde vinham seus interesses e angústias e o que os motivou a escrever no período da Segunda Guerra Mundial tendo em vista suas zonas de influência.

Esse recorte permite compreender não apenas parte do cenário político, mas também os reflexos desse contexto nas práticas escolares, nas leituras disponíveis e nas formas de pensar e narrar o cotidiano tendo em vista o modo como foram moldadas as subjetividades e expressões juvenis a partir da identificação de suas filiações, naturalidades, formas de ingresso na instituição de ensino bem como suas respectivas trajetórias acadêmicas. Ao observar as produções desses estudantes, é possível perceber como as tensões do período atravessaram a escola e influenciaram o modo como os jovens construíram sentidos sobre o mundo, a nação e o futuro para assim o “representarem”. Desse modo, a presente seção visa melhor compreender a juventude que deu “voz” e identidade ao periódico por meio dos “vestígios” da cultura escolar e da cultura política preservados no acervo, como constam abaixo.

Figura I: Requerimentos de matrícula dos autores do jornal *A Voz do Estudante*

The image displays three documents related to school enrollment requests from the Colégio Estadual de Sergipe.

- Left Document:** A handwritten request from Hermano Euzébio de Almeida Mota, dated 1945. It includes his address in Aracaju and a signature.
- Middle Document:** A handwritten request from Fênix Rayoso de Sousa, dated 1945. It includes his address in Aracaju and a signature.
- Right Document:** A printed form from the Secretaria da Educação e Cultura, filled out for José dos Santos Ferreira. It includes fields for name, father, mother, birth date, and address, all filled in with handwritten text.

Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

A partir dos requerimentos de matrícula destinados aos seus respectivos anos letivos e cursos oferecidos pela instituição de ensino, foi possível localizar o local de nascimento desses discentes, sendo estes advindos de Aracaju, Riachuelo, Boquim, Neópolis, Itabaiana, Dacilena (atual Cedro de São João) e até mesmo Salvador. Também foi possível perceber sua origem familiar, permitindo o acesso aos nomes de seus pais, suas datas de nascimento, sua “legitimidade” enquanto filhos, o curso escolhido, a série a qual estava submetendo a matrícula além de seus locais de residência, que mudaram ao longo dos anos, demonstrando moradias em zonas prestigiadas no centro da cidade, pertencentes a uma elite urbana em Aracaju. Ademais, essas informações eram acompanhadas pela data da requisição da matrícula, sendo validados com o uso de diversos selos e carimbos oficiais, que oferecem confiabilidade a documentação que era refeita anualmente como consta nos exames de habilitação abaixo.

Figura II: Certificado de exames ou de habilitação

CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO
2.ª SÉRIE CLÁSSICA

Certificamos que Walter Felizola Soares
filho de Aluísio Soares
e de Flávia Felizola
natural de Sergipe nascido em 29 de Julho
de 1924 foi considerado aprovado na 2.ª SÉRIE CLÁSSICA, nos
termos da LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO (decreto-lei n.
4.244 de 9 de Abril de 1942), com os seguintes resultados, no ano
letivo de 1944:

Português	8,8	Matemática	5,1
Latim	7,2	Física	6,8
Geografia	6,3	Química	6,8
Biologia	7,9	Hist. Geral	9,5
		Geog. Geral	8,8
		Filosofia	9,2

Média geral de todos os exames: 7,4

Aracaju, 15 de Setembro de 1945
O Diretor, João Maria de Faria

Certificado de exames da 4.ª Série
N.º 131

Certificamos que Manoel Canabito Sena
filho de Manoel Canabito Sena
natural de Sergipe nascido em 2 de Janeiro
de 1927 foi considerado aprovado nos exames da
quarta série, no ano letivo de 1944, com os seguintes
resultados:

Português	8,3	Matemática	8,8
Francês	7,6	Física	
Inglês	9,5	Química	9,5
Hist. Geral	8,9	Geog. Geral	9,5
Biologia			

Média geral de todos os exames: 8,9

Aracaju, 13 de Setembro de 1945
O Inspetor, João Maria de Faria
O Diretor, João Maria de Faria

CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO
2.ª Série Colégio - Curso Clássico

Certificamos que José Ferreira
filho de Alcides Antônio Ferreira
e de Olivia Santos Ferreira
natural de Bahia nascido em 7 de Outubro
de 1924, foi considerado aprovado, na 2.ª SÉRIE COLÉGIAL do curso
científico, nos termos da LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO
(decreto-lei n. 4.244 de 9 de Abril de 1942), com os seguintes resul-
tados, no ano letivo de 1944:

Português	7,3	Química	6,3
Francês	4,8	Biologia	5,3
Inglês	4,9	Hist. Geral	4,0
Matemática	5,7	Geog. Geral	7,9
Física	4	Desenho	8,1

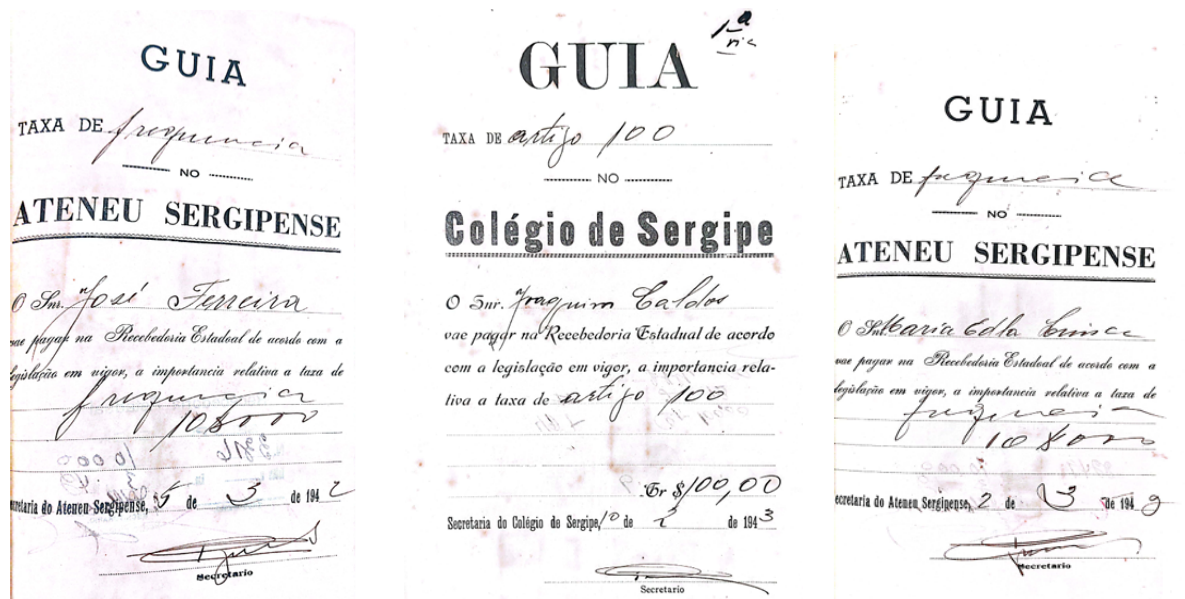
Média geral de todos os exames: 5,8

Aracaju, de Setembro de 1944
O Diretor, João Maria de Faria

Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

Os certificados de Exames ou Habilitação demonstram o histórico dos estudantes com suas respectivas notas nas disciplinas cursadas tanto no secundário do Atheneu Sergipense, quanto do curso ginásial em outras instituições de ensino, a exemplo do Colégio Tobias Barreto, como é o caso de Walter Felizola Soares e Florival Ramos, mas também de outros locais como o Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora e o Colégio Estadual da Bahia, onde estudava Kermann Lacerda de Alencar Mota. Após certificar suas habilitações e requererem a matrícula no estabelecimento, ainda era preciso efetuar o pagamento das guias, sejam elas de matrícula ou de frequência como o disposto a seguir.

Figura III: Guias (matrícula e frequência)



Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

As guias de pagamento eram expedidas pela Recebedoria Estadual, órgão responsável pela arrecadação das taxas referentes à matrícula, frequência e certificações, conforme estabelecia a legislação educacional vigente. Tratava-se de um documento padronizado, preenchido pela requerente, que atestava tanto o vínculo institucional quanto à formalidade burocrática que marcava a relação entre o estudante e o Estado. Os documentos analisados apontam aspectos econômicos e administrativos do ensino secundário brasileiro em 1942, momento em que o país adotava o cruzeiro como nova unidade monetária em substituição ao réis, vigente até 5 de outubro daquele ano.

A partir desse momento, de acordo com o Banco Central do Brasil, na conversão oficial, cada cruzeiro passou a equivaler a 1.000 réis, o que ilustra a reestruturação monetária promovida pelo governo Vargas em meio ao contexto da Segunda Guerra Mundial, repercutindo nas taxas e contribuições cobradas pelos estabelecimentos de ensino. Tendo em vista a pesquisa realizada pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, o salário mínimo sergipano em 1940 era de 125 mil réis enquanto o salário médio era de 125.2 mil réis passando a ser fixado posteriormente em 300 cruzeiros, o que contrastava com os valores exigidos para a manutenção dos estudos, como a taxa de frequência de 25 cruzeiros e a taxa de matrícula de 25.000 réis para a quarta série do curso ginásial, valores que evidenciam o caráter seletivo e elitista do acesso à educação secundária naquele período. Ainda assim, um dos outros pré-requisitos para a matrícula e “filtros” condicionantes ao ingresso na instituição eram o atestado de saúde e a carteira de vacinação como disposto a seguir.

Figura IV: Atestado de saúde e carteira de vacinação

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA — ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE VACINAÇÃO ANTIVARIOLICA
 de Kermann Lacerda de Alencar Mota de idade, de cor branca natural de Sergipe
 residente Rua Helena n. 556 foi vacinado
 proveito no dia 10 de fevereiro de 1940 tendo assim cumprido
 o art. 29 do Regulamento da Saúde Pública.
 Numero de vacinas 2 no braço direito
 O portador deste deverá revaccinar-se ao completar 12 de idade.
Aracaju 12 de Fevereiro 1940
 Dr. [assinatura] (Médico)

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA DE SERGIPE
CENTRO DE SAÚDE
ATESTADO DE SAÚDE
 CARTEIRA N. 13.427
 Atesto que Joaquim Caldas
 com 24 anos de cor branca natural de
Sergipe de profissão rádio-telefonista
 residente no Quartel do 2.º R.B.N.
 não sofre de moléstia infecto-contagiosa, não apresenta
 defeito físico e tem integros os órgãos dos sentidos.
 Aracaju, 25 de fevereiro de 1941
[assinatura] (Médico)

Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

Não restrito a atestar a informações mais gerais dos estudantes como nome, idade e endereço, os atestados de saúde e carteiras de vacinação, pré-requisitos para a matrícula no Ensino Secundário da instituição, adicionam informações referentes a profissão de alguns dos alunos mais velhos, como é o caso do Joaquim Caldas que exercia a função de rádio-telefonista, ou até mesmo a profissão de seus pais, a exemplo de Kermann Lacerda de Alencar Mota, cujo pai aparece como médico.

Uma outra informação adicional presente nesses registros é a etnia desses jovens, descrita no campo “cor”. Esta, em alguns dos casos, é traduzida a partir da escala Roquette-Pinto e de seus códigos específicos. Nesse sistema de classificação e codificação há uma busca pela descrição dos tipos físicos e raciais existentes no século XX, sendo eles divididos em: Leucoderme tipo 1 (branco europeu típico - L1), Leucoderme tipo 2 (branco com traços mestiços leves - L2), Mestiço tipo 1 (geralmente mulato claro - M1), Mestiço tipo 2 (mestiço mais escuro ou com traços mais africanos - M2), Negróide tipo 1 (negro com traços africanos típicos - N1), Negróide tipo 2 (negro com traços mais mistos ou indígenas - N2) e Indígenas tipo 1 (ameríndio típico - I1) (ROQUETTE-PINTO, 1930).

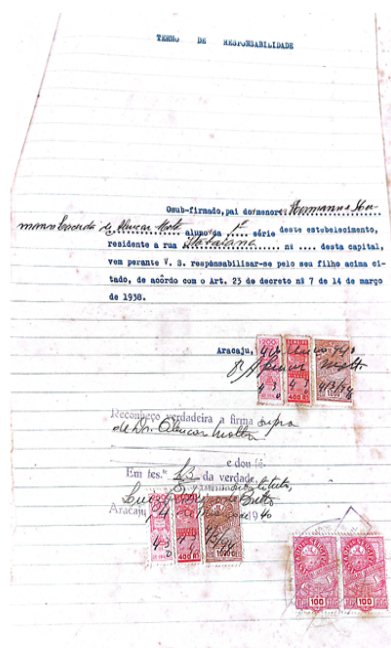
Tais classificações eram baseadas em medidas antropométricas como tamanho e formato do crânio, nariz, estatura e observações subjetivas de traços físicos. Hoje, esse sistema é considerado cientificamente ultrapassado e eticamente problemático, pois reforça hierarquias raciais e preconceitos socialmente construídos em relação aos supostos comportamentos e características de certos “tipos físicos”. Dentre os itinerários dos alunos

aqui analisados, alguns têm elencado nas suas fichas a escala, já em outros documentos a “cor” aparece de forma mais explícita como em “branco” ou “moreno”, sendo esta última uma maneira de “amenizar” o peso negativo atrelado a ideia de pessoa “negra” naquele período. Dessa maneira saliento o recorte étnico que atravessava a realidade dos autores do impresso, sendo eles 5 “brancos”, 3 “morenos” e 2 sem identificação.

De modo geral, para além das questões raciais envolvidas, os registros analisados apontam a forte influência do ideário higienista nas práticas educacionais do início da década de 1940, período em que a escola era compreendida não apenas como espaço de instrução, mas também de normalização das condutas. A exigência de atestados médicos que declaravam que a aluna “não sofre de moléstia infectocontagiosa, não apresenta defeito físico e tem íntegros os órgãos dos sentidos” evidencia a presença de um discurso de controle e vigilância sobre os corpos dos discentes. Tal discurso era legitimado devido a preocupação com as doenças em circulação naquele momento como a varíola e a tuberculose, sendo necessário reforçar o ideal de uma juventude saudável, disciplinada e moralmente adequada às expectativas da época.

As carteiras de vacinação, com o registro das doses aplicadas e a confirmação do bom estado de saúde, funcionavam como instrumentos de legitimação da presença das estudantes no espaço escolar, associando saúde física à aptidão intelectual e moral. Outro documento recorrente era o termo de responsabilidade, que vinculava a matrícula à autorização familiar e à garantia de comportamento adequado, reafirmando a dimensão biopolítica da educação, na qual o corpo da estudante era simultaneamente objeto de cuidado e de controle institucional.

Figura V: Termo de responsabilidade



Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

O termo de responsabilidade configurava-se como um documento de natureza moral e disciplinar, no qual os responsáveis pelas estudantes assumiam o compromisso de zelar pelo cumprimento das normas escolares e pela conduta ética e social esperada no ambiente educacional. Mais do que uma formalidade administrativa, esse termo refletia a dimensão moralizadora e normativa da escola, que extrapolava os limites do ensino e adentrava o campo do comportamento, sendo papel das famílias se responsabilizar por eventuais desvios, de modo que o documento elucidava a ideia da instituição como espaço de regulação social, em sintonia com o projeto civilizatório e higienista da época em consonância com os demais registros anexados ao histórico escolar dos estudantes.

Assim, os registros médicos, as guias de pagamento e os termos de responsabilidade, tomados em conjunto, delineiam uma cultura escolar pautada pelo controle, pela seletividade e pela legitimação de um ideal pautado em ser socialmente aceito e fisicamente “apto” ainda que advindos de diferentes trajetórias pessoais. Tendo a referida documentação como base, bem como as produções no jornal estudantil, o subtópico a seguir visa compreender como as experiências e os contextos de cada uma dessas “vozes” se expressa nas práticas de escrita e na formação de identidades no espaço escolar.

3.1 ASPECTOS FORMATIVOS, SOCIAIS E CULTURAIS DOS AUTORES DO JORNAL *A VOZ DO ESTUDANTE*

Tendo em vista o contexto histórico e burocrático em que esses alunos viviam, ressalto aqui os aspectos formativos, sociais e culturais relacionados às trajetórias individuais dos autores do impresso. Sendo assim, é possível notar que as trajetórias escolares, o desempenho, interesse pela escrita permite melhor compreender os aspectos identitários, sociais e culturais dos autores do periódico, levando a uma análise mais aprofundada de seus escritos e visões de mundo que davam “voz” àquela juventude. A materialidade dessas trajetórias torna-se mais evidente por meio dos registros escolares preservados, como apresentado na imagem a seguir:

Figura VI: Retrato de Kermann Lacerda de Alencar Mota, redatora-chefe do jornal *A Voz do Estudante*



Fonte: Pasta Individual da autora (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

Nascida em 29 de setembro de 1927, em Aracaju, uma das redatoras chefe do jornal *A Voz do Estudante*, Kermann Lacerda de Alencar Mota, era filha legítima do Dr. Alencar Mota, médico, e de D. Zélia Nobre de Lacerda Mota, pertencendo, portanto, a um grupo familiar de prestígio intelectual e social na capital sergipana. Durante sua formação, residiu nas ruas de Campos e Itabaiana, áreas centrais da cidade, o que reforça sua inserção em um espaço urbano associado às camadas médias e letradas que, à época, tinham acesso ao ensino

secundário. Nesse cenário, ingressou no curso Científico, etapa que representava o ápice da formação escolar feminina naquele contexto, marcada por rigor disciplinar e seleção social.

Em 1940, quando contava apenas 12 anos, era estudante do Atheneu Sergipense, então dirigido por Joaquim Sobral; nos anos seguintes, sob as gestões de Felte Bezerra (1941) e José Augusto da Rocha Lima (1942-1943), o que é possível analisar pelos carimbos e assinaturas em seus documentos escolares, indicando que sua trajetória escolar acompanhou as transformações administrativas e pedagógicas da instituição. Durante seu percurso educacional e sua jornada no impresso, escreveu sobre assuntos variados, além de assuntos mais sérios relacionados à Guerra e cívicos, também escrevia poemas e charadas em diferentes edições, indicando seu poder de transitar entre variados temas.

Tendo em vista seus históricos escolares, era perceptível que era uma boa aluna, embora com dificuldades em francês e inglês, reflexo direto do elitismo cultural e do eurocentrismo pedagógico da época. Outro elemento importante é que a autora era classificada segundo o sistema Roquette Pinto, que a descreve como “Leucoderme tipo 1 – branco europeu típico” e de “cabelos ondulados” (L-1 11). Essa categorização, oriunda das práticas biométricas e raciais do período, expressa a tentativa do Estado e das instituições escolares de homogeneizar e hierarquizar corpos segundo parâmetros de “branquitude” e adequação física, legitimando, sob o discurso científico, uma ordem social racializada e excludente.

Em 1945, Kermann retornou ao Atheneu Sergipense para terminar seu 2º ciclo do colegial depois de ter cursado a 1ª série do curso científico no Colégio Estadual da Bahia, movimento que pode indicar tanto a mobilidade da família quanto a busca por continuidade dos estudos em uma instituição de maior prestígio regional, reforçando a dimensão de distinção social que acompanhava sua trajetória. Sua biografia, portanto, ilumina o cruzamento entre origem social, gênero, raça e cultura escolar no Brasil dos anos 1940, em que o ideal de estudante feminina era cuidadosamente moldado entre um certo padrão moral de civilidade e as exigências de um sistema educativo hierarquizado. O caso de Kermann Mota, lido à luz dos documentos escolares, revela como a escola funcionava como instrumento de legitimação das desigualdades, ao mesmo tempo em que produzia identidades e narrativas de pertencimento, aspectos que se tornam ainda mais visíveis quando associados às escritas e representações discentes no impresso estudantil, especialmente daqueles que estavam à frente de sua produção, como também é o caso de Florival Ramos, disposto na figura a seguir:

Figura VII: Ficha de rendimento escolar do curso clássico do Atheneu Sergipense

PRIMEIRA SÉRIE

ANO LETIVO DE 1943 CURSO *Clássico* CICLO

(Diretor) (Inspetor)

Nome

Disciplinas	EXERCÍCIOS										Média de exerc.	P. PARC.		Prova oral	Média final
	Abril	Maio	Jun.	Jul.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	1.ª p.	2.ª p.					
Português.....	8	5	8	9	9	9	9	9	8,2	6	9	6,6	7,7		
Latim.....	8	10	10	9	8,3	7	7	7	8,2	10	7	8	8		
Grego.....	5	6	7	7	6	6	6	6	6,1	4	7,5	4,6	5,9		
Francês.....	6	8	9	8	9	10	10	10	8,7	6	6	5	6,3		
Inglês.....	9	10	10	9,5	10	9	10	10	9,6	8	9	10	9,4		
Espanhol.....	10	10	9	10	10	10	10	10	9,6	6	7	3	8,9		
Matemática.....	10	9	9	10	10	9	10	10	9,6	9	9	8	8,9		
História Geral.....	9	9	9	10	10	9	9	9	9,2	9	9	8	8,8		
História do Brasil.....	9	9	9	10	10	9	9	9	9,2	9	9	8	8,8		
Geografia Geral.....															
Geografia do Brasil.....															
Física.....															
Química.....															
Biologia.....															
Filosofia.....															
Desenho.....															

Nome do aluno: *Florival Ramos de Souza*

Assinatura do Diretor: *Joaquim Vieira Sobral*

(Data) _____

Assinatura do Inspetor: *Dr. Octaviano V. de Melo*

Média geral: *7,5*

O aluno foi: *aprovado*

Média final: *8,8*

Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

Nascido em 25 de maio de 1920, na cidade de Riachuelo (SE), Florival Ramos de Souza pertenceu a uma geração de estudantes que transitou entre a vida interiorana e o universo urbano letrado de Aracaju. Filho de José Ramos de Souza e Izaura Ramos de Souza, Florival estabeleceu residência nas ruas Laranjeiras e São Cristóvão, áreas tradicionais da capital sergipana, e também na cidade de Estância, o que evidencia uma trajetória marcada por deslocamentos e por uma inserção social entre o interior e os centros de prestígio educacional do estado. Aluno do curso Clássico, formação voltada à erudição humanística e à preparação para o ensino superior, ele integrava um grupo de jovens cuja escolarização era vista como forma de ascensão social e distinção intelectual.

Apesar das suas dificuldades verificadas nas suas notas em Matemática, Florival se destacou pela aptidão para as letras e a escrita reflexiva, o que o conduziu ao posto de redator-chefe do jornal escolar, posição de prestígio que lhe permitia atuar como mediador entre o discurso institucional e as vozes discentes. Sua passagem pelo Colégio Tobias Barreto que, nesse período, era uma instituição privada, seguida da transferência para o Atheneu Sergipense, sugere tanto a busca por melhor formação quanto a transição entre diferentes projetos pedagógicos num momento em que o ensino secundário sergipano vivia o impacto das reformas educacionais e das ideias do escolanovismo, que começavam a tensionar as práticas tradicionais.

Como redator-chefe, Florival Ramos de Souza materializava o ideal de jovem letrado, cuja função era não apenas narrar o cotidiano escolar, mas também expressar o *ethos*

de sua geração, uma juventude que buscava modernidade, mas permanecia ancorada em estruturas sociais hierárquicas e excludentes especialmente cercado por um ambiente que inspirava horror e práticas militarizantes. Dessa forma, sua biografia ilustra o modo como a cultura escolar do Atheneu se constituía em espaço de produção simbólica de poder e legitimidade intelectual, no qual o domínio da palavra escrita se tornava via de prestígio e identidade. Essa construção biográfica ganha maior concretude a partir da documentação escolar preservada, conforme ilustrado na imagem a seguir.

Figura VIII: Retrato do estudante Joaquim Caldas



Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

Nascido em 1916, na então cidade de Darcilena, atual Cedro de São João, em Sergipe, Joaquim Caldas era filho de Manuel Correia Caldas e D. Joana Filena Caldas, pertencendo a uma família de origem interiorana, mas com aspirações que o levaram a ingressar no curso Clássico. A própria história de sua cidade natal é reveladora do imaginário político e simbólico do período varguista, de modo que o nome “Darcilena” nasceu de uma homenagem interessada, promovida pelo então prefeito Miguel Seixas, que buscava agradar Getúlio Vargas e o governador Augusto Maynard, unindo os nomes das esposas de ambos, Darcy e Helena, como forma de deferência e fidelidade política. Esse gesto, ainda que aparentemente banal, sintetiza a lógica de poder e de prestígio que estruturava o Brasil dos anos 1930 e 1940, quando até os topônimos se tornavam instrumentos de afirmação simbólica e submissão política. Assim, Joaquim Caldas trazia consigo, desde o nascimento, uma marca de pertencimento a uma época em que o poder pessoal e o favor político moldavam não apenas os destinos das cidades, mas também os percursos individuais.

No espaço escolar Joaquim Caldas destacou-se por suas altas notas nos exames, mas algo que chama atenção é a sua idade disposta nos documentos de matrícula no ensino secundário. Em 1941, aos 24 anos, em um momento da vida distinto de vários de seus

colegas, já era sargento do 28º Batalhão de Caçadores, fato que revela a conjugação entre mérito intelectual e disciplina militar, características valorizadas pelo Estado Novo. Nesse ínterim, somado ao recorte histórico e às fontes aqui trazidas, é possível constatar que a presença de jovens instruídos nas forças armadas fazia parte do ideal varguista de modernização e ordem, em que o saber e a hierarquia se tornavam expressões de patriotismo. O envolvimento de Joaquim com o meio militar pode ser compreendido como um prolongamento da formação moral e disciplinar recebida no curso Clássico já que ambos cultivavam o rigor, o autocontrole e o senso de dever.

Em relação à questão étnica, os registros também o classificam como “branco”, categoria que, à luz das classificações antropológicas da época, reforçava o ideal racializado de civilidade e competência intelectual. No contexto do ensino secundário e das instituições militares, a brancura era frequentemente associada à racionalidade, à liderança e ao prestígio, compondo o contexto de um projeto nacional excludente que vinculava raça, mérito e cidadania. Dessa forma, Joaquim Caldas encarna o perfil do intelectual-militar sergipano, produto de uma “cultura escolar” que aliava o saber humanístico à formação moral e patriótica, inscrito em um cenário social marcado pelo autoritarismo, pelo culto à disciplina e pelas redes de favorecimento político que caracterizaram o Brasil da Era Vargas, assim como também ocorria com seu colega José dos Santos Ferreira.

José dos Santos Ferreira, filho de Aloysio Antônio Ferreira e Celina dos Santos Ferreira, nasceu em 6 de outubro de 1924, em Salvador (BA), pertencendo a uma família que, ao transferir-se para Sergipe, buscava consolidar sua inserção nos circuitos de formação intelectual da região. Residente na Avenida João Ribeiro, um dos endereços de destaque de Aracaju, José cursou o Curso Científico no Atheneu Sergipense após ser transferido do Colégio Salesiano “Nossa Senhora Auxiliadora”, instituição de forte orientação religiosa e moralizadora, vinculada à tradição pedagógica salesiana que combinava rigor disciplinar, formação moral e devoção católica. (BONIFÁCIO, 2011).

Entre as trocas de informações e correspondências nas duas instituições de ensino, um detalhe que chama atenção na sua documentação é a presença do nome incorretamente grafado nos documentos oficiais, descrito como “José Júlio Santos Ferreira⁸”. Essa questão de imprecisão documental joga luz e aponta para as fragilidades e ambiguidades do registro escolar e civil da época, mostrando também como a identidade do aluno era mediada e

⁸ Até o momento da realização da pesquisa, não foram localizados registros fotográficos de José dos Santos Ferreira nos acervos consultados, incluindo a Pasta Individual do aluno no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense.

validada pelos dispositivos burocráticos, criando um lugar de fronteira entre o pertencimento e a invisibilidade. Essa questão social pode ser entendida de certo modo com base na sua classificação como de “cor morena”, o que o inscreve em um contexto racial em que delimitava lugares sociais e possibilidades de reconhecimento social. Ainda assim, em meio a um sistema educacional racialmente hierarquizado, sua trajetória revela o esforço de um jovem que, mesmo integrado ao espaço escolar urbano e elitizado, ocupava uma posição ambígua dentro das estruturas de prestígio e poder simbólico.

Já em 1942, aos 18 anos, José foi incorporado à Companhia de Quadros anexa ao 28º Batalhão de Caçadores, período em que esteve em instrução militar e, por isso, deixou de frequentar as aulas de Inglês durante todo o mês, o que lhe resultou em nota zero (COSTA, 2018). Esse episódio, embora aparentemente banal, evidencia o choque entre as exigências da vida militar e o ritmo da vida escolar, refletindo a sobreposição entre dois projetos de formação do Estado Novo: o do cidadão-soldado e o do estudante-disciplinado sendo ambos moldados pela lógica da obediência, do dever e da ordem, mas suas demandas, quando simultâneas, revelavam os limites da conciliação entre instrução e militarização, ainda que de acordo com Costa (2018), a instrução pré-militar fizesse parte do cotidiano daqueles jovens.

Portanto, a biografia de José dos Santos Ferreira permite vislumbrar a diversidade de experiências dentro do corpo discente do Atheneu e dos colégios associados, especialmente entre aqueles que conciliavam estudo e serviço militar. Sua trajetória se destaca não apenas pelo percurso educacional, mas pelo que revela sobre a condição intermediária de jovens “morenos”, submetidos às tensões entre visibilidade e subordinação. Assim, José encarna o perfil de um estudante que, embora distante da centralidade das elites brancas, foi igualmente partícipe de uma cultura escolar que espelhava as contradições do projeto de nação varguista, em que cidadania, raça e disciplina se entrelaçavam sob o pretexto de modernização que mesmo vindos de longe, a juventude se inseria, como também é o caso de José Araújo Ferreira.

Natural de Boquim (SE), José Araújo Ferreira nasceu em 28 de janeiro de 1927. Filho de Manuel Cândido Ferreira e Maria Araújo Ferreira, pertenceu a uma família do interior sergipano que investia na educação como meio de ascensão social e integração ao espaço urbano letrado. Aos 16 anos, em 1943, já se encontrava matriculado no curso Científico, indicando uma trajetória precoce e comprometida com a formação escolar. Ao longo de sua juventude, residiu inicialmente na Rua Anápolis e, posteriormente, nas Ruas Itabaianinha e Capela, ambas localizadas em áreas centrais de Aracaju, o que reflete o movimento de

mobilidade geográfica e social característico das famílias que buscavam consolidar sua presença nos centros urbanos em expansão.

Em sua trajetória escolar, José Araújo Ferreira integrava o grupo de estudantes que representava o novo ideal educacional da década de 1940: jovens voltados à racionalidade, ao progresso técnico e à ciência, valores compatíveis com o discurso modernizador do Estado Novo. Classificado como “branco”, seu perfil reforçava o ideal normativo de aluno “adequado” segundo os padrões raciais e morais predominantes, em uma escola que ainda espelhava a hierarquia social e a seletividade étnica das elites urbanas.

Fato que demonstra essa sua influência e prospecção anos mais tarde é a correspondência endereçada ao professor Joaquim Sobral, datada de 1950, que demonstra não apenas o vínculo afetivo e intelectual estabelecido entre docente e discente, mas também o valor simbólico atribuído à escrita como extensão da experiência escolar. A carta permite vislumbrar a continuidade da influência formativa do Atheneu Sergipense na vida de seus ex-alunos, mostrando que a instituição ultrapassava o espaço físico da sala de aula e se convertia em referência moral e intelectual duradoura. Ao escrever ao antigo diretor, José reafirmava uma relação de respeito e pertencimento, característica das formas de sociabilidade escolar de prestígio, tendo na valorização do saber expressões de identidade e reconhecimento, como ilustrado abaixo:

Figura IX: Carta manuscrita endereçada ao professor Joaquim Sobral



Recado, junho, 7 de 1950.

Prezado amigo

Prof. Joaquim Sobral

Disciplina

Deixa justa a ponderação de Dr. Lencina ao se-
lhandando-me a lhe escrever sobre a "vida escolar"
que o Sr. ficou de ponderar. Dize-me ele
das suas coisas ponderadas com a difícil tarefa de
dirigir o nosso querido Alameda o que com justa
razão o fazo um tanto esquecido. Por isto, a
por que a secretaria da Escola continua insistindo
na entrega urgente daqueles documentos, atendo-me a
lhe enviar sobre um assunto para o qual o Sr.
expetencia e perfeitamente se entenda de cuidar.
Ainda resta completar o trabalho em lhe solicitar
a entrega dos referidos dados. Quando o Sr. tiver visto
de enviar alguma mensagem. Dr. Lencina, anexo está
que ora lhe falo. Outrossim quero adverti-lo de
que a Escola exige toda a vida escolar, isto é, não
só a do tempo de aulas mas também o currículo
de estudos.
Deixando-lhe saúde junto aos seus, ^{anunciando} ~~deixando~~ um
santa foto ^{anunciando} ~~deixando~~ na sua gestão ao ^{anunciando} ~~deixando~~ ^{anunciando} ~~deixando~~
Estadual posto assim já ao seu devido pela
nova concentração casa de ensino.
Recaba o abraço zeloso do
amigo José Araújo FER

Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense.
Registro da autora.

Sua trajetória evidencia a figura de um jovem cuja permanência nos circuitos educacionais e a manutenção de seus vínculos refletem a dimensão simbólica da cultura escolar sergipana enquanto um espaço de construção de memórias, legitimidades e afetos intelectuais. Para além do percurso científico, sua vivência se alia à dimensão humana e relacional do aprendizado, mostrando que, extrapolando a formação técnica, a escola também produzia laços de pertencimento e continuidade, fundamentais para a constituição de uma geração que via na educação o instrumento por excelência de inserção e distinção social para jovens de diferentes locais do país, como também é o caso José Lima de Azevedo.

Advindo da cidade ribeirinha de Neópolis (SE), José Lima de Azevedo nascido em 20 de fevereiro de 1928, era filho de Anísio Azevedo e Jocabed Cardoso Azevedo. Aos 15 anos, em 1943, o jovem já se encontrava matriculado no curso Científico após sua transferência do Colégio Tobias Barreto para o Atheneu Sergipense, o que pode ser explicado pela busca por uma formação de maior renome e valor simbólico visto que a instituição era a principal escola de ensino secundário de Sergipe, funcionando como porta de entrada para o ensino superior. Sob vigência do Estado Novo, José integrava uma geração que crescia sob o discurso do civismo, da disciplina e da racionalidade técnica, valores que moldavam o ideal de juventude moderna e produtiva que o regime buscava consolidar.

Sua trajetória demonstra a complexa relação entre origem e escolarização, uma vez que sua “cor” é descrita como “morena”, classificação essa que apesar de aparentemente descritiva revela a persistência de uma hierarquia nas práticas escolares e administrativas, nas quais o reconhecimento do mérito intelectual estava frequentemente mediado por critérios de aparência e origem social em um sistema educacional. O referido discurso, que se pretendia meritocrático, reproduzia desigualdades estruturais ainda que o discente morasse em regiões prestigiadas de Aracaju como a Rua Lagarto. O percurso de José Lima de Azevedo evidencia, assim, a pluralidade de sujeitos que compunham o espaço do Atheneu, unindo interior e capital, ciência e moral, juventude e cidadania. Sua presença nos registros escolares simboliza o avanço de uma geração que, mesmo diante das fronteiras raciais e sociais, via na escola o instrumento de legitimação de saberes e identidades em transformação, o que contrasta com algumas outras vivências raciais e familiares, como demonstrado abaixo:

Figura X: Retrato da estudante Maria Edla Lima



Fonte: Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Registro da autora.

Natural da cidade de Aracaju, Maria Edla Lima nascida em 10 de outubro de 1929, era filha de João Cardoso Trindade Lima Filho e América Cardoso Lima, pertencendo a uma família de servidores públicos, o pai atuava como 2º escriturário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Sergipe. Tal origem a situava em um meio urbano de classe média em ascensão, onde o emprego estatal representava não apenas estabilidade econômica, mas também um símbolo de prestígio social e intelectual. O ambiente familiar, ligado ao funcionalismo público e à burocracia federal, revela o capital cultural que permitia o acesso da jovem à escola secundária, ainda um espaço seletivo e fortemente marcado por práticas de distinção.

Ao longo de sua vida escolar no Atheneu Sergipense, residiu em endereços centrais de Aracaju como as ruas Laranjeiras, Estância e Siriri. Inicialmente frequentou o ensino

fundamental em 1941, prosseguindo posteriormente no Curso Clássico, modalidade que priorizava a preparação de seus alunos para o ingresso em faculdades de Direito, Filosofia e Letras. Apesar da formação voltada ao prestígio intelectual, os registros escolares indicam notas baixas e dificuldades de desempenho em disciplinas como Matemática, embora tivesse muitas habilidades com a escrita do periódico, escrevendo inclusive sobre temas políticos de contestação como é o caso do texto “Guerra, grito da mocidade” (LIMA, ano I, N.4, p.7).

Classificada como “branca” nos documentos oficiais, Maria Edla representa o perfil típico da aluna da elite urbana aracajuana instruída em um contexto escolar que valorizava o refinamento moral, mas que também reproduzia padrões excludentes de acesso. Por conseguinte, a trajetória da discente, demonstra o lugar da jovem mulher na “cultura escolar” sergipana dos anos 1940 entre as expectativas familiares de ascensão e o controle disciplinar da escola, suscitando a expressão de uma juventude que começava a ocupar os espaços de letramento e sociabilidade intelectual nas linhas do jornal, ainda que sob as regras de uma elite que via na escola o espelho de sua própria distinção. Como uma das engrenagens que permitia a expressão dessas habilidades de escrita estava um de seus colaboradores e diretores do periódico, Walter Felizola Soares.

Em 29 de julho de 1925, na cidade de Boquim (SE), nascia Walter Felizola Soares, filho de Alcino Soares e Amélia Felizola Soares. Residente na Rua Laranjeiras, também da zona central de Aracaju, Walter cursou seu primeiro ano do curso Clássico no Colégio Tobias Barreto assim como outros colegas, até que no ano seguinte foi transferido para o Atheneu Sergipense. Dentre seus registros, também é classificado como “moreno” e representa o perfil de aluno que, mesmo possuindo acesso a uma educação formal de qualidade, se situava dentro das hierarquias raciais e sociais que permeavam a escola sergipana da época.

Seu percurso escolar, vinculado a duas renomadas instituições de ensino, evidencia o papel das escolas na formação de uma elite regional e na consolidação de valores de disciplina, moralidade e erudição clássica. Walter, como os demais estudantes analisados, encarna a intersecção entre origem geográfica, capital cultural familiar e exigências institucionais, permitindo compreender a diversidade de experiências dentro da cultura escolar sergipana especialmente no contexto da Segunda Guerra Mundial em Sergipe, visualizada a partir de seus escritos. Sua trajetória revela, ainda, como o ensino Clássico funcionava como instrumento de socialização e diferenciação, moldando identidades e estabelecendo fronteiras simbólicas entre os estudantes da elite e aqueles de posições intermediárias ou periféricas, especialmente para aqueles que ocupavam posições de prestígio no espaço escolar assim como a companheira de escritos de Walter Felizola, Avany Torres.

Filha de João Teles de Souza e Maria Gertrudes Torres de Souza, Avany Torres de Souza nasceu em 26 de novembro de 1927, na cidade de Itabaiana (SE), e desde cedo migrou com a família para o centro de Aracaju, onde residiu e desenvolveu seus estudos. Assim como alguns de seus colegas, em 1940 realizou o exame de admissão que permitiu o ingresso no Colégio Tobias Barreto, onde cursou apenas a 1ª série ginásial, transferindo-se em seguida para o Atheneu Sergipense, instituição em que completou da 2ª à 4ª série ginásial (1942–1944) e, posteriormente, o curso Clássico (1945–1947).

No periódico estudantil *A Voz do Estudante*, Avany destacou-se pela maturidade reflexiva de seus textos, aparecendo em locais de destaque como é o caso do seu artigo intitulado “Exortação” (SOUZA, ano 1, n.2, p.2), em que a jovem secundarista discute os efeitos e a devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial, bem como os comportamentos ditatoriais do líder alemão Adolf Hitler, e o papel moral e cívico da juventude estudantil diante da violência e do sofrimento global. Seu texto, de caráter crítico e ético, demonstra como a aluna assimilava e reelaborava o imaginário de seu tempo, atravessado por discursos de patriotismo, civilização e modernidade, articulando-os à sua própria formação humanista e cultura política, especialmente se utilizando de elementos históricos tendo como pilar o protagonismo discente como parte da cultura escolar.

A vida adulta de Avany prolongou, em outros registros, o mesmo impulso de engajamento intelectual e sensibilidade revelado na adolescência. Como relatado a Simone Rodrigues (2012), após ser formada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe e ter atuado como funcionária pública nos Correios e Telégrafos e posteriormente na Procuradoria da Prefeitura Municipal de Aracaju, consolidou-se como escritora e poetisa, autora de obras como “Rancho das gaivotas”, entrelaçando linguagem lírica se entrelaça à memória e à observação social. A prefaciadora dessa obra a descreve em seu blog como uma mulher de múltiplas expressões: “amante da boa música, frequentadora assídua do Grupo de Seresta do Professor Argolo, dona de bela voz e de uma poesia inspirada”. Essa sensibilidade poética, pode ser lida como uma extensão da formação humanística que a escola lhe proporcionou.

Assim, a figura de Avany Torres de Souza permite compreender como a “cultura escolar” sergipana das décadas de 1940 e 1950 não apenas produzia trajetórias acadêmicas, mas também forjava sensibilidades, modos de pensar e de perceber o mundo. Seu percurso, que se inicia nas salas do Colégio Tobias Barreto e do Atheneu Sergipense e culmina na produção literária madura, evidencia a força das instituições escolares enquanto espaços de formação ética, estética e política da juventude sergipana.

Nesse cenário, como gerente do impresso à época dos torpedeamentos, dividindo os espaços de sociabilidade com os demais colegas aqui descritos, se insere Iêda Araújo Tavares, nascida em 2 de outubro de 1926, na cidade de Itabaiana (SE), pertencente a uma geração de jovens mulheres que encontraram na escola o espaço de expressão intelectual e de ascensão social possível dentro dos limites impostos à condição feminina nas décadas de 1940 e 1950. Filha de Francisco Tavares e Elze Araújo Tavares, iniciou sua formação na primeira turma do Grupo Escolar Guilhermino Bezerra, instituição símbolo da expansão da escola pública primária no interior sergipano, concebida sob os ideais republicanos de instrução e civismo. A sua trajetória desde as salas desse grupo escolar até o Atheneu Sergipense, em Aracaju, evidencia o movimento de mobilidade educacional e territorial que caracterizou a busca de muitos estudantes do interior pela formação secundária na capital.

Em 1940, aos 14 anos, Iêda ingressou na 1ª série ginasial do Atheneu Sergipense por meio dos exames de admissão, onde passou a residir na rua Santo Amaro, localizada no centro da capital. A partir das fontes coletadas é possível notar altas notas e um bom desempenho acadêmico nas disciplinas de formação voltada às Humanidades e à erudição linguística, típica do currículo clássico do período. O domínio dessas áreas era um dos critérios centrais para a distinção cultural no ambiente escolar, marcando as alunas que se destacavam pela capacidade de articular linguagem e pensamento, o que pode ser constatado por meio dos escritos na imprensa estudantil da instituição.

No ambiente de produção dessa imprensa estudantil, a estudante assumia papel de destaque como gerente do jornal *A Voz do Estudante*, em que, desde sua primeira edição em junho de 1942, participou ativamente da vida intelectual e política escolar. A escrita e a gestão do periódico a inseriam em um espaço de protagonismo discente, em que a palavra impressa era instrumento de reflexão e diálogo com a sociedade aracajuana, repercutindo assim, no imaginário popular, especialmente nos períodos de maiores tensões políticas ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial que chegava, àquele momento, ao litoral sergipano.

A análise dos colaboradores do *A Voz do Estudante* permite delinear um perfil social dos sujeitos que produziram o impresso. Ao todo, foram identificados dez autores, sendo seis homens e quatro mulheres, o que demonstra uma predominância masculina, embora com participação feminina significativa e ativa nos espaços de escrita e gestão do periódico. Quanto à origem geográfica, observa-se que a maioria era proveniente do interior sergipano, como se pode ver nos casos de Florival Ramos (Riachuelo), Joaquim Caldas (Cedro de São João), José Araújo Ferreira e Walter Felizola (Boquim), José Lima de Azevedo (Neópolis),

Avany Torres e Iêda Araújo Tavares (Itabaiana), enquanto um grupo menor nasceu na capital, como Kermann Mota e Maria Edla Lima, além de José dos Santos Ferreira, oriundo de Salvador. É possível interpretar essa predominância interiorana como uma maneira de ver o Atheneu Sergipense como polo de atração educacional e mecanismo de mobilidade social para famílias que buscavam inserção nos circuitos culturais urbanos.

No que se refere à origem familiar, os registros indicam vínculos majoritários com camadas médias urbanas ou em ascensão, compostas por profissionais liberais, médicos, funcionários públicos e famílias ligadas à burocracia estatal ou ao funcionalismo. As classificações raciais presentes nos documentos escolares apontam igualmente para um quadro hierarquizado: embora haja estudantes identificados como “morenos”, predominam aqueles classificados como brancos. Outro elemento recorrente é a residência em ruas centrais de Aracaju, sinalizando inserção em áreas urbanas valorizadas e próximas dos circuitos administrativos e culturais da capital.

Dessa forma, pode-se afirmar que os autores do periódico eram majoritariamente jovens pertencentes às classes letradas, oriundos sobretudo do interior, racialmente enquadrados dentro dos padrões normativos de branquitude e integrados a famílias que viam na educação secundária um instrumento de distinção e ascensão social. Ainda que multifacetado e atravessado por diferenças individuais, esse conjunto revela um perfil coletivo marcado pela busca de mobilidade, pela valorização intelectual e pela incorporação da ideia do capital cultural adquirido, promovidos pela cultura escolar do Atheneu Sergipense nos anos 1940.

Em suma, observa-se que a reconstrução dos perfis discentes dos colaboradores do jornal *A Voz do Estudante*, embora de vivências diversas, revela os entornos da cultura escolar como espaço de sociabilidade, distinção e construção de identidades no contexto do ensino secundário na década de 1940. As trajetórias aqui dispostas evidenciam o encontro entre origem social, formação humanista e práticas disciplinares, compondo um mosaico de experiências atravessadas por hierarquias de gênero, raça e classe.

As fontes documentais trazidas, associadas aos escritos publicados nos periódicos estudantis, permitiram compreender os modos pelos quais esses jovens interiorizaram os valores morais, cívicos e intelectuais legitimados pela escola e os traduziram em discursos próprios. Assim, este percurso biográfico não se limita à descrição de trajetórias individuais, mas ilumina o campo simbólico da educação sergipana, no qual o aprender e o escrever eram gestos de pertencimento e projeção social.

3.2 ANALISANDO AS VOZES MOBILIZADAS NO IMPRESSO ESTUDANTIL

A leitura do jornal *A Voz do Estudante* mostra um espaço de elaboração simbólica no qual os estudantes constroem discursos sobre si, sobre a cidade e sobre o mundo, articulando experiências individuais que formaram essa *juventude*, a projetos coletivos de formação intelectual e social. É uma arena de circulação de ideias, de disputas de sentido e de afirmação de valores éticos, culturais e políticos.

Dado o contexto educacional específico do ensino secundário, cujo contexto de intensas transformações sociais e políticas interessava especialmente à elite econômica sergipana, em que a construção da educação civilizadora também se configurava como forma de detenção do capital cultural, o impresso estudantil dialoga com debates mais amplos sobre temas sociais. Os textos analisados demonstram o quão envolvidos estavam os jovens às contradições do seu tempo e como buscavam, por meio da escrita, compreender e interpretar a realidade que os cercava. O jornal estudantil funciona, dessa maneira, como um mediador entre o universo escolar e a vida social, permitindo que os estudantes exercitem uma postura cidadã por meio desse registro escrito.

Um dos eixos centrais que atravessam os textos de *A Voz do Estudante* é a representação da cidade de Aracaju. Afinal, construir uma voz própria dentro de um discurso perpassa também pela ocupação geográfica de um espaço não só de maneira literal, mas simbólica. O filósofo francês Henri Lefebvre (2004) pensa o espaço não como um lugar puramente físico, mas um ambiente produzido socialmente e carregado de disputas simbólicas e políticas. Ele argumenta que ocupar um espaço significa também produzir sentidos e narrativas e posições de poder. Assim, a construção de um discurso está diretamente ligada à capacidade de inscrever-se no espaço e, no caso do periódico, a cidade aparece não apenas como cenário, mas como objeto de análise e de afeto, sendo descrita a partir de múltiplos olhares.

No texto *Aracaju areia, Aracaju poema*, observa-se uma elaboração narrativa que combina sensibilidade descritiva e crítica social. A adoção da forma epistolar permite ao autor dirigir-se diretamente a um destinatário que simboliza alguém afastado das realidades materiais e simbólicas da cidade ocupada por esses estudantes. Marcado pela ironia, o vocativo “Meu amigo”, longe de representar um gesto de aproximação pessoal, funciona no texto como um recurso irônico. Trata-se de uma estratégia em que a aparente cordialidade encobre uma crítica voltada a um destinatário que desconhece, desconsidera ou prefere ignorar as contradições presentes na cidade. A ironia possibilita aos autores, também em

outros trechos, afirmar uma posição política de enunciação, a partir da qual conduzem o leitor por narrativas tensionadas, seja sobre o espaço urbano, sobre a dinâmica política ou sobre questões educacionais.

Figura XI: Trecho do texto “Aracaju areia, Aracaju Poema”, retirado de *A Voz do Estudante*



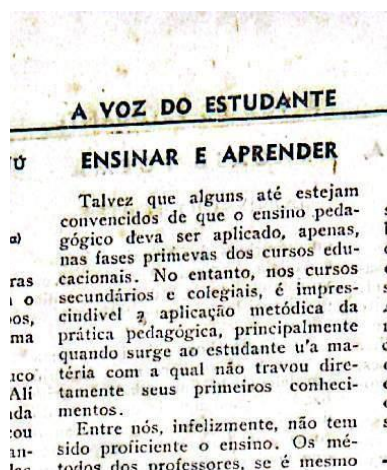
Fonte: *A Voz do Estudante*, Ano I, N.III, 26 de agosto de 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dória. Registro da autora.

A Aracaju apresentada nesse texto é fragmentada e contraditória. Ao transformar a cidade em tema, desloca-se o debate político para o espaço do cotidiano, mostrando-o com materialidade que se reflete nas ruas e nos bairros, recusando uma abordagem abstrata ou distante. A cidade aparece como síntese das contradições sociais vividas pelos estudantes, um espaço social marcado por desigualdades, silêncios e disputas simbólicas. O texto revela uma consciência política situada, na qual o olhar estudantil se volta para o lugar onde a vida acontece.

Essa dimensão crítica não se limita à temática urbana, mas se estende às reflexões sobre educação. No texto *Ensinar e aprender*, publicado no mesmo número do jornal, o debate pedagógico ocupa posição central. Questionam-se concepções reducionistas do

ensino, que o restringem às etapas iniciais da escolarização, e defende-se a importância de uma prática pedagógica consciente.

Figura XII: Trecho do texto “Ensinar e Aprender”, retirado de *A Voz do Estudante*



Fonte: *A Voz do Estudante*, Ano I, N.III, 26 de agosto de 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dória. Registro da autora.

A voz que emerge do jornal não é a de um sujeito isolado, mas a de uma *juventude* que se reconhece como parte de um mesmo corpo social. Mesmo quando os textos são assinados, a escolha pela primeira pessoa do plural dilui a autoria individual em favor de uma posição coletiva, vinculada ao grêmio e à instituição escolar. O estudante escreve como representante de um grupo e não apenas em nome próprio, o que confere não só legitimidade e força ao seu discurso, mas o leva a realizar escolhas discursivas e de posicionamentos que sejam condizentes com o grupo representado. A escrita passa a operar como prática estudantil e se constrói, assim, como voz coletiva, capaz de expressar demandas, valores e inquietações compartilhadas.

Nos textos, observa-se também o uso recorrente de um “eu” que não se restringe à esfera individual, mas que opera como um eu generalizado, capaz de condensar experiências coletivas e de representar a voz do grupo estudantil. Tais características conferem uma possibilidade interpretativa mais ampla do contexto educativo e permitem que o estudante fale desde uma condição compartilhada.

Isso ocorre, por exemplo, de maneira mais diluída nos poemas publicados no jornal, nos quais o eu lírico expressa sentimentos de perda, angústia ou desejo que extrapolam a subjetividade isolada. Quando um poema fala, suas emoções aparecem como marcas de uma

condição mais ampla, já que o eu poético não se fecha em si mesmo, mas se abre à identificação, funcionando como síntese sensível de um sentimento coletivo. Já nos textos de cunho político e moral, esse eu generalizado se manifesta como consciência crítica. O estudante fala em primeira pessoa, mas seu discurso se ancora em valores e percepções compartilhadas pelo grupo. O eu se apresenta como sujeito que pensa e julga, mas o faz a partir de um lugar coletivo, legitimado pelo espaço do grêmio e do jornal. Assim, o eu não rivaliza com o nós, mas o complementa.

O caráter pedagógico da escrita constrói-se justamente nessa justaposição entre o indivíduo e o grupo: se fala em nome próprio e, ao mesmo tempo, em nome do grupo. Há o exercício da reflexão individual, ao passo que a prática contribui para a formação de uma consciência coletiva, inscrevendo o próprio jornal no projeto educativo da escola e no processo de letramento dos estudantes.

As práticas de produção discursiva no âmbito escolar são amplamente discutidas no campo da prática de análise linguística. O educador João Wanderley Geraldi, ao pensar essas práticas, propõe uma ruptura com a concepção tradicional de escrita como exercício mecânico e descontextualizado (GERALDI, 2004). Para o autor, escrever na escola deve ser entendido como uma prática social, vinculada a situações reais de interlocução, nas quais o sujeito tenha efetivamente o que dizer, para quem dizer e uma finalidade. Nessa perspectiva, a produção textual só adquire sentido quando inserida em práticas concretas de uso da linguagem, permitindo ao estudante reconhecer-se como autor e participante de uma comunidade discursiva (GERALDI, 2014). Ao reunir gêneros diversos como poemas, crônicas, editoriais e artigos de opinião, *A Voz do Estudante* amplia as possibilidades de uso da língua ao mesmo tempo que permite que o aluno ocupe distintos lugares de fala e construa sentidos na relação com o outro e com o contexto histórico em que está inserido (GERALDI, 2014).

O exercício de analisar a mescla de gêneros é curioso quando se pensa como as produções literárias sugerem como os estudantes não apenas reproduziam modelos escolares mais formais, mas se apropriavam do processo de letramento de forma criativa. O jornal, nesse sentido, funcionava como um espaço também de experimentação estética, no qual os jovens testavam formas de pensar, narrar e poetizar o mundo. *A Voz do Estudante* se manifesta como uma voz múltipla, atravessada por leituras, referências culturais e experiências subjetivas.

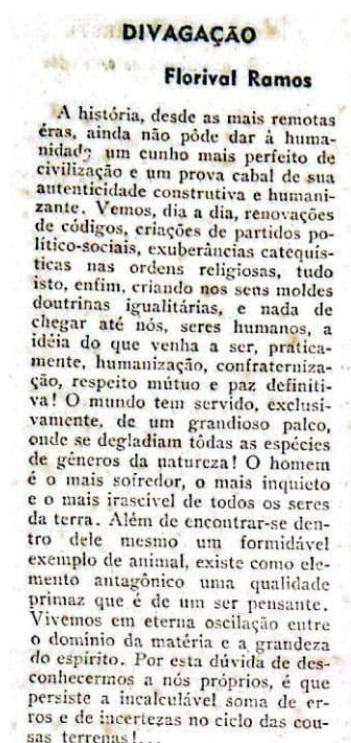
A presença dessas referências culturais e literárias revela a estreita relação entre escolarização, capital cultural e formação das elites intelectuais. As menções a escritores,

filósofos e ideias em circulação indicam que os estudantes mantinham contato com produções intelectuais que iam ao encontro da ideia de domínio das humanidades clássicas (HORTA, 1994) esperadas para a elite intelectual sergipana. O impresso se configura como lugar de apropriação dessas referências, que são reinterpretadas à luz das experiências vividas em Aracaju. O acesso a esse tipo de formação implicava a incorporação de um capital cultural particular, que funcionava como marcadores de distinção social, mas que, de alguma maneira, era propagado pelo periódico.

Nesse contexto, ao analisar o conjunto dos textos publicados, percebe-se que *A Voz do Estudante* funciona como um mosaico de vozes. É possível pensá-lo como um coletivo jovem, que ocupava um lugar político-social bastante específico dentro do momento histórico que vivia Aracaju à época, mas não se pode negar as pessoalidades impressas nos discursos das edições. Cada autor imprime sua marca individual, mas todos compartilham uma sensibilidade comum, marcada pela atenção às questões sociais, pela valorização da cultura e pela crença no poder formativo da educação. Entretanto, não só de atravessamentos e resistência (RIDENTI, 2000) um grupo de indivíduos se insere simbolicamente na sociedade.

Dentro das construções individuais, uma escolha de emprego discursivo salta aos olhos: a maneira como os autores escolhem diretamente interpelar o interlocutor em seus textos. No texto “*Divagação*”, a interpelação direta do leitor constitui uma relação dialógica com o público do jornal. Em determinado momento, o autor interrompe o fluxo reflexivo para dirigir-se explicitamente a quem lê, afirmando: “*Talvez penses, leitor, que estas linhas nada dizem de concreto*”. Essa forma de chamamento pressupõe um leitor ativo, capaz de questionar o próprio texto e de dialogar com ele, justamente por conceber o texto como interlocução e não monólogo-, o autor se coloca em posição de diálogo, não de autoridade absoluta.

Figura XIII: Trecho do texto “Divagação”, retirado de *A Voz do Estudante*



Fonte: *A Voz do Estudante*, Ano I, N.III, 26 de agosto de 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dória. Registro da autora.

Nesse sentido, o texto “*Este jornal é seu, colega*” assume uma função claramente metalinguística ao voltar-se para o próprio jornal como objeto de discurso, em que o texto não apenas comunica, mas reflete sobre o sentido de existir um jornal, sobre quem escreve, para quem se escreve e qual é a função desse impresso no cotidiano. O jornal fala de si mesmo, convidando o leitor a compreender o processo de sua construção. A recorrência desse tipo de texto no jornal revela que os estudantes não se limitavam a usá-lo como meio de divulgação, mas como objeto do seu próprio discurso, entendendo a importância e necessidade da sua circulação.

Para além de imaginar as vozes jovens como um uníssono, esses materiais permitem acessar discursos que raramente aparecem na história oficial, enunciando as inquietações dos jovens que, ao escreverem para o jornal, se apropriam do espaço e da história para construir suas identidades. Valorizar as vozes dos estudantes como fontes históricas implica reconhecer esses sujeitos como agentes ativos na produção da narrativa de um povo. Os textos de *A Voz*

do Estudante demonstram que os jovens não eram meros receptores passivos de ideias, mas participantes engajados nos debates de seu tempo.

Os textos publicados nessas páginas não devem ser lidos apenas como exercícios literários ou manifestações isoladas de talento individual, mas como produções coletivamente situadas, atravessadas pela experiência escolar, pelo pertencimento geracional e pelo contexto social em que esses jovens estavam inseridos. Trata-se de uma escrita que carrega marcas evidentes de formação, mas que, ao mesmo tempo, revela autonomia intelectual e desejo de intervenção no mundo. As vozes que emergem de suas páginas expressam inquietações juvenis e sua valorização como fontes históricas também desafia hierarquias tradicionais do conhecimento histórico. Ao considerar os escritos como documentos legítimos, amplia-se o campo de investigação e reconhece-se a pluralidade de sujeitos que participam da produção da história. Além disso, há também uma legitimação, através dos conceitos que envolvem cultura escolar (JULIA, 2001), cultura história (LE GOFF, 1996) e cultura política (GOMES, 1999), de abordagens historiográficas que enfatizam a atenção às práticas cotidianas e às experiências subjetivas.

A circulação do jornal *A Voz do Estudante* não pode ser compreendida de maneira dissociada do contexto mais amplo de controle, difusão e disputa dos discursos públicos no Brasil dos anos 1940. Inserido no período do Estado Novo, o periódico estudantil se constrói em um espaço tensionado, no qual as práticas de formação escolar e os mecanismos institucionais de vigilância simbólica se mesclam nas edições do jornal. Estas, por sua vez, evidenciam como a propaganda política durante o varguismo não se limitou à difusão de mensagens oficiais, mas constituiu uma estratégia estruturante do próprio regime, conforme debate Maria Helena Rolim Capelato (1998). Segundo a autora, a propaganda política tornou-se instrumento fundamental de coerção simbólica, em que, articulando símbolos do passado e do presente, o discurso trabalhava justamente em direção à construção de uma identidade nacional (CAPELATO, 1998). Tal estratégia assumiu contornos específicos no Brasil, uma vez que o Estado detinha o monopólio dos principais meios de comunicação, fazendo da imprensa um espaço fortemente vigiado e orientado.

Nessa perspectiva, insere-se o Departamento de Imprensa e Propaganda de Sergipe, cuja atuação local reproduzia, com adaptações, as diretrizes do DIP nacional. A presença de notícias, homenagens cívicas, vocabulário nacionalista e referências à ordem, à disciplina e à pátria nas páginas de *A Voz do Estudante* não deve ser interpretada apenas como adesão espontânea ao discurso oficial por parte dos escritores, que demonstravam ao longo das páginas grande direcionamento à crítica política, mas como resultado de um campo de

possibilidades discursivas delimitado pelas condições do período. O periódico, embora produzido no interior de uma instituição escolar, participava de uma rede mais ampla de circulação simbólica, na qual a vigilância e o autoritarismo se faziam presentes de modo constante.

A circulação dessas edições é indissociável do contexto sergipano de organização da propaganda política e do controle dos discursos públicos durante o Estado Novo. Em Sergipe, a atuação do Departamento de Propaganda e Divulgação Estadual (DPDE), posteriormente transformado em Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), materializou, em escala local, as diretrizes do DIP. Isso ampliou a vigilância sobre a imprensa e conferiu uma matiz mais específica à censura, no sentido de sistematizar o controle simbólico, nesse caso, em produções editoriais, o que inseriu Sergipe em uma rede nacional de centralização política e comunicacional. O ambiente discursivo moldado pelo DEIP sergipano naquela época se ajusta ao periódico *A Voz do Estudante*, uma vez que sua atuação se estendia para além da imprensa comercial, alcançando outros espaços também.

O caso de Sergipe possui sua especificidade ligada aos torpedeamentos na costa do estado, ao mesmo tempo que demonstra como tais práticas de controle se articularam a redes locais, atingindo diversos lugares de um país orquestrado pela guerra e pelo fascismo. Não se tratava de uma experiência apenas dos grandes meios de comunicação dos centros de poder político e sociais, mas de um marcador do exercício de poder do governo brasileiro. Além disso, há também, neste caso em especial, o prestígio idealizado dessas escolas no imaginário sergipano.

Nesse contexto, a associação do jornal com veículos da imprensa comercial sergipana, como o *Correio de Aracaju* e a *Folha da Manhã*, mostra como a relação de circulação e produção do periódico não era para nada fortuita. Afinal, a menção a esses jornais nas páginas do impresso evidencia um reconhecimento mútuo e uma circulação compartilhada de discursos. Conforme já apontado, a imprensa comercial em seu lugar de propaganda política desempenhava papel central na conformação do imaginário social durante o Estado Novo, funcionando tanto como mediadora quanto como reprodutora dos valores promovidos pelo regime.

Capelato (1998) observa que, nos regimes ditatoriais latinoamericanos, a propaganda política operava no sentido de apaziguar a erupção de conflitos entre os cidadãos e essa lógica se manifesta de maneira clara quando se observa a forma como os estudantes se posicionam discursivamente. Ao mesmo tempo em que demonstram inquietações, reflexões

críticas e desejo de intervenção simbólica, seus textos mantêm-se dentro de uma moldura discursiva que privilegia a ideia de ordem, progresso e pertencimento territorial.

Essa relação com a grande imprensa também funciona como marcador do lugar social ocupado pela instituição escolar e por seus frequentadores. Poucas eram as escolas que mantinham vínculos com os principais jornais do estado, que recebiam visitas de figuras políticas de destaque, como o próprio governador. Tal inserção reforça a instituição como espaço de formação de uma elite intelectual, dotada de capital cultural e simbólico, capaz de transitar entre o universo escolar e a esfera pública e o jornal estudantil, nesse sentido, atua como extensão dessa posição privilegiada. Entretanto, reduzir *A Voz do Estudante* a um mero instrumento de reprodução ideológica seria negligenciar a complexidade de suas práticas discursivas, posto que o jornal se configura como um espaço ambíguo, no qual convivem a internalização de discursos oficiais e a elaboração de uma voz juvenil que busca compreender, narrar e intervir no mundo. Essa ambiguidade é constitutiva da experiência estudantil no período, marcada por um processo formativo que articulava disciplina, cultura humanista e participação na vida pública.

A análise das vozes de *A Voz do Estudante* evidencia que a reconstrução desses discursos estudantis como fonte histórica depende da articulação entre escolhas linguísticas, estratégias discursivas e condições materiais de produção do impresso. Recursos aparentemente sutis indicam posicionamentos, ora marcados pela ironia, ora pela aproximação dos eixos de produção e recepção textual. Essas escolhas não operam de forma isolada, mas se relacionam diretamente com a construção do espaço como categoria simbólica, no qual a cidade de Aracaju deixa de ser apenas cenário e passa a constituir um objeto de disputa narrativa. Esse espaço, por sua vez, é erguido com o objetivo de permitir aos alunos a possibilidade de se inscrever discursivamente na cidade, enquanto afirmam sua presença e produzem sentidos que, hoje, tensionam leituras oficiais e idealizadas do espaço urbano.

Da mesma forma, os recursos utilizados demonstram um domínio consciente das possibilidades enunciativas. A dinâmica estabelecida reforça a ideia de que a escrita estudantil não se estrutura a partir de vozes fragmentadas, mas de uma rede de enunciações solidárias, nas quais individualidade e pertencimento se complementam. A interpelação direta do leitor, presente em diferentes textos, aprofunda essa lógica ao instaurar uma recepção ativa, na qual o sentido se constrói na relação entre pares, na qual o estudante escreve consciente do outro e de si mesmo. Ao refletirem sobre o próprio jornal, sobre o ato de

escrever e sobre a função do impresso, os estudantes demonstram uma compreensão ampliada de sua atuação discursiva.

Desse modo, o conjunto textual de *A Voz do Estudante* permite compreender o jornal estudantil como registro de uma prática escolar, como um campo de exercício intelectual e como expressão dos posicionamentos e crenças dos estudantes. A escrita se organiza de modo a apresentar-se como um instrumento de negociação entre experiência, expectativa e intervenção social. Ao assumir o impresso como espaço legítimo de expressão, os alunos constroem um lugar de fala que ultrapassa a sala de aula e se projeta na vida pública, denotando uma juventude capaz de refletir sobre seu tempo. Essa produção escrita, articulando forma, conteúdo e consciência de circulação, posiciona o jornal estudantil como um documento fulcral para que o constituíram, dos vínculos institucionais que lhe deram sustentação e dos sentidos que esses estudantes buscavam fazer circular em seu tempo. Ao permitir identificar quem escrevia, o que se dizia e para quem se dizia, o periódico revela aspectos centrais da vida social e intelectual que atravessavam a juventude sergipana dos anos 1940, tanto no interior da escola quanto para além de seus limites.

Entretanto, para além dos atravessamentos individuais, há também as manifestações da “cultura política” do Estado Novo, que não se impunha apenas por meio da repressão direta, mas se infiltrava nas práticas cotidianas e escolares, nos textos e nas imagens que circulavam, fazendo com que a escola e seus impressos funcionassem como espaços de internalização dessa cultura e como locais de negociação simbólica.

A investigação desse material permite compreender como esse recorte específico da juventude estudantil sergipana dos anos 1940 se situava diante dos grandes acontecimentos de seu tempo, especialmente da Segunda Guerra Mundial. As notícias vinculadas diretamente ao conflito, os usos e desusos de termos bélicos, as referências a figuras políticas indicam um esforço de interpretação do mundo em transformação no qual eles também estão diretamente inseridos, política e geograficamente. É possível, então, acessar os discursos que circulavam e os limites, as possibilidades e as estratégias de enunciação disponíveis em um regime ditatorial. A relação com o DIP, com a imprensa comercial e com as instâncias políticas do estado revela como a escrita estudantil se inscreve em uma rede complexa de influências e negociações, uma rede de relações tão característica da classe social em que se inserem esses estudantes.

Por fim, ao situar *A Voz do Estudante* no interior de um cenário marcado pela atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda, torna-se possível compreender o jornal estudantil não apenas como espaço formativo, mas como produção inserida em uma política

sistemática de controle e mediação dos discursos públicos. Em um contexto no qual o DIP manipulava informações, silenciava acontecimentos e regulava os modos de narrar a realidade, a imprensa escolar passa a integrar a engrenagem simbólica do Estado Novo, ainda que de forma indireta. A análise atenta do conteúdo textual e das estratégias de enunciação, em diálogo com outras fontes documentais, possibilita articular os discursos da imprensa escolar aos processos históricos mais amplos que marcaram o período e os modos pelos quais esses elementos foram apropriados, tensionados ou ressignificados pelos estudantes diante das transformações sociais em curso. Ao mesmo tempo que a presença de gêneros literários, textos reflexivos e crônicas evidencia que os estudantes se apropriam dessas formas para elaborar sentidos próprios, nota-se como estão inseridos em um contexto de vigilância simbólica.

4.0 OS TORPEDEAMENTOS EM SERGIPE E O ESFORÇO DE GUERRA ESTUDANTIL NAS PÁGINAS DO *A VOZ DO ESTUDANTE*

A análise dos torpedeamentos no litoral brasileiro e seus desdobramentos no cotidiano sergipano exige que se considere o impacto desses acontecimentos para além do plano estritamente militar. No caso da imprensa estudantil, em especial do jornal *A Voz do Estudante*, tais eventos assumiram centralidade como elementos estruturantes de uma experiência histórica marcada pela mobilização simbólica dessa juventude. Inserido em um contexto de intensificação do nacionalismo durante o Estado Novo, como discutido na seção anterior, o periódico produzido por estudantes passou a funcionar como espaço de elaboração sobre a guerra, seus inimigos e os deveres atribuídos à população civil.

A partir dos torpedeamentos ocorridos em 1942, a guerra deixou de ser percebida como um conflito distante e passou a integrar o cotidiano da sociedade sergipana. Esse deslocamento teve efeitos bastante vívidos sobre o imaginário social, intensificando sentimentos de insegurança e estimulando práticas que buscavam explicar os acontecimentos, nomear seus agentes e envolvê-los numa teia de organização moral comum à época. No interior do periódico, tais práticas aparecem de forma recorrente por meio de diversos gêneros discursivos que associam a experiência da guerra à defesa da pátria, à vigilância contra o inimigo e à exaltação de valores considerados civilizatórios.

Sob a ótica da História Cultural e da História da Educação, o jornal estudantil é, neste trabalho, compreendido como uma prática cultural que articula experiências individuais e coletivas e, conforme discutido, os impressos estudantis refletem o contexto no qual são produzidos e também participam ativamente da construção de sentidos sobre a realidade. Nesse sentido, o *A Voz do Estudante* evidencia como os discentes do Atheneu Sergipense interpretaram os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, apropriando-se de discursos circulantes na imprensa comercial, no ambiente escolar e nas políticas educacionais do período.

Os ataques operaram, para além do impacto físico da tragédia, como um marco simbólico que reorganizou as narrativas presentes no jornal e, a partir desse evento, observa-se uma intensificação do vocabulário bélico, da polarização entre aliados e inimigos e da valorização de atitudes associadas ao sacrifício, à disciplina e à lealdade nacional. Nesse momento histórico, o discurso estava organizado a fim de levar o leitor a ser capaz de distinguir os verdadeiros patriotas daqueles identificados como traidores ou estrangeiros suspeitos. Essa construção discursiva se articula diretamente às diretrizes do Estado Novo e

do seu Departamento de Imprensa e Propaganda, que buscavam mobilizar a população civil por meio da propaganda política e da educação patriótica. Torna-se evidente, principalmente entre as edições do ano de 1942, que os estudantes assumiram um papel ativo no chamado esforço de guerra interno. Ainda que afastados fisicamente *do front*, os discentes participaram do conflito por meio da mobilização discursiva e do engajamento em campanhas cívicas, ações que mostram como essa parcela da juventude escolarizada foi incorporada ao projeto de construção de uma identidade nacional alinhada aos interesses do regime.

Entretanto, essa participação estudantil não deve ser interpretada como mera reprodução passiva dos discursos oficiais. Ao contrário, os textos publicados indicam processos de apropriação e ressignificação, nos quais os estudantes repensam os acontecimentos a partir de suas próprias visões de mundo. A guerra, tal como aparece no jornal, é atravessada por sentimentos diversos, que permitem compreender os escritos como espaço de expressão, ainda que condicionado pelas normas da cultura escolar e pelas relações de poder vigentes.

Dessa forma, a presente seção propõe examinar como os torpedeamentos e o esforço de guerra foram elaborados no interior do *A Voz do Estudante*, considerando o jornal estudantil como fonte para a análise do imaginário estudantil acerca do acontecimento. A investigação concentra-se nas notícias e representações dos estrangeiros, bem como na construção de figuras heroicas e nas noções de civilidade veiculadas pelo impresso, para compreender como esses elementos contribuíram para a formação de uma “cultura política” e de uma “cultura escolar” no contexto da Segunda Guerra Mundial em Sergipe.

4.1 AS NOTÍCIAS, OS ESTRANGEIROS E O IMAGINÁRIO BÉLICO ESTUDANTIL

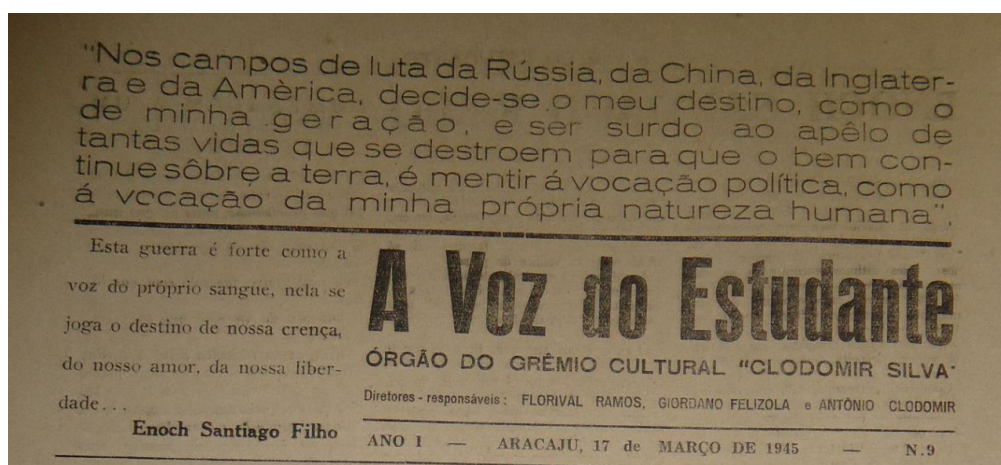
Examinar como *A Voz do Estudante* mobiliza notícias, referências estrangeiras e discursos sobre os estrangeiros para construir um imaginário próprio da juventude do Atheneu Sergipense, analisando de que modo esses elementos moldam percepções sobre a guerra, articulam sentidos de pertencimento transnacional e produzem uma interpretação estudantil do conflito enquanto experiência moral, emocional e política.

Diante de uma conjuntura atravessada pela guerra e pela centralização do Estado, *A Voz do Estudante* não tratava diretamente das batalhas, mas convertia o clima de tensão global em moralização do cotidiano estudantil. Assim como no período inicial do jornal, em 1942, o conflito não aparece como relato factual, mas como atmosfera, como parâmetro ético

que redefine o significado do ato de estudar e de participar da vida pública. A edição de 30 de novembro de 1944 mostra que o impresso estudantil sergipano não apenas registrava a realidade escolar do Atheneu Sergipense, mas construía sentidos sobre o papel da juventude na sociedade brasileira, interpretando o mundo em crise a partir das lentes de sua própria experiência educativa. Essa mesma lógica se intensifica na edição de número 9, quando a guerra é apresentada como drama universal e como instância decisória do destino geracional.

A afirmação de que “nos campos de luta da Rússia, da China, da Inglaterra e da América, decide-se o meu destino, como o de minha geração” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 9, p. 1) produz uma subjetivação do conflito, que deixa de ser apenas evento geopolítico e passa a definir biografias possíveis, expectativas de futuro e identidades coletivas. O exemplar apresentado na sequência evidencia de modo concreto a forma pela qual o periódico traduzia o cenário internacional em experiência moral para seus leitores.

Figura XIV: Cabeçalho do jornal *A Voz do Estudante*



Fonte: *A Voz do Estudante*, Ano I, N.8, 27 de janeiro de 1945. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória. Registro da autora.

Nesse mesmo número, a metáfora que descreve o evento como “esta guerra é forte como a voz do próprio sangue, nela se joga o destino de nossa crença” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 9, p. 1) intensifica essa interiorização. O conflito é apresentado como força orgânica, quase corporal, que atravessa crenças e valores, indicando o papel central das emoções na construção do imaginário bélico estudantil. Medo, esperança e sacrifício deixam de ser meros sentimentos individuais para se tornarem parte estruturante da experiência juvenil, convocada a responder moralmente a um mundo instável.

A presença do tema dos torpedeamentos, embora nem sempre explicitamente nomeado, permeia o jornal como sensação difusa de perigo marítimo. No poema “Voz da madrugada...”, publicado em 1945, o mar adquire voz ameaçadora, associada ao sofrimento

e à perda. O pedido para que ele não fale “aos ouvidos das crianças inocentes e abandonadas” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 8, p. 10) evidencia uma memória coletiva marcada pelo medo e pela insegurança, num contexto em que o litoral sergipano havia sido abalado pelos ataques submarinos. Mesmo quando os torpedeamentos não são narrados em detalhes, eles continuam ali, presentes como ameaça latente, moldando percepções.

A construção do imaginário bélico no impresso ocorre de modo gradual e cumulativo, sustentado por um conjunto de estratégias discursivas que transformam o conflito em uma experiência cotidiana, ainda que mediada pela palavra escrita. Notícias, poemas, citações e referências culturais articulam-se na composição de um cenário no qual a juventude escolar aprende a interpretar o mundo em guerra e a situar-se moralmente diante dele. Nesse processo, o papel das notícias ultrapassa a função informativa, uma vez que elas servem como dispositivos de orientação capazes de produzir sentidos. A guerra, ao atravessar o espaço escolar, impõe uma leitura específica da realidade, marcada pela polarização entre ordem e desordem, civilização e barbárie, disciplina e ameaça, lógica infiltrada mesmo nos textos que não mencionam diretamente combates, pois o vocabulário bélico impregna os modos de ser e as expectativas projetadas sobre o estudante.

Sob essa perspectiva, a associação entre estudo e defesa, explicitada no poema “Meu Brasil”, adquire maior densidade interpretativa. Ao afirmar que o ato de estudar existe “só para vos defender” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 4), o texto insere a formação escolar em uma lógica de combate simbólico. A defesa não se orienta contra um inimigo externo claramente identificado, mas contra a ignorância, a desordem e a fragilidade moral, riscos percebidos como tão graves quanto a ameaça militar. Ao propor a instrução como solução para os males sociais, o jornal estudantil estabelece equivalência entre educação e ordem, sugerindo que a formação intelectual é capaz de conter a violência e preservar a civilização.

O estrangeiro surge tanto como referência cultural quanto como espaço simbólico de decisão do destino coletivo. No texto sobre a Sociedade Internacional de Estudantes, o jornal apresenta uma organização fundada em Vancouver, dedicada à amizade e ao intercâmbio cultural (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 4). Embora a nota declare ausência de objetivos políticos, seu contexto de publicação confere novo sentido ao internacionalismo, que passa a funcionar como expressão de solidariedade entre povos ameaçados pela guerra. O estrangeiro, nesse caso, não é apenas o outro distante, mas alguém que compartilha espaços geográficos e metafóricos, positiva ou negativamente. A ampliação desse horizonte espacial revela como a guerra redefiniu escalas de percepção do mundo. A geografia imaginada do conflito, que reúne Rússia, China, Inglaterra e América como “campos de luta” nas edições,

organiza o mundo em frentes e transforma o conflito em experiência compartilhada. Essa geografia funciona como instrumento capaz de situar o estudante em uma narrativa global e de atribuir sentido ao sacrifício exigido no presente, já que nesses campos de luta se decide o destino de toda a geração.

Nesse processo, elementos naturais, como a madrugada, o mar e a escuridão, deixam de ser meras paisagens e passam a carregar densidade política, lugares físicos onde ocorreram desastres e ambientes mentais que povoavam os medos da população. A guerra converte-se, assim, em uma lente interpretativa que reorganiza a experiência sensível do ambiente, atribuindo significados novos a fenômenos antes banais. O que antes remetia ao silêncio ou à tranquilidade assume contornos de expectativa e ameaça, compondo uma atmosfera em que o conflito se torna presença constante, ainda que invisível.

A ampliação do horizonte internacional observada em *A Voz do Estudante* encontra ressonância em estudos que analisam a circulação de notícias sobre a guerra em periódicos sergipanos e em outros impressos escolares, nos quais o estrangeiro passa a ocupar posição central na organização das percepções do presente. A pesquisa de Santos (2024) demonstra que, já em experiências anteriores da imprensa estudantil em Aracaju, referências externas funcionavam como operadores simbólicos capazes de situar a juventude local em debates mais amplos acerca dos eventos daquele momento. O diálogo com esse estudo permite compreender que o internacionalismo presente no periódico analisado representa mais a atualização de uma tradição da escrita estudantil sergipana, agora tensionada pelo contexto da guerra (SANTOS, 2024).

Além disso, as interpretações também identificadas no levantamento realizado por Oliveira, Santos e Accioly (2025) reforçam essa leitura ao evidenciar que diversos impressos estudantis brasileiros passaram a reorganizar suas escalas de representação durante períodos de conflito, articulando acontecimentos globais ao cotidiano escolar, variando entre o cotidiano e o fora do comum, o internacional e o local. Segundo os autores, a guerra frequentemente aparece nesses periódicos como narrativa capaz de conferir inteligibilidade ao presente e de orientar expectativas dos jovens estudantes, estruturando uma geografia simbólica que aproxima espaços distantes e produz pertencimento político. Tal constatação dialoga diretamente com o material analisado, no qual Rússia, Inglaterra, China e América surgem, por exemplo, como cenários decisivos para o futuro coletivo. A convergência entre os estudos indica que a imprensa estudantil operou como mediadora entre notícias internacionais e formação cívica, traduzindo o conflito em linguagem tangível à experiência escolar.

Ao mesmo tempo, a transformação de elementos naturais e cotidianos em signos carregados de tensão política aproxima-se das interpretações teórico-metodológicas mobilizadas por esses trabalhos, especialmente aquelas vinculadas à História Cultural. Tanto Santos (2024) quanto Oliveira, Santos e Accioly (2025) apontam que os impressos estudantis não servem só como um meio para registrar acontecimentos, mas como maneira de produzir sensibilidades históricas, organizando afetos, medos e expectativas coletivas. Essa perspectiva permite compreender a guerra como experiência mediada principalmente pela linguagem e pela imaginação social no que diz respeito à experiência estudantil, na qual paisagens, metáforas e atmosferas passam a traduzir inquietações compartilhadas. Assim, o imaginário bélico identificado no periódico sergipano dialoga com interpretações mais amplas que reconhecem a escrita estudantil como prática cultural capaz de construir modos específicos de perceber o mundo e de situar a juventude diante das incertezas do tempo histórico.

O convite dirigido à juventude escolar para participar do esforço nacional por meio da disciplina intelectual e da adesão moral aproxima-se das conclusões alcançadas nas duas pesquisas, que identificam nos jornais estudantis espaços de formação política indireta. Santos (2024) evidencia que a escrita discente funcionava como exercício de preparação para a vida pública, enquanto o levantamento elaborado por Oliveira, Santos e Accioly (2025) demonstra que muitos periódicos assumiram papel pedagógico na difusão de valores cívicos em contextos de crise. O diálogo entre essas interpretações e o material analisado nesta tese sustenta a hipótese de que o heroísmo, a ser explorado e aprofundado na seguinte seção, não se constrói apenas pela experiência direta do combate, mas pela incorporação simbólica da guerra ao cotidiano escolar, processo no qual notícias, afetos e discursos de autoridade se unem e transformam o jornal em espaço de elaboração política da juventude.

A *juventude* escolar é convidada pelo periódico a participar do esforço nacional não por meio das armas, mas pela internalização de valores, pela disciplina intelectual e pela construção de uma identidade coletiva alinhada a uma causa considerada justa. Ao avançar para essa análise, na seção seguinte, essa discussão se desloca para o modo como o periódico articula um discurso sobre heroísmo e afirmação cívica, articulando-o com as noções de imaginário bélico dos estudantes.

4.2 OS HERÓIS E AS NOÇÕES DE CIVILIDADE NO IMPRESSO *A VOZ DO ESTUDANTE*

Esta sub seção examina como o jornal *A Voz do Estudante* construiu, por meio de seus recursos linguísticos, sua própria interpretação sobre como o conflito foi um acontecimento interno para o povo sergipano, longe de ser apenas sucessão de fatos militares distantes. O periódico atua como moldura interpretativa dos ideais dos alunos, mirando o horizonte ético orientado por condutas, valores e percepções ligadas à classe social, cultura escolar e organização moral da época, visto que a guerra se organiza também através de um campo de significados que atravessava o cotidiano escolar.

Desde o número inaugural, publicado em junho de 1942, observa-se a projeção de um tom disciplinador e normativo que antecede qualquer menção direta aos combates. Ainda que muitas das construções textuais não se refiram diretamente à guerra de maneira explícita, elas se inscrevem em um contexto de crise global que confere novo peso à ideia militar de disciplina, que se atrela estreitamente à assimilação do saber, dado que esse é um jornal escolar. O apelo feito, por exemplo, na edição de junho de 1942, “COLEGAS: Se não nos esforçarmos para assimilar as lições ensinadas pelos Mestres, nunca teremos uma cultura sólida!” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 1), opera como fundamento moral e como resposta a um mundo percebido nesse momento como instável e ameaçador.

Essa formulação indica inicialmente a necessidade de entender o imaginário estudantil como um fenômeno cheio de nuances, em que a construção de sentidos dos discursos no impresso não se limita à descrição de batalhas ou à enumeração de eventos militares. Ele se manifesta, antes, como moralização do cotidiano. O esforço intelectual é apresentado como dever coletivo e como condição para a defesa da pátria, ainda que essa defesa se realize através da conduta escolar e sua cultura. A guerra, assim, infiltra-se nesse espaço por meio de valores que redefinem o sentido daquilo que é estudar.

O esforço de guerra estudantil do Atheneu Sergipense não foi uma convocação ao combate armado. Ele se configura através dessa pedagogia vigilante, articulando o universo escolar ao cenário político mais amplo, algo que se era esperado dos estudantes dessa instituição. Afinal, para alunos como os autores do período, o tipo de “capital cultural” atrelado à participação ativa na vida política era muito importante. Essa articulação entre “cultura escolar” e “cultura política” torna-se particularmente visível na “Homenagem ao Exmo. Sr. Coronel Augusto Maynard Gomes, D. D. Interventor Federal de Sergipe”, publicada também no primeiro número do jornal. Ao destacar a figura da autoridade como

garantia de condução segura em um tempo sensível ao “terreno das armas e na diplomacia” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 1), o texto aproxima os estudantes de um vocabulário estatal e de uma lógica de poder associada à liderança política. A edição apresentada abaixo ilustra esse processo de apropriação simbólica.

Figura XV: Trecho de uma homenagem a Augusto Maynard, retirado de *A Voz do Estudante*



Fonte: *A Voz do Estudante*, Ano I, N.1, 6 de junho de 1942. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

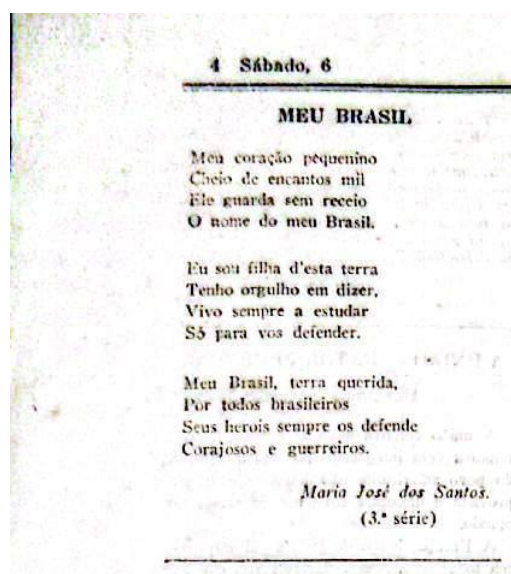
O retrato do interventor ocupa posição central e dominante, disposto em moldura oval. À esquerda, o texto laudatório organiza-se em colunas densas, com linguagem formal e reverencial, enquanto a legenda inferior identifica o personagem segundo seu cargo político, reafirmando a autoridade antes mesmo da individualidade. A própria composição gráfica estabelece uma hierarquia visual clara: a imagem não é um simples ornamento, mas um eixo de legitimação do discurso, conduzindo o olhar do leitor da figura do líder para a narrativa escrita que o exalta.

Tal homenagem não deve ser lida apenas como gesto protocolar, já que é, em sua natureza, um mecanismo de legitimação simbólica da política escolar, como forma de inserção da juventude em uma “cultura política” alinhada aos valores do Estado Novo que valoriza o mérito intelectual, a confiança nas autoridades e a adesão a um projeto nacional. A presença da figura do interventor no jornal é um dos muitos indicativos que o espaço da imprensa estudantil não se encontra isolado das estratégias da política varguista, ele atuou como lugar de circulação de discursos oficiais, ressignificados pela escrita juvenil.

A partir desse enquadramento, torna-se possível compreender a guerra como realidade no interior do impresso. Ela não aparece com recorrência como reflexo imediato dos acontecimentos externos, mas como construção discursiva situada, elaborada a partir de seleções, silêncios e ênfases. O jornal escolhe quais aspectos do conflito merecem destaque e de que forma devem ser interpretados, mobilizando conceitos que dialogam com a cultura escolar e com a cultura política do período.

Analisar a edição inaugural é particularmente frutífero, dado que o jornal iniciou-se no mesmo ano dos torpedeamentos da costa sergipana. Ao ser observada como objeto material pelo periódico, a guerra emerge também como atmosfera. O poema “Meu Brasil” sintetiza essa dimensão ao associar o ato de estudar à defesa da pátria. Os versos “Vivo sempre a estudar / Só para vos defender” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 4) estabelecem uma equivalência relativa aos valores particularmente importantes no universo militar, trabalhando uma entre formação intelectual e proteção nacional. O estudo deixa de ser apenas meio de ascensão individual e passa a ser concebido como contribuição ao esforço coletivo, um tipo de militarização simbólica da educação, reforçando a ideia de que a escola ocupa papel central na preparação moral da juventude em tempos de guerra.

Figura XVI: Poema “Meu Brasil”, retirado de *A Voz do Estudante*



Fonte: *A Voz do Estudante*, Ano I, N.1, 6 de junho de 1942. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

A defesa, nesse contexto, não se refere a um inimigo claramente definido nas páginas do jornal, mas a uma ameaça difusa que paira sobre o futuro da nação, flutuando junto às mais de 500 vítimas do torpedeamento. O estudante é convocado a responder a essa ameaça por meio da disciplina e do esforço civilizatório. O cotidiano escolar converte-se em um campo de deveres, no qual cada gesto formativo adquire um significado político bem direcionado. A ideia é repetida também em textos como “O futuro de Sergipe está nos seus filhos”, que projetam o futuro como responsabilidade da juventude, planificando o ato de estudar é apresentado como caminho obrigatório para o engrandecimento da pátria. A retórica do futuro sustenta a exigência do presente e reforça a noção de que o destino coletivo depende da conduta individual dos estudantes. Mesmo sem narrar batalhas ou descrever o front, o jornal insere a guerra no horizonte, transformando-a em parâmetro de avaliação moral.

O jornal estudantil estrutura-se como espaço de circulação de discursos normativos, indicando uma “cultura escolar” profundamente marcada pela retórica do dever e por uma concepção de progresso vinculada à ação educativa. O editorial “Um grande empreendimento que se realiza”, já em uma das edições de 1944, expressa esse espírito, ao afirmar que os estudantes “não podem permanecer silenciosos enquanto o mundo toma diretrizes mais sérias” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 1), sintetizando a forma como o impresso projetava sobre a juventude a responsabilidade de responder às demandas sociopolíticas de seu tempo. Desde as primeiras linhas desse texto, percebe-se a construção de um pilar ético em que o estudante deve agir como agente de civilidade. O editorial prossegue afirmando que

“é preciso dar o máximo de si, sem receios, para que amanhã não se diga que fomos ingratos ao apelo do nosso tempo” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 1), demonstrando essa ideia de responsabilidade, própria das representações cívicas do período.

Essa expectativa de atuação juvenil, longe de ser apenas retórica, manifesta-se por meio da associação entre educação e progresso. O texto insiste na ideia de que a construção de um futuro melhor depende diretamente da conduta estudantil, afirmando que o Atheneu Sergipense possuía a missão de preparar “os que hão de dirigir o país pelo espírito e pelos feitos” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 1). Para além do capital social e cultural, a educação age nesse caso como instrumento de serviço público, uma forma de defesa nacional em tempos politicamente sensíveis.

A edição também contém longa homenagem ao professor Joaquim Vieira Sobral, diretor da instituição, cuja figura é apresentada como exemplo de dedicação moral e administrativa. O periódico afirma que o docente representa “o homem que faz fazer, que transforma ideias em benefícios de realização” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 1), celebrando sua atuação como dirigente educacional. Essa valorização da autoridade escolar deve ser entendida como prática discursiva que reforça o alinhamento da cultura estudantil às expectativas políticas do Estado Novo, que via nos dirigentes escolares figuras fundamentais para a implantação de um projeto nacional centralizador. Assim, a homenagem ultrapassa a função comemorativa: ela funciona como pedagogia pública, moldando a compreensão dos estudantes sobre o papel das lideranças na administração da educação.

Outro texto fundamental desta edição é o artigo “O estudante e a alfabetização”, que se estende pelas páginas 1 e 2. Nele, observa-se a construção de uma narrativa que associa a alfabetização à missão civilizadora do Estado e ao progresso do país. O texto sustenta que, sem instrução, o povo “vive na penumbra, atrapalhado pelas forças que governam” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 1), indicando uma concepção de ignorância como obstáculo moral. Essa abordagem ressoa práticas discursivas do período varguista, no qual a educação era tratada como mecanismo de integração social e de modernização da sociedade, flutuando entre a ideia de paternalismo e autoritarismo. Nas páginas seguintes, o texto amplia essa perspectiva ao afirmar que o Estado deveria “entregar uma educação sólida e eficiente a todos os seus filhos” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 2), formulando um ideal de igualdade que convive com a consciência das desigualdades regionais e com a necessidade de intervenção centralizada.

Ainda nessa mesma matéria, os estudantes elaboram uma crítica às condições materiais da instituição, discutindo a urgência de “novos edifícios, novas salas, novos

laboratórios” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 2). A formulação da crítica às condições materiais da instituição pode ser compreendida como uma elaboração diretamente vinculada às percepções e experiências dos próprios estudantes responsáveis pelo periódico. Embora apresentada como uma demanda coletiva do corpo discente, a crítica nasce, antes de tudo, da posição singular que esses jovens ocupavam no interior da instituição: são eles que vivenciavam cotidianamente a precariedade dos espaços, o déficit estrutural e a insuficiência de recursos. A queixa registrada no jornal revela como há, dentro do das várias edições, embates discursivos e a impossibilidade da existência de um diagnóstico neutro sobre a realidade escolar, mas que traduz a leitura interpretativa e engajada que os autores fazem dessa realidade, evidenciando sua capacidade de transformar vivências individuais em argumentação pública. A crítica, portanto, funciona como um instrumento de agência, pois materializa no impresso um conjunto de percepções subjetivas que adquirem forma política ao serem compartilhadas com a comunidade escolar.

Essa preocupação, porém, é acompanhada de um tom otimista e patriótico, como quando se afirma que Sergipe estava “destinado a crescer com vigor e inteligência” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 2). Esse otimismo, nesse sentido, funciona como uma forma de equilibrar a crítica com um chamado à confiança no país e, particularmente, na capacidade transformadora da comunidade. O vigor e a inteligência atribuídos ao futuro de Sergipe não são adjetivos neutros: eles evocam valores caros às campanhas educativas e cívicas do período, associadas à formação de uma juventude disposta a contribuir para o engrandecimento do estado e da nação.

A edição, portanto, permite observar como *A Voz do Estudante* funcionava como espaço de síntese entre “cultura escolar” e política, articulando discursos que extrapolavam o universo imediato dos estudantes para integrar-se ao imaginário nacionalista do período. Textos sobre alfabetização, economia ou homenagens institucionais eram permeados por valores de disciplina, civismo e responsabilidade coletiva, compondo uma moldura interpretativa que colocava o estudante no centro da defesa moral da nação.

A partir de 1945, observa-se uma inflexão significativa no discurso do periódico, com maior explicitação de uma consciência internacional e de um posicionamento moral diante do conflito. No número 8, a saudação aos estudantes das “Nações Unidas” e das “nações aliadas” amplia o campo de pertencimento dos discentes, que passam a se reconhecer como parte de uma comunidade política transnacional. Ao afirmar “Nós, a mocidade sergipana, cumprimentamos cordialmente todos os estudantes das Nações Unidas!” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 8, p. 1), o jornal constrói uma identidade que ultrapassa os limites regionais e

nacionais, assim como a guerra. Esse gesto redefine o esforço de guerra como adesão a uma causa de civilização. O estudante deixa de ocupar a posição de observador distante e passa a reivindicar parentesco moral com os aliados, já que, o conflito, nessa chave, torna-se experiência de pertencimento.

Nesse movimento, a guerra passa a operar como princípio organizador do discurso estudantil, estruturando valores e orientando práticas escolares. Assim como ocorre no periódico sergipano, observa-se que o estudante deixa de ocupar apenas o lugar de leitor dos acontecimentos e passa a assumir uma posição discursiva ativa, na qual a escrita funciona como exercício de formação cívica e como participação simbólica no esforço coletivo mobilizado pelo contexto de guerra.

Ao mesmo tempo, as pesquisas sobre outros impressos evidenciam a recorrente presença de vozes institucionais e autoridades políticas no interior dos jornais estudantis. Segundo Oliveira, Santos e Accioly (2025), a incorporação de discursos oficiais e referências estatais revela a circulação de repertórios políticos que buscavam produzir confiança, estabilidade e orientação moral entre os jovens leitores. Nesse sentido, a guerra comparece como experiência interpretativa, organizada pela escrita e pela seleção temática, consolidando comunidades imaginadas que conectavam o espaço local às dinâmicas globais do conflito, já que, após 1942, com o evento dos torpedeamentos, Sergipe se inseriu materialmente nessa teia de discursos e imaginários que construíam e atravessavam a Segunda Guerra Mundial.

A articulação entre guerra e autoridade estatal, como já visto, ocupa lugar central no impresso e as citações atribuídas a Getúlio Vargas podem ser analisadas como dispositivos de orientação moral. No número inaugural, a presença de uma epígrafe atribuída ao presidente reforça a ideia de que o Estado ocupa posição de guia e protetor. Já em 1945, o excerto “Tranquilizai-vos quanto ao futuro. Todas as providências foram tomadas para que nada vos falte” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 8, p. 9) reafirma essa função tranquilizadora e paternalista atrelada à imagem de Getúlio Vargas. A repetição dessas falas no espaço do jornal estudantil sugere a circulação de um repertório político que busca administrar afetos coletivos, especialmente confiança.

A autoridade estatal é apresentada como fonte legítima de sentido e como garantia de estabilidade em um mundo marcado pela guerra. Esta, por sua vez, comparece no *A Voz do Estudante* como experiência de palavra e de interpretação. Ela organiza um vocabulário específico, composto por termos como dever, disciplina, futuro, liberdade e civilidade. O esforço estudantil se materializa na escrita, na seleção temática e na produção de uma comunidade imaginada que inclui Sergipe, o Brasil e o conjunto dos aliados.

A presença recorrente de termos associados ao esforço, ao dever e à formação sólida indica que o jornal estudantil assume a tarefa de preparar simbolicamente seus leitores para um tempo de exceção. O estudo deixa de ser apresentado apenas como prática intelectual e passa a ser concebido como instrumento de resistência moral e essa ressignificação do aprendizado dialoga com a ideia de que, em contextos de crise, a escola se converte em um espaço privilegiado de produção de valores e de consolidação de comportamentos considerados desejáveis.

A figura do herói, no *A Voz do Estudante*, nem sempre assume forma de soldado no campo de batalha. Muitas vezes, ela se apresenta como autoridade política, como apóstolo da liberdade, como estudante ideal ou como sujeito moral cuja vida exemplifica valores. No número inaugural, a homenagem ao interventor federal já configura uma heroicização do dirigente local, com ênfase em sua capacidade de condução e em sua relação com o presidente da República. O texto afirma que a figura homenageada ocupa “o elevado posto” e o apresenta como “autêntico representante dos lídimos interesses” do estado, com menção ao “terreno das armas e na diplomacia” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 1). A escolha do gênero “homenagem” define um regime de enunciação. Não se trata de notícia neutra: trata-se de ritual de consagração.

Essa consagração se amplia quando o jornal incorpora as já citadas falas atribuídas a Getúlio Vargas como forma de orientar expectativas. No n. 8, por exemplo, o excerto “Tranquilizai-vos quanto ao futuro” atua como promessa de proteção e como pedagogia de confiança, num contexto que o próprio projeto descreve como atravessado por “insegurança” e por crise. Ao colocar essa fala em circulação, o impresso confere ao Estado a função de administrar sentimentos, o que se aproxima do quadro interpretativo de Capelato (1998), no qual propaganda e monopólio comunicacional operam como mecanismos de coerção simbólica e de construção de identidade nacional.

Já a seção “Homenagem a um apóstolo da liberdade” explicita o herói sob outro formato: o apóstolo, figura que une moral, palavra e causa. A epígrafe “Esta guerra é forte como a voz do próprio sangue” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 9, p. 1) transforma a guerra em um tribunal ético e torna a liberdade um valor central. O herói, nesse caso, é aquele que sustenta valores sob ameaça. Ao celebrar esse personagem, educa-se o leitor para reconhecer virtudes e para associar civilidade a compromisso com crença e liberdade. A edição mostrada a seguir é um exemplo claro deste tipo de celebração:

Figura XVII: Recorte do jornal *A Voz do Estudante* com a matéria “Homenagem a um apóstolo da liberdade”



Fonte: *A Voz do Estudante*, Ano I, N.9, 17 de março de 1945. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

Também se observa uma civilidade vinculada à promessa de ordem, como aparece no texto “Governo, Democracia e Justiça” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 8, p. 9). Ao reunir esses termos, o impresso propõe um ideal de convivência no qual o governo se legitima pela justiça e pela estabilidade. Ao mesmo tempo, esse ideal se apoia em voz de autoridade, com citação atribuída a Vargas. Esse cruzamento revela uma tensão típica de tempos de guerra e de regimes de forte orientação simbólica: o desejo de democracia convive com a pedagogia da confiança no chefe. Assim, o herói se constrói, pouco a pouco, de diversas maneiras, enquanto mantém um denominador comum: um ideal de conduta que legitime o Estado Novo. Seja o estudante disciplinado, o intelectual dedicado, a autoridade escolar, o interventor federal, o presidente ou até mesmo o “apóstolo da liberdade”, o jornal estudantil cria, em todas essas figuras, independentemente de suas posições sociais ou funções institucionais, uma mesma operação discursiva: a transformação da guerra em um campo de valores, não apenas de eventos, no qual determinados comportamentos são exaltados como moralmente corretos, politicamente desejáveis e civicamente obrigatórios.

Essa convergência discursiva manifesta-se na maneira como o jornal insiste em um conjunto de virtudes que devem orientar a juventude: disciplina, esforço, responsabilidade, devoção ao estudo, obediência às autoridades e crença no futuro da nação. Esses elementos não aparecem isolados, posto que constituem um eixo interpretativo que atravessa diferentes gêneros como editoriais, homenagens, poemas, artigos pedagógicos e saudações internacionais, formando um sistema coerente de representação. Assim, mesmo quando os

textos tratam de temas distintos, como alfabetização, infraestrutura escolar, homenagens políticas ou reflexão sobre o conflito, há um vocabulário moral comum que orienta a significação de todos esses tópicos. O herói, em qualquer uma de suas versões, é o sujeito que incorpora esses valores e converte sua atuação cotidiana em resposta ao “apelo do tempo”, tal como formulado no editorial de 1944, que afirmava ser necessário “dar o máximo de si, sem receios, para que amanhã não se diga que fomos ingratos” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 6, p. 1).

A análise aqui realizada do *A Voz do Estudante* aproxima-se das interpretações desenvolvidas por pesquisas que investigam outros impressos escolares produzidos em contextos marcados pela guerra, nas quais o periódico estudantil assume a função de traduzir acontecimentos internacionais em experiências inteligíveis para o universo escolar. Nesses impressos, conforme mostra o levantamento realizado por Oliveira, Santos e Accioly (2025), o cenário internacional não aparece apenas como notícia distante, mas como elemento capaz de reorganizar sentidos de pertencimento, o que reforçava a ideia de participação simbólica em destinos coletivos mais amplos.

A investigação desenvolvida por Luana de Jesus Santos, “O estudante prepara-se para reagir nas batalhas do porvir”: escritos nos jornais estudantis secundaristas em Aracaju/SE (1874-1915), contribui para o alargamento das possibilidades analíticas acerca dos impressos estudantis, ao situá-los não apenas como registros escolares, mas como espaços de elaboração discursiva nos quais os alunos produziram sentidos sobre si, sobre a educação e sobre o tempo histórico em que estavam inseridos. Ao examinar jornais secundaristas de Aracaju entre 1874 e 1915, a autora demonstra que tais periódicos constituíram práticas letradas vinculadas à formação intelectual e moral da juventude, articuladas aos projetos educacionais e sociais em circulação naquele contexto (SANTOS, 2024). Nesse horizonte, o impresso estudantil emerge como lugar de aprendizagem e, simultaneamente, de intervenção simbólica. Os estudantes não figuram apenas como receptores das normas escolares, mas como sujeitos que escrevem, opinam e constroem representações acerca dos seus atravessamentos, sejam eles políticos ou pessoais. Tal perspectiva aproxima-se diretamente do interesse do presente texto, que busca compreender o periódico como espaço de disputa de sentidos dentro das margens permitidas pela ordem vigente.

Em conjunto, as figuras heroicas e as noções de civilidade no impresso não compõem um inventário de grandes gerais nem uma crônica militar. Elas compõem uma pedagogia política. Isso faz do jornal um lugar privilegiado para observar como uma juventude escolar interpreta o tempo da guerra e organiza valores para si e para o público leitor. Tal leitura

coincide com o objetivo da pesquisa em compreender quem eram as vozes que escreviam no jornal e o que elas queriam dizer e de perceber o que se fazia reverberar dentro e fora dos muros da escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido ao longo deste trabalho permitiu compreender o jornal *A Voz do Estudante* como um objeto histórico complexo, cuja relevância ultrapassa o recorte específico da imprensa estudantil. Buscou-se situar o jornal no contexto político, educacional e cultural, especialmente no âmbito do ensino secundário sergipano, mais precisamente do Atheneu Sergipense e do Grêmio Cultural Clodomir Silva, marcado por diversos projetos políticos-pedagógico da década de 1940. A elaboração interpretativa desse cenário, aliada à tão recente noção de adolescência, também debatida no trabalho, foi estabelecida para compreender as condições materiais e simbólicas que possibilitaram o surgimento do periódico, bem como seus limites e possibilidades de atuação em um espaço institucional atravessado por relações de poder, expectativas sociais e ideais civilizatórios. Ao tratar da escola e do grêmio estudantil, o trabalho evidencia a sua natureza não-espontânea, fazendo parte de uma cultura escolar formativa, na qual o grêmio aparece como instância mediadora entre a instituição e os estudantes.

As seções dedicadas à caracterização material e editorial do periódico demonstraram que o impresso obedecia a padrões formais que o aproximavam da imprensa comercial, ao mesmo tempo em que preservava marcas próprias da escrita juvenil e, em consonância, a análise dos textos aponta o mesmo. Foi possível observar como os estudantes mobilizavam recursos para construir sentidos sobre temas variados, estruturando a escrita a partir de escolhas conscientes. Esses recursos - materiais e discursivos - trabalham em conjunto e culminam na análise da relação entre o jornal e o contexto histórico mais amplo, especialmente no que diz respeito à circulação de referências culturais e aos impactos da Segunda Guerra Mundial. Os textos demonstram que os estudantes acompanhavam os acontecimentos internacionais e os reinterpretavam a partir de sua realidade local, mobilizando léxicos bélicos, figuras heroicas e discursos políticos de maneira seletiva. A juventude escolarizada, então, não se encontrava alheia aos processos históricos em curso, mas os incorporava ao seu universo discursivo, indicando seus próprios posicionamentos. Ao longo da pesquisa, *A Voz do Estudante* demonstrou-se, em todos os seus exemplares, ou, mais precisamente, recorrendo às próprias palavras dos estudantes, como se lê no periódico: “Em todo número de nosso jornalzinho” (*A Voz do Estudante*, ano I, n. 1, p. 1) espaço de formação discursiva, prática educativa que ultrapassa o exercício formal da escrita e contribui para a formação de sujeitos capazes de refletir criticamente sobre si e sobre o mundo.

Ao considerar a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda no período analisado, este trabalho buscou evidenciar de que maneira o jornal *A Voz do Estudante* se insere em um contexto mais amplo de controle dos discursos públicos durante o Estado Novo. O DIP, quando monopolizou meios de comunicação e regulou a circulação de informações, não apenas produziu silêncios e distorções na imprensa comercial, mas também estabeleceu medidas para aquilo que podia ou não ser dito, inclusive na imprensa estudantil. Nesse cenário, os documentos analisados demonstram como tais mecanismos atravessaram a formação intelectual dessa parcela da juventude sergipana. Foi possível, portanto, compreender de que modo o controle do Estado Novo impactou a construção do imaginário social nesse recorte da imprensa estudantil e também como administrou a memória coletiva, sem eliminar completamente as construções de sentido dos próprios estudantes.

O que sustenta essa prática escolar é o esforço de *A Voz do Estudante* em harmonizar cultura escolar e cultura política em um único horizonte interpretativo. A guerra aparece como atmosfera, a educação como missão civilizatória e as autoridades como guias que asseguram estabilidade em meio à crise. Todas essas perspectivas caminham para a construção de uma juventude idealizada, moldada pelos valores do Estado Novo e convocada a se integrar ao projeto nacional.

De modo análogo, a abordagem da Segunda Guerra Mundial ao longo do trabalho possibilitou compreender como um conflito de escala global fora incorporado ao cotidiano sergipano. Os torpedeamentos de agosto de 1942 fizeram com que a Guerra deixasse de ser um evento distante e passou a ser uma presença concreta ilustrada no interior de *A Voz do Estudante*, em que esse processo se manifesta por meio da mobilização discursiva dos estudantes. A partir desse momento, o conflito deixou de ocupar apenas o espaço das notícias internacionais e passou a integrar o repertório emocional e discursivo dos estudantes, circunstância perceptível nas páginas de *A Voz do Estudante*, em que a mobilização textual assumiu função formativa e interpretativa da realidade.

Os estudos sobre a imprensa estudantil utilizados ao longo do trabalho demonstram que tais periódicos funcionavam como espaços de elaboração coletiva, nos quais acontecimentos externos eram reinterpretados à luz das experiências escolares e das expectativas geracionais. Quando a guerra alcança o litoral brasileiro por meio dos ataques submarinos, essa tradição discursiva encontra novo objeto. A experiência do perigo real reorganiza sensibilidades e redefine o papel do estudante dentro da narrativa. O jovem leitor deixa de ocupar apenas o lugar de observador e passa a ser convocado como sujeito moral do conflito, responsável por cultivar disciplina, patriotismo e vigilância.

Ao dialogar com essas interpretações, a presente dissertação buscou ampliar a discussão ao demonstrar que, no contexto dos anos 1940, a guerra atravessou o cotidiano escolar e reorganizou o imaginário estudantil sergipano. *A Voz do Estudante* evidencia uma inflexão temática em direção ao heroísmo cívico e à defesa coletiva, sinalizando a adaptação de uma tradição editorial preexistente às urgências políticas do tempo de guerra. Assim, o periódico demonstra continuidade e ruptura: continuidade na função formativa da escrita estudantil e ruptura na intensidade com que o presente histórico invade o espaço escolar.

Desse modo, a incorporação da Segunda Guerra Mundial ao discurso estudantil não se explica apenas pela circulação de notícias, mas pela existência prévia de uma cultura impressa capaz de traduzir acontecimentos globais em experiências locais. A guerra torna-se inteligível porque encontra um meio já estruturado de expressão, no qual escrita, educação e política se entrelaçam.

Por fim, ao valorizar os textos do jornal estudantil como fontes históricas, este trabalho buscou ampliar o campo de investigação da História da Educação e da Juventude, reconhecendo os estudantes como agentes ativos na produção da narrativa histórica. As vozes que emergem das páginas de *A Voz do Estudante* demonstram páginas de relatos com profundidade e considerar esses escritos como documentos legítimos permite acessar dimensões pouco visíveis da historiografia. Ao registrar as inquietações de uma juventude situada em um tempo de profundas transformações, afirma-se o testemunho como dever histórico e inscreve-se a imprensa estudantil como espaço legítimo de memória, capaz de ampliar os modos de narrar o passado.

6. FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

Jornais

A Voz do Estudante, Ano I, N.8, 27 de janeiro de 1945. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

A Voz do Estudante, Ano I, N.2, 26 de julho de 1942. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

A Voz do Estudante, Ano I, N.1, 6 de junho de 1942. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

A Voz do Estudante, Ano I, N.X, 31 de maio de 1945. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

A Voz do Estudante, Ano I, N.II, 26 de julho de 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

A Voz do Estudante, Ano I, N.III, 26 de agosto de 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

A Voz do Estudante, Ano I, N.I, 6 de junho de 1942. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

A Voz do Estudante, Ano I, N.4, 30 de setembro de 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

Correio de Aracaju. Aracaju, 30 de setembro de 1942. Acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe.

OUTRAS FONTES

LEITE, José Rollemberg. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Interventor federal Coronel Augusto Maynard Gomes pelo diretor geral do Departamento de Educação. Aracaju: Estado de Sergipe, 1943.

Pasta Individual dos autores (1942/1945) no Arquivo Geral do Centro de Excelência Atheneu Sergipense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Sayonara Espírito Santo. **Economia doméstica**: uma disciplina escolar no secundário ginasial sergipano do Atheneu Sergipense (1944-1954). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2016.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma Casa de Educação Literária segundo os planos de estudos (1870-1908). 2005a. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP. São Paulo, 2005a.

AMARAL, Giana Lange. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. **História da Educação**. v. 6, n.11, jan./jun. 2002. ASPHE/Fae/UFPel. Pelotas. p.117-130. 2002.

BARROS, José D' Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2019.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Fim de Século-Edições, Sociedade Unipessoal LTDA, Lisboa, 2003.

CAPELATO, M.^a Helena Rolin. Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas/SP: Papirus, 1998. (Coleção textos do tempo).

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Trad: Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **A instrução pré-militar como disciplina escolar**: marcas do Exército no Atheneu Sergipense (1909-1946). Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2018.

CRUZ, Andreza Santos. “Blitzkreig de Muriçocas” e outros problemas no cotidiano de Aracaju (1939-1945). **Cadernos do Tempo Presente**, v. 10, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2647>

CRUZ, Andreza Santos; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Dias de luta: traços do cotidiano em Aracaju (1939-1945). **OPSIS (UFG)**, v. 9, p. 138-154, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9445>

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **A Guerra do Atlântico na costa do Brasil**: rastros, restos e aura dos U-boats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SILVA, Cristiani Bereta. Jornais Escolares: Arautos de Ensinamentos Patrióticos e Pacifistas (Santa Catarina/Brasil/1940-1960). **Sarmiento**. Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación, 24, 127-159, 2020. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/sarmiento/article/view/srgphe.2020.24.0.7131>

DALLABRIDA, Norberto. **Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário**. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, v. 12, n. 1, p. 167-192, jan. / abr. 2012.

DA SILVA JUNIOR, José Roberto; SOARES, Alessandra Silveira Borghetti. Sergipe na Segunda Guerra Mundial: um breve histórico do impacto e influência da guerra no território sergipano. **Boletim do Tempo Presente**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/10202>. Acesso em: 9 abr. 2025.

FELGUEIRAS, M. M. P. S. L.; VV. Cultura escolar: da migração do conceito a sua objectivação histórica. In: **Cultura escolar, migrações e cidadania**, editado por Felgueiras, Margarida L., & Vieira, Carlos E. (Eds.), 17-32. Porto, Portugal: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

FRAGA, André; LAGO, Mayra; MOURELLE, Thiago. 80 anos da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial: aspectos políticos, econômicos, culturais e regionais. **Revista Maracana**. Rio de Janeiro, n.30, p.14-21. Rio de Janeiro. maio-ago. 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliana Teixeira (Org.). Boletim vida escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a educação no início do século XX. **Autêntica**. Belo Horizonte. 2011.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. **Historiografia da educação**: abordagens teóricas e metodológicas / organizadores Cynthia Greive Veiga, Marcus Aurelio Taborda de Oliveira. - 1. ed. - Belo Horizonte [MG] : Fino Traço, 2019, p.224-256.

GERALDI, João Wanderley. **Por que práticas de produção de textos, de leitura e de análise linguística?** In: GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2014. p. 127–142.

GOMES, Angela de Castro. A "cultura histórica" do Estado Novo. **Revista Luso-Brasileira**, Vol. 36, n. 2. 1999, pp. 103-108. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3513659>

HEINZ, Flavio M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HORTA, José Silvério Baia. O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945). 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: SBHE, n. 1, 2001, p. 9-43.

LÉFÈBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. Trad. Bernardo Leitão, et al. 4.ed. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1996.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio nos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. P.111-153.

MONARCHA, Carlos. **Escola normal da praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova**. São Paulo: Cortez Editores Associados, 1989.

MOREIRA, K. H; GALVÃO, A. M. de O. Impressos estudantis secundaristas como fonte para a História da Educação: potencialidades e desafios no processo de produção de um repertório sobre o Sul de Mato Grosso (Brasil). **Cadernos de História da Educação**, v.21, p.1-23, e081, 2022 , e081. <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-81>

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.194p.

OLIVEIRA, Frederico; BARCELOS, Janinne; BRASIL, Luana; SANTOS, Priscila; SHINTAKU, Milton. Democracia participativa e juventude politizada: estudo bibliométrico sobre os periódicos brasileiros de políticas públicas de juventude. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v.5, Número Especial, p.13-24. fev. 2018

OLIVEIRA, João Paulo Gama. Desafios políticos para a instalação e manutenção do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (2005-2019). In: André Luiz Paulilo; Joaquim Tavares da Conceição; Lorena de Oliveira Souza Campello. (Org). **A Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2023, v. , p. 183-206.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane; OLIVEIRA, Roselusia (Orgs). **Escritas Estudantis na Imprensa Periódica da Educação** (séculos XIX e XX). Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2024. 288 p.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; SANTOS, Luana de Jesus; ACCIOLY, Marília Marques Cruz Silva. Pesquisas sobre impressos estudantis no Brasil (2003-2022). **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 69, e025016, p. 1-23, 2025.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; SANTOS, Magno Francisco. “Pobre Brasil querido!”: a Escola Nova nos Termos de Visitas de um “magnífico Templo de Ensino” (1917-1945). 2026. No prelo.

PANDOLFI, Dulce Chaves. O Golpe do Estado Novo (1937). In: **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, p. 183-189. 2004

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa. 2003.

PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. **Revista USP**, São Paulo, v.26,; 108-119, Junho/Agosto 1995.

RODRIGUES, Cibele de Souza. **Letras estudantis em Sergipe: cultura escolar em impressos de alunos secundaristas de Aracaju na década de 1930**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2020.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos: associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva (1934 – 1956)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2015.

SANTANA, Valéria Costa Moraes de. **Escrita das alunas nos jornais estudantis do Atheneu Sergipense (1942-1959)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2024.

SANTOS, Luana de Jesus. **“O estudante prepara-se para reagir nas batalhas do porvir”**: escritos nos jornais estudantis secundaristas em Aracaju/SE (1874-1915). 2024. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SILVA, Cristiani Bereta da. Cultura escolar e cultura política: projeto de nacionalização e o jornal escolar A criança brasileira (Santa Catarina, 1942-1945). **Hist. Educ.** (online). N. 40. V. 17. Porto Alegre. Maio- agosto.2013. p 175-195.

SILVA, Cristiani Bereta da (Org.). **Educar para a nação**: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014. 301p.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Ensinar história**: práticas culturais e políticas nos tempos dos exames de admissão ao ginásio. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020

SILVA, Wênia Mendonça. **A pedagogia musical do canto orfeônico e a sua configuração como disciplina escolar no Atheneu Sergipense (1931-1956)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2019.

SOUZA, G. de, CORDEIRO, A. B., BENCOSTTA, M. L., & NERY, A. C. B. (2023). História da educação e materialidades. **Revista Brasileira De História Da Educação**, 23(1), e266. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e266>

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Ediciones Paidós. 2013.

VILANOVA, Francisco Gomes. **Instruir a mocidade e espalhar a luz**: imprensa escolar como estratégia de formação dos estudantes no Piauí (1930 – 1948). 2022. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.